

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

MARCELO DO CARMO CARVALHO ERICEIRA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMBATE À POBREZA RURAL: um estudo sobre a execução do Programa Agroamigo no município de Anajatuba – MA no período de 2013 a 2018.

São Luís
2020

MARCELO DO CARMO CARVALHO ERICEIRA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMBATE À POBREZA RURAL: um estudo sobre a execução do Programa Agroamigo no município de Anajatuba – MA no período de 2013 a 2018.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Gonsalo de Moura.

São Luís

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

DO CARMO CARVALHO ERICEIRA, MARCELO.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMBATE À POBREZA RURAL:
um estudo sobre a execução do Programa Agroamigo no
município de Anajatuba MA no período de 2013 a 2018 /
MARCELO DO CARMO CARVALHO ERICEIRA. - 2022.

107 f.

Orientador(a): João Gonsalo de Moura.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico/ccso, Universidade Federal
do Maranhão, São Luis, 2022.

1. Microcrédito. 2. Pobreza. 3. Políticas Públicas.
4. Programa Agroamigo. I. Gonsalo de Moura, João. II.
Título.

MARCELO DO CARMO CARVALHO ERICEIRA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMBATE À POBREZA RURAL: um estudo sobre a execução do Programa Agroamigo no município de Anajatuba – MA no período de 2013 a 2018.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Gonsalo de Moura.

A banca examinadora, em sessão pública realizada em ____/____/_____, considerou o discente: _____.

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura
Orientador (Universidade Federal do Maranhão)
Presidente

Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas
(Universidade Federal do Maranhão)
Examinador Interno

Prof. Dr. Heric Santos Hossoé
(Universidade Federal do Maranhão)
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Academia Anajatubense de Letras

Ana dos Santos Dutra Verde

Carlos Adão Mendes Marinho

Centro de Ensino “Nina Rodrigues”

Dona Antônia Sanches Santana (*in memorian*)

Dr. Nilton da Silva Lima Filho (*in memorian*)

Dr. Raimundo do Carmo Carvalho Ericeira

Dra. Idalina Ferreira Abreu

Emerson de Jesus Everton Pereira

Fórum em Defesa da Baixada Maranhense–FDBM

João Carlos Mendes Dutra

José Carlos Ericeira

José Eduardo Castelo Branco de Oliveira (idealista da produção rural)

Maria de Fátima Bogéa Lima

Maria do Carmo Carvalho Ericeira

Maria do Espírito Santo Tavares Pereira

Maria Vitória Verde Mendes

Marco Antônio Lima Everton

Mauro Bastos Pereira Rêgo (escritor, referência literária anajatubense)

Monsenhor Francisco de Paula Dourado e Silva (*in memorian*)

Município de Anajatuba-MA

Povo Anajatubense

Prof^a. M.e. Alzira do Carmo Carvalho Ericeira

Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Socioeconômico-PPGDSE

Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas–SEBRAE/MA

Universidade Federal do Maranhão–UFMA

AGRADECIMENTOS

A gratidão que se sobrepõe é a Deus, que nos permite a própria vida, bem maior, sem a qual nem é possível sonhar; dá-nos saúde, indispensável nesta árdua caminhada. Minha eterna gratidão.

À minha avó, Maria Tavares, e aos meus pais, Maria do Carmo e José Carlos, que no início dessa caminhada que hoje dou mais um passo, não mediram esforços para oferecer a oportunidade de ingressar na academia.

Aos meus irmãos, Mestre e Doutoranda Alzira Ericeira, Dr. Raimundo Ericeira, Mestrando José Carlos Ericeira Jr., Maria Tavares Neta (um esteio da casa) e Tarcísio Ericeira (meu amor particular e especial), por serem fontes de inspiração.

Em especial à minha cidade de Anajatuba, por ser meu amor, minha fonte de inspiração, terra firme, mansa, ar puro, sombra, terra de paz, “um vilarejo ali, onde areja um vento bom”.

Em especial agradeço ao Prof. Dr. João Gonsalo de Moura, primeiro por aceitar me orientar, em seguida pela orientação coerente, altamente técnica, passando eu a admirar.

Em especial à Dra. Socorro Serra, pessoa indispensável nessa caminhada, minha chefe no SEBRAE-MA, minha amiga na vida, obrigado por toda a compreensão.

Agradeço a João Martins, então Diretor Superintendente do SEBRAE-MA, a Rachel Jordão, Diretora de Administração e a Antônio Garcês, então Diretor Técnico, por entenderem a necessidade de avanço na qualificação e permitirem minha disposição às atividades acadêmicas.

A todos que de alguma forma contribuíram para a minha passagem pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico–Mestrado da Universidade Federal do Maranhão.

[...] Sou um cabloco da roça,
Sou um pacato roceiro,
Vivo na minha palhoça,
Trabalho o dia inteiro. [...]

MEU SERTÃO SERTANEJO

Márcio Souza

Para nossa Baixada e nossos baixadeiros.

Para o homem do campo anajatubense, “caboco” trabalhador.

Para o Teso das Palmeiras.

Para o Rancho Ericeira, nosso refúgio, lugar de sonhos, lugar de semear e
colher.

Para meu pai, Seu Carlos e minha mãe, Dona Maria do Carmo.

Para minha Avó, Dona Maria Tavares.

RESUMO

O presente estudo buscou compreender a dinâmica da destinação de crédito rural para o município de Anajatuba-MA, a partir de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, operacionalizado pelo Programa de Microcrédito Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, bem como a situação da desigualdade de crédito em Anajatuba no contexto da Baixada Maranhense. Desvelaram-se as inovações do microcrédito rural a partir de conceitos pautados em consideráveis fontes bibliográficas. Discutiu-se sobre a configuração dessa ferramenta no município em destaque, valendo-se de indicadores capazes de mensurar a desigualdade na destinação do crédito, a partir do uso de dados secundários obtidos no Banco Central do Brasil-BACEN e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. A princípio, fez-se um levantamento da temática do microcrédito, pontuando importantes momentos, desde sua consolidação no mundo até sua adoção na particularidade brasileira, visto que este se tornou um importante instrumento no contexto das Políticas Públicas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. O Programa de Microcrédito Agroamigo está muito além de um serviço financeiro, pois tem um vigoroso viés social, com a sua propositura de enfrentamento à pobreza no campo e redução das desigualdades sociais através da geração de renda aos produtores rurais. A partir dos dados analisados, constatou-se que o município de Anajatuba tem acessado recursos do crédito rural em sua predominância através de operações do Programa Agroamigo, portanto, microcrédito rural. Sobre a desigualdade de crédito, a pesquisa apontou que o município recebeu esse tipo de recurso em proporção superior à sua participação no Produto Interno Bruto-PIB da Baixada Maranhense e do Maranhão. Outra importante constatação é que, embora o município tenha crescente participação na distribuição de crédito no contexto da Baixada Maranhense, tem tendência de queda na participação do PIB desta microrregião.

Palavras-chave: Microcrédito. Pobreza. Políticas Públicas. Programa Agroamigo.

ABSTRACT

This study aimed to understand the performance of rural credit for the municipality of Anajatuba-MA, from resources of the National Program for Strengthening Family Farming-PRONAF, operated by the BNB Agroamigo Microcredit Program, as well as its contribution to the socioeconomic development of the municipality. They were unveiled as innovations of rural microcredit from concepts based on considerable bibliographic sources. It was discussed about a configuration of this tool in the highlighted municipality, validation of indicators of measurement and inequality of credit destination, from the use of secondary data retrieved at the Central Bank of Brazil-BACEN and Brazilian Institute of Geography and Statistics-IBGE. In principle, it raises the theme of microcredit, punctuating important moments, since its economy in the world until its adoption in the Brazilian particularity, since it has become an important strategy in the context of public policies to confront rural poverty in Brazil. The Agroamigo Microcredit Program is far beyond a financial service as it has a major social impact, with a proposal to tackle rural poverty and reduce social inequalities that affect income generation and agricultural incomes. From the data analyzed, it can be seen if the municipality of Anajatuba has access to rural credit resources in its predominance through Agroamigo Program operations, therefore, rural microcredit. Regarding credit inequality, a survey pointed to the municipality that received this type of resource in greater proportion than its share in the Gross Domestic Product-GDP of Baixada Maranhense and Maranhão. Another important finding is that, although the municipality has increased its share of credit distribution in the context of the Baixada Maranhense, the downward trend in the share of GDP in this micro region.

Keywords: Microcredit. Poverty. Public policy. Agroamigo program.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano	54
GRÁFICO 2	Composição da população de 18 anos ou mais de idade–2010	55
GRÁFICO 3	Evolução do PIB do Município – 2010-2016	57
GRÁFICO 4	Evolução do PIB <i>per capita</i> de Anajatuba–MA - 2010-2016	58
GRÁFICO 5	Configuração do Crédito Rural em Anajatuba–MA em (%)	64
GRÁFICO 6	Produtores atendidos pelo Crédito Rural em Anajatuba (%)	65
GRÁFICO 7	Atividades rurais financiadas pelo PRONAF em Anajatuba (%)	66
GRÁFICO 8	Atividades Financiadas PRONAF Anajatuba (%)	66
GRÁFICO 9	Comparação na Baixada Maranhense - PRONAF	67
GRÁFICO 10	Comparação em relação ao Maranhão - 2013-2018	67
GRÁFICO 11	Comparação PRONAF e outros créditos na Baixada Maranhense (%)	68
GRÁFICO 12	Comparação crédito total na Baixada Maranhense	69
GRÁFICO 13	Comparação crédito aplicado em Agricultura na Baixada Maranhense - 2013-2018	69
GRÁFICO 14	Comparação crédito aplicado em Pecuária na Baixada Maranhense - 2013-2018	70
GRÁFICO 15	Comparação Crédito Rural Maranhão em percentual - 2013-2018	71
GRÁFICO 16	Produtores atendidos em Anajatuba em percentual - 2013-2018	73
GRÁFICO 17	Volume financeiro de crédito aplicado em Anajatuba em percentual - 2013-2018	73
GRÁFICO 18	Produtores atendidos em Anajatuba em percentual - 2013-2018	74
GRÁFICO 19	Volume de crédito aplicado em Anajatuba em	75

	percentual - 2013-2018	
GRÁFICO 20	Comparação da média nas operações de crédito em Anajatuba – valores em R\$ - 2013-2018	76
GRÁFICO 21	Representação da evolução do PIB (%), Crédito PRONAF (%) e IRC em Anajatuba - 2013-2016	85
GRÁFICO 22	Representação da evolução do PIB (%), Crédito Total (%) e IRC em Anajatuba - 2013-2016	86
GRÁFICO 23	Comparação evolução do IRC PRONAF na relação Anajatuba/Baixada e Anajatuba/Maranhão - 2013-2016	87
GRÁFICO 24	Comparação evolução do IRC Crédito Total na relação Anajatuba/Baixada e Anajatuba/Maranhão - 2013-2016	88
GRÁFICO 25	Representação do <i>Gap</i> do Crédito PRONAF e Total para Anajatuba - 2013-2016	96
GRÁFICO 26	Representação do % CRED <i>i</i> PRONAF e Total para Anajatuba- 2013-2016	97

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Categorização dos Serviços Financeiros	30
TABELA 2	Crediamigo (quantidade de operações e valores contratados)	38
TABELA 3	Agroamigo (quantidade de operações e valores contratados)	39
TABELA 4	Instituições habilitadas para o PNMPO	47
TABELA 5	Execução História Consolidada do PNMPO - 2008 a 2015	48
TABELA 6	Clientes do PNMPO por Situação Jurídica – 3º Trimestre de 2015	48
TABELA 7	Clientes do PNMPO por Ramos de Atividade – 3º Trimestre de 2015	49
TABELA 8	Comparação do IDH Municipal	53
TABELA 9	Renda, Pobreza e Desigualdade em Anajatuba – MA	55
TABELA 10	Composição do PIB de Anajatuba – 2016	57
TABELA 11	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2016	58
TABELA 12	Número de estabelecimentos agropecuários e área, de acordo com a utilização de terras – 2016	59
TABELA 13	Relação PIB, Crédito PRONAF e $IRC_i < 1$ nos Municípios da Baixada Maranhense - 2016	81
TABELA 14	Relação PIB, Crédito PRONAF e $IRC_i > 1$ nos Municípios da Baixada Maranhense – 2016	80
TABELA 15	Relação PIB, Crédito TOTAL e $IRC_i < 1$ nos Municípios da Baixada Maranhense – 2016	83
TABELA 16	Relação PIB, Crédito TOTAL e $IRC_i > 1$ nos Municípios da Baixada Maranhense - 2016	84
TABELA 17	Municípios com $Gap > 0$ com Crédito PRONAF - 2016	90
TABELA 18	Municípios com $Gap < 0$ com Crédito PRONAF -2016	92
TABELA 19	Municípios com $Gap > 0$ com Crédito Total - 2016	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROAMIGO	Programa de Microcrédito Rural do BNB
BACEN	Banco Central do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CREDIAMIGO	Programa de Microcrédito para Comércio e Serviços do BNB
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE	Federação Nacional dos Pequenos Empreendedores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMF	Instituição Microfinanceira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MDA	Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIPS	Projetos de Interesse Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAFC	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SFN	Sistema Financeiro Nacional
UNO	União Nordestina de Assistência e Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	MICROCRÉDITO	18
2.1	Microfinanças e Microcrédito	19
2.2	Microcrédito: apontamentos históricos	25
2.3	Tecnologia do Microcrédito	27
2.4	Microcrédito e Pobreza	32
2.5	Microcrédito no Brasil	35
2.6	Microcrédito Produtivo e Orientado	45
3	MICROCRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA	50
3.1	Perfil do Município	51
3.2	Crédito Rural no Município de Anajatuba-MA	62
4	INDICADORES REGIONAIS DE CRÉDITO RURAL	77
4.1	Aspectos Metodológicos	77
4.2	Resultados e Discussões	81
4.2.1	IRC para o Crédito do PRONAF	81
4.2.2	IRC para a totalidade do crédito rural	83
4.2.3	Evolução do IRC de Anajatuba entre 2013 e 2016	86
4.2.4	<i>Gap</i> Regional de Crédito	89
4.2.4.1	<i>Gap</i> para o Crédito PRONAF	89
4.2.4.2	<i>Gap</i> para o Crédito Total	92
4.2.4.3	<i>Gap</i> para o município de Anajatuba-MA	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, embora o microcrédito ainda seja visto como um serviço financeiro ofertado pelos bancos privados, a muito, passou a ser considerado como uma importante ferramenta aplicada em políticas públicas. Trata-se de um mecanismo tido como capaz de fomentar o desenvolvimento socioeconômico através de operações gerenciadas por bancos oficiais, principalmente aquelas administradas por instituições como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por meio dos programas Agroamigo e Crediamigo.

Entretanto, mesmo diante dos exemplos supracitados, o microcrédito no Brasil ainda representa um fenômeno incipiente e carente de desenvolvimento. Há algumas décadas as operações costumavam acontecer à margem do sistema financeiro oficial, visto que o país carecia de um marco regulatório sobre a temática. Foi então que no ano de 1999, a Lei nº 9.790 não exatamente regulamentou, mas permitiu no sentido geral a atividade microfinanceira no país, seguida pela Lei nº 10.194 de 2001 e a Lei ° 11.110, de 2005, mais tarde, revogada pela Lei 13.636, de 2018, as duas últimas dispendo sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado.

Mesmo com todo esse referencial legal e suas respectivas datas, não existe um consenso exato sobre qual seria o marco inicial do microcrédito no Brasil. Um dos pontos costumeiramente citados é o ano de 1973, que remete à União Nordestina de Assistência e Pequenas Organizações-UNO, iniciada na cidade de Recife–PE e mais tarde expandida para outros estados. A partir de então outras entidades passaram a atuar neste contexto, como é o caso do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos–CEAPE e, mais tarde, após maior clareza em termos de marco regulatório, a presença do Banco do Nordeste do Brasil.

A despeito disso, o mercado de crédito e microcrédito tem assumido no Brasil algumas características singulares, tais como: priorizar o consumidor em detrimento do produtor; os empréstimos de curto prazo têm precedência sobre os de longo prazo; e a prioridade às pessoas com alta renda em prejuízo às de baixa renda. Além disso, devido as altas taxas de juros praticadas no país, o sistema tem contribuído para a criação e manutenção de um ambiente hostil aos pequenos produtores.

No entanto, mesmo com todas as limitações acima externadas, as microfinanças estão em constante expansão no país, inclusive alcançando as ações estatais, principalmente a partir do processo de reestruturação produtiva, o qual alcançou o Brasil no início dos anos 1990, quando muitos trabalhadores tiveram que recorrer à iniciativa de criação de um empreendimento próprio para sobreviver.

Mesmo no âmbito das instituições oficiais de crédito, como o BNB e os demais bancos públicos, sempre houve um alinhamento mais voltado para projetos rurais e empresariais de grande envergadura, passando tardiamente a atuarem com a criação e oferta de programas de microcrédito. No início, tais programas estavam voltados ao atendimento das demandas da área urbana, (comércio e serviço), como é o caso do Programa Crediamigo, lançado no ano de 1998. Somente depois de algum tempo, no ano de 2005, surgiu a primeira iniciativa voltada para atender à demanda do produtor rural, quando foi criado o Programa Agroamigo.

Esse programa tem na sua propositura a geração de renda, o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais através do atendimento aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em operações limitadas a R\$ 15 mil, em duas modalidades: Agroamigo Crescer, para agricultores enquadrados no grupo B do PRONAF; e Agroamigo Mais, para agricultores enquadrados nos demais grupos do PRONAF, exceto A e A/C.

Dentro deste novo contexto, produtores rurais de micro e pequeno porte, como é o caso característico de municípios como Anajatuba, puderam ter acesso a recursos que sempre necessitaram, mas, devido a restrições diversas, estavam impedidos de acessar. Pela natureza do público ao qual se dirige o microcrédito, torna-se por demais pertinente examinar como o acesso ao crédito rural tem evoluído recentemente em municípios com este perfil, o que pode ser revelado mediante o confronto da evolução da modalidade PRONAF (onde estão inseridas linhas de microcrédito como o Agroamigo) em contraposição ao crédito rural como um todo.

Nesse contexto, o problema estudado nesse trabalho pauta-se nas seguintes questões: como se configura o crédito rural no município de Anajatuba? Como se desenha a desigualdade de crédito rural no contexto da

Baixada Maranhense? Como se desenha a referida desigualdade no próprio município de Anajatuba quando se confronta o PRONAF (onde aparece o microcrédito) com o crédito rural em geral?

A hipótese defendida para esse estudo é que, a despeito de uma provável desigualdade de crédito nos municípios da região da Baixada Maranhense, municípios como Anajatuba devem usufruir sobremaneira da existência de linhas de microcrédito, devido ao perfil do produtor rural da região, negociando créditos dessa natureza em proporção maior que a sua própria contribuição ao PIB regional.

Ante o exposto, o estudo traz a proposta de analisar o crédito rural no município de Anajatuba, considerando o contexto da Baixada Maranhense e do Maranhão, com foco na desigualdade no recebimento de crédito rural, de modo a identificar como as linhas voltadas ao produtor típico da região têm evoluído em anos recentes, sobretudo no período de 2013 a 2016.

A realização deste trabalho resume-se em duas etapas: a primeira etapa pautou-se na pesquisa bibliográfica, utilizando-se de vasta literatura nacional e até internacional, antecipadamente selecionada, no sentido de construir um raciocínio sobre a temática, respaldado em autores que já se destacaram na temática ora em estudo. Na outra etapa, buscou-se respaldo em uma seleção prévia de dados secundários extraídos de relatórios oficiais disponibilizados principalmente por instituições como o Banco Central do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentre outras.

O trabalho foi estruturado em três grandes eixos: no capítulo 2, o microcrédito é tratado no contexto das microfinanças, apontamentos históricos, tecnologia do microcrédito, a relação do microcrédito com a pobreza, o microcrédito no Brasil, seu marco legal e os programas crédito, dando destaque ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado. No capítulo 3, desenha-se o perfil do município, seus aspectos socioeconômicos, população, PIB e crédito rural, tendo como referência principal os dados extraídos de fontes secundárias. No capítulo 4 são apresentados dados comparações do crédito rural e indicadores de crédito como o IRC e o *Gap*, capazes de medir a desigualdade de crédito no contexto da Baixada Maranhense e uma avaliação específica para o município de Anajatuba.

Finalmente, a conclusão apresentará os principais resultados obtidos com esse estudo e, também, uma breve exposição de apontamentos com indicações e recomendações sobre o crédito rural no município de Anajatuba. Além disso, são apresentadas algumas sugestões para o aprofundamento dos estudos sobre essa relevante temática.

2 MICROCRÉDITO

Inicialmente apresenta-se uma relação simples e até lógica, sobre o que é o microcrédito. Imagina-se que as pessoas são dotadas de alguma competência, seja por capacitação ou mesmo quando recebida de seus antepassados. Entretanto, nem sempre dispõem dos recursos necessários para o *mix* entre o conhecimento e os recursos que resultarão em um produto ou serviço. Nesse contexto, é que a figura do microcrédito se apresenta como essencial, dado que, para qualquer que seja a produção se carece de capital financeiro, dinheiro vivo ou na sua escassez, a possibilidade de obtenção pelo crédito.

O crédito, mesmo quando posto à disposição em pequenas quantias, no caso do microcrédito, realiza seu giro e é parte integrante de um processo importante principalmente nas economias subdesenvolvidas, onde os pequenos produtores têm papel fundamental de movimentar a economia e gerar renda.

Ao pensar o microcrédito no contexto do capitalismo logo se observa as múltiplas possibilidades criadas por este, levando em conta a dinâmica do capital. O microcrédito, nesse fluxo, desenvolve o papel de intermediário, pois é através dele que se permite a movimentação típica do capitalismo.

De acordo com Mota (2011, p. 15), em uma economia capitalista, o crédito tem função de antecipar o futuro, multiplicar os fluxos financeiros, movimentando a economia, multiplicando a riqueza, mobilizando o capital, aumentando o produto, além de representar uma conexão entre o consumo e a produção.

É nesse sentido que será iniciada a presente discussão sobre o microcrédito. Ao se estudar microcrédito, percebe-se que é uma ferramenta que muito se relaciona ou se confunde com a microfinança. No âmbito dos estudos não há um consenso e essa pode ser uma discussão complexa, entretanto, se fazem fundamentais algumas considerações, e para isso, necessariamente deve-se valer-se das concepções de alguns autores, buscadas em estudos e pesquisa anteriormente realizados.

2.1 Microfinanças e Microcrédito

Inaugura-se a presente discussão com as ideias de Soares e Sobrinho (2008, p. 23), que consideram o termo microfinança como sendo “a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

Nesse universo, Soares e Sobrinho (2008, p. 24) igualmente apresentam uma definição para a atividade microcrédito, como sendo:

Aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços **exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras** de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais.

O subgrupo do microcrédito é considerado como a principal atividade do setor de microfinanças, visto que também tem a sua importância social, pautada nas políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda (SOARES e SOBRINHO, 2008).

Microcrédito é a concessão de empréstimos com valores baixos a pequenos empreendedores informais e microempresas renegados pelos bancos, por falta de garantias reais. Se trata de um crédito para a produção (capital de giro e investimentos), ofertado com uma metodologia peculiar. (BARONE et. al. – 2002).

Destarte, o termo microfinança se apresenta em caráter mais amplo e abrangente, sendo um grande grupo, enquanto o microcrédito, em caráter mais específico, como uma espécie de subgrupo, acompanhado de outros produtos, como a poupança, os seguros e outros serviços financeiros destinados ao atendimento de microempreendedores.

Nessa perspectiva, Cacciamali et. al. (2014, p. 17) enunciam que:

O termo microfinanças nomeia tanto uma atividade econômica quanto um tema de estudos que expressa um conjunto de serviços financeiros, como depósitos, empréstimos, poupança e seguros destinados à população de baixa renda, negócios por conta própria e empresas de baixo faturamento, muitas informais. O acesso ao mercado de serviços financeiros formais é praticamente vedado aos mais pobres e às empresas pequenas.

Segue o pensamento dos autores Cacciamali et. al. (2014) sobre os agentes que dispõem de pequenas garantias ou até nenhuma para oferecer como contrapartida aos empréstimos, dada à impossibilidade devido ao critério de renda, que sempre foi restrita a esse grupo e por isso, não permitiu o início de um vínculo bancário e, por conseguinte, não há um histórico bancário. Como consequência se cria uma espiral de retroalimentação negativa que impossibilita esse público de acessar esse mercado.

Distante de esgotar a discussão sobre microfinanças e microcrédito, constata-se que esses termos remetem aos serviços bancários, empréstimos, dinheiro posto à disposição de algum agente, a quem cabe em momento posterior a devolução do valor acrescida de juros. Tais situações, em tese, seriam baseadas em garantias que amparem a concessão de crédito, excluindo uma camada social considerável.

Mas o microcrédito guarda suas características bastante específicas e que o fazem diferente principalmente na sua propositura social, como destaca Freitas (2016, p. 25):

Outras modalidades de microfinanças (crédito para consumo, poupança, seguro, etc.) existentes diferem do microcrédito por terem pouca relevância na repercussão social e efeito multiplicador, exigirem documentação formal extensa em um longo processo burocrático, prazos de vencimento longos, com maximização dos lucros pelo banco, e não terem finalidade pré-determinada, em geral sendo utilizadas para consumo ou pagamento de dívidas.

A restrição ao crédito imposta a determinados grupos fez surgir uma alternativa. Dessa forma, considerando a importância dessas ferramentas às classes mais baixas, Freitas (2016, p. 22) aduz que:

A exclusão ou restrição ao de acesso a serviços creditícios e financeiros por parte de alguns segmentos como população de baixa renda, microempreendimentos formais e informais, pequenas empresas etc. promoveram o surgimento de soluções alternativas. Entre estas soluções, temos as microfinanças e o microcrédito, apresentadas como ferramentas de inclusão social, destinadas às classes mais baixas.

As microfinanças com o viés social se colocam como uma possibilidade para as pessoas de baixa renda, que encontram nesse instrumento um meio para galgarem outras possibilidades e acessarem outros espaços, anteriormente restritos.

Ainda sobre o termo microfinanças, corrobora Parente (2002) considerando que se pode defini-lo como a oferta de um conjunto de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros, serviços bancários) direcionados para a população de baixa renda.

Parente acrescenta que no conjunto das microfinanças o microcrédito é apenas um dos serviços financeiros, de pequeno valor e direcionado a um público (população de baixa renda trabalhando na informalidade) marginalizado do sistema bancário tradicional (PARENTE, 2002).

Em relação à limitação no acesso ao crédito, Costa (2010, p. 2) aduz que:

A lógica do sistema capitalista requer que o poder de compra não seja meramente estendido a qualquer um que deseja crédito. Idealmente, o crédito seria fornecido a capitalistas que iriam acrescentar capacidade produtiva e/ou aumentar a produção daqueles bens que poderiam ser vendidos com preços suficientes para cobrir despesas e dar lucros para sustentar a acumulação de capital. Porém, não há mecanismo, no sistema capitalista, para garantir *a priori* esse resultado.

Na contramão desse entendimento, a ferramenta do microcrédito se apresenta com características muito particulares, pois visa oferecer possibilidades a grupos que não estão enquadrados entre estes capitalistas. O microcrédito disponibiliza recursos financeiros aos menos favorecidos na sua propositura de combate à pobreza, que a partir de experiências iniciais, vem sendo executado e expandido em todo o mundo.

Em resumo, Neri propõe que as microfinanças têm por objetivo fortalecer a capilaridade do sistema financeiro nos seus diversos segmentos, com destaque para o microcrédito, poupanças e seguros, vistos como uma provisão de serviços financeiros de pequenas escalas para negócios e famílias costumeiramente marginalizadas pelo sistema financeiro tradicional (NERI, 2008).

Neri também oferece importante contribuição com a apresentação de uma nomenclatura diferente aos termos microcrédito e microfinanças. O nanocrédito, como os serviços levados aos pobres adaptados às suas necessidades e possibilidades e as nanofinanças, como um leque de ofertas deste e de outros serviços. (NERI, 2008).

No estudo das microfinanças também é importante destacar os espaços por estas alcançado. Para Cacciamali et. al. (2008, p. 150) consideram que:

O campo da microfinança define-se crescentemente em três espaços: na ciência interdisciplinar sobre a qual criou e desenvolve uma base consolidada de conhecimento; na prática das políticas públicas em nível global, visto a sua característica de seguir princípios de mercado; e na extensão e aprofundamento dos mercados, estendendo as atividades financeiras para populações e regiões onde bancos e outras instituições financeiras de maior porte não atuam.

Em continuidade ao entendimento dos autores, no campo da ciência “a análise das microfinanças se constitui em objeto de pesquisa complexo”. Nesse âmbito, se analisa qual o impacto do microcrédito e os outros serviços financeiros sobre a vida material dos usuários. Igualmente, observa-se a integração desta com outras áreas do conhecimento, como as finanças, a contabilidade, a matemática e a estatística, também com as ciências humanas e sociais aplicadas, como a economia, a psicologia e a sociologia (CACCIAMALI et. al. 2008, p. 150).

Noutro aspecto, o segundo, as microfinanças são vistas como políticas públicas, onde os autores em questão o consideram como um campo em grande expansão, principalmente a partir dos anos 1980 em todo o mundo, aumentando o alcance da política em diversos países, sendo ofertado por diversas entidades, bancos e organizações não governamentais, tendo alcançado um robusto quantitativo de famílias pobres nos diversos continentes (CACCIAMALI et. al. 2008, p. 150).

Já no terceiro aspecto, os autores Cacciamali et. al. enunciam que este “se baseia na tríplice justificativa sobre a necessidade da expansão das microfinanças e a sua absorção, quando houver escala, pelos bancos comerciais” e ainda enfatizam “o acesso ao crédito como motor do desenvolvimento econômico” (CACCIAMALI et. al. 2008, p. 150).

Numa perspectiva voltada ao microcrédito, Neri identifica e delimita suas múltiplas dimensões. Uma das dimensões seria a social e a outra a dimensão financeira. Na visão do autor enquanto alguns veem as microfinanças como estratégias de redução da pobreza, outros enxergam como uma forma inovadora que os bancos encontraram para expandirem seus lucros, respectivamente. Noutra dimensão, o microcrédito pode ser visto como

uma política pública realizada como o espírito privado, pois ao mesmo tempo em que contribuem para o combate à pobreza, os bancos aumentam seu portfólio com novos clientes (NERI, 2008).

Na dimensão social se tem o microcrédito, que quando é bem aplicado é comprovadamente como uma alavanca para a melhoria de renda e das condições de vida dos seus clientes, permitindo aos “sem capital”, o acesso ao capital produtivo para realizar investimentos (NERI, 2008).

Neri dá mais substância à sua posição sobre a dimensão social, conforme a seguir:

Em sua dimensão social, além dos benefícios diretos do acesso ao crédito, o microcrédito gera incentivos para que seu cliente se envolva em atividades produtivas para poder pagar sua dívida, o que faz com que ele se esforce para aumentar sua renda. Além de política social, o microcrédito é uma política de desenvolvimento socioeconômico (NERI, 2008, p. 34).

Na segunda dimensão, a da instituição financeira, é onde fica escancarada a atividade bancária. Neri diz que o microcrédito também objetiva efetuar empréstimos e “conseguir o dinheiro de volta” de forma lucrativa (NERI 2008).

Noutro olhar, também se deve considerar a perspectiva dos autores Paiva e Galiza, que expandem os estudos sobre o tema e analisam quatro questões fundamentais do microcrédito, as quais têm seus desdobramentos apresentados nos itens: Focalização, Sustentabilidade, Capacidade de expansão e Regulação e Supervisão. (PAIVA e GALIZA, 2002).

No aspecto da focalização, conforme Paiva e Galiza (2002, p. 44) é “o microcrédito, concebido para democratizar o crédito à parcela da população que não tem acesso aos serviços bancários, volta-se, ao menos do ponto de vista conceitual, para os mais pobres”.

Sobre a sustentabilidade, há uma preocupação de que o “microcrédito seja um serviço que possa ser oferecido de maneira contínua aos pequenos empreendedores e auto-ocupados”. São destacadas duas dimensões da sustentabilidade: a) a financeira e operacional; e b) a política. A primeira se dá com a “preocupação de que as Instituições Microfinanceiras - IMFs não apresentem dependência da contínua injeção de recursos novos por parte dos governos ou de doadores”, por isso, com necessidade de cobrir

custos operacionais as taxas tendem a serem altas. A segunda se sustenta na ideia de que o “argumento corrente é o de que a provisão direta do serviço de crédito pelo estado o torna vulnerável à conjuntura política o que possibilita a existência de descontinuidades” (PAIVA e GALIZA, 2002).

Em relação à capacidade de expansão, os autores consideram que “a ênfase na capacidade de expansão decorre da constatação de que só um atendimento massivo produzirá impacto econômico e social, gerando renda e trabalho, melhorando as condições de vida das pessoas envolvidas” (PAIVA e GALIZA, 2002).

Por último, no que tange a regulação e supervisão, os autores expressam que se concentram “na relação entre o modelo adotado em determinado país (via regulação) e a capacidade de supervisão da autoridade monetária”. A experiência internacional mostra que esta situação pode ser atingida caso o setor de microfinanças cresça de forma muito pulverizada, através da expansão do número de IMFs atuantes no país. Isso porque a grande quantidade de instituições de microfinanças onera bastante a atuação do Banco Central (PAIVA e GALIZA, 2002).

Outro ponto importante levantado pelos autores Paiva e Galiza é a definição do que seriam pilares que dão substância conceitual e sustentação operacional ao microcrédito, conforme a seguir:

- a) emprestar recursos para microempreendedores sem acesso ao mercado formal de crédito;
- b) eliminar a exigência de garantias reais, pelo uso de colaterais substitutos, eficientes;
- c) aproximar o funcionário da instituição de microfinanças (agente de crédito) e o cliente; e
- d) manter taxas de juros capazes de tornar a instituição de microfinanças (IMF) sustentável, não subsidiada. (PAIVA e GALIZA, 2002, p. 43-44).

Esses pontos acima elencados podem ser vistos na prática das linhas e programas de microcrédito: atingir marginalizados pelo sistema bancário formal, ausência de garantias, a figura do agente de crédito em contato direto com o cliente e as baixas taxas de juros, visando a manutenção da sustentabilidade.

Tais pilares presentes no momento atual do microcrédito são resultados de um longo percurso que não há um consenso sobre exatamente onde tenha começado. Mas, usando como suporte as concepções de alguns

autores serão apresentados alguns importantes momentos da historicidade do microcrédito, apontando algumas questões relevantes.

2.2 Microcrédito: apontamentos históricos

Na continuidade dos estudos sobre microcrédito se faz necessário um resgate histórico, tratando da sua gênese à sua consolidação, pois a experiência com as microfinanças que inclui o microcrédito, já era registrada no em diversas partes do mundo há séculos.

De acordo com Estrella (2008), o conceito de microfinanças no mundo não é exatamente uma novidade, visto que há séculos já existiam grupos de poupadores e de crédito em alguns países como Ghana, México, Indonésia, Sri Lanka e Bolívia. Entidades de poupança para pobres já se apresentavam como uma alternativa aos marginalizados pelas instituições formais de crédito.

Estrella (2008) faz um grande resgate histórico e apresenta Jonathan Swif como um dos precursores do microcrédito, que fez pequenos empréstimos à população rural na Irlanda. Igualmente, apresenta a experiência de Bancos do Povo, Uniões de Crédito e as Cooperativas de Crédito, organizadas na Europa no século XIX.

Essas instituições se espalharam pela Alemanha e se tornaram patrimônio dos agricultores pobres. O estímulo para a criação dessas instituições era a possibilidade de poder ajudar a população rural a enfraquecer e quebrar a dependência dos agiotas e principalmente melhorar o bem-estar delas. (ESTRELLA, 2008).

Ainda no século XIX na Alemanha, Raiffeisen através da criação de cooperativas de crédito teria incentivado os empréstimos para grupos nos chamados “bancos do povo”, oferecendo crédito em grupo em comunidades rurais, sendo uns corresponsáveis pelos outros, dando origem a uma tecnologia mais tarde disseminada pelo Professor Yunus em Bangladesh.

Embora muitas experiências com características de microcrédito tenham sido constatadas ao longo dos anos em diversas partes do mundo, a experiência que dissemina e consolida o conceito de microcrédito a partir dos anos 1970 é de iniciativa do reconhecido Professor Muhammad Yunus, sendo

de sua ideia e realização o experimento que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz, no ano de 2006.

Yunus caracterizou o cenário em que se deu a sua grande experiência. Um dos países mais pobres do planeta, que não saiu da pobreza mesmo tendo recebido 30 bilhões de dólares de ajuda externa. Bangladesh é um país que sofre com catástrofes naturais e onde pelo menos 40% das pessoas não chega a satisfazer as necessidades alimentares mínimas (YUNUS & JOLIS, 2002).

Esse é o cenário da experiência que resultou em um banco que em 1997 já tinha permitido a 10% da população de Bangladesh sair da pobreza através do microcrédito.

Yunus apresentou o microcrédito como um mecanismo que vai muito além de um serviço financeiro, mas também como uma possibilidade, como uma proposta de combate à pobreza nas aldeias próximas de sua universidade em Bangladesh.

Conforme Parente (2002, p. 16-17):

A tecnologia do microcrédito foi pioneiramente experimentada em Bangladesh pelo fundador do Banco Grameen, que começou emprestando dinheiro pessoal a juros mais baixos do que os cobrados por agiotas e à base de confiança, sem exigência de garantias.

Yunus procurava alternativas inovadoras e eficazes para apoiar as comunidades no combate à pobreza. Na sua primeira experiência, ele percebeu que pequenas somas eram necessárias para incrementar as atividades produtivas informais que realizavam e aumentar suas fontes de renda (MICK, 2003).

A experiência liderada pelo Professor Yunus através do seu Banco Grameen (banco da aldeia) iniciou-se pelo microcrédito. Apesar de muitos entraves, o Grameen conseguiu apresentar uma alternativa às comunidades envolvidas no ciclo perverso de continuidade da pobreza. O microcrédito liderou as ações do banco, sendo a sua principal bandeira. Mais tarde, essa entidade passou a dispor de outros serviços para as comunidades, incluindo seguros, poupanças e até a possibilidade de financiamento habitacional, assim revelando a grandeza dessa realização.

No decorrer da realização da experiência de Yunus foram desenvolvidos diversos procedimentos, ajustados quando necessário, que levaram ao sucesso do microcrédito. Procedimentos estes exportados de Bangladesh para o mundo, compondo a tecnologia do microcrédito.

2.3 Tecnologia do Microcrédito

Quando se fala em microcrédito, observa-se como principal característica os baixos juros e também a ausência de garantias para a concessão de recurso, a formação de grupos solidários e a relação próxima do agente bancário, desde a oferta do crédito até o acompanhamento durante a execução do projeto financiado.

O microcrédito é detentor de uma metodologia específica, com a concessão assistida do crédito. Diferenciando-se do sistema bancário tradicional, o agente vai até onde o possível financiado exerce suas atividades produtivas para avaliar o seu empreendimento, além das suas possibilidades de pagamento. Esse agente mantém um acompanhamento, avaliando a evolução do negócio (BARONE et. al. 2002).

As grandes inovações que envolvem o microcrédito foram disseminadas inicialmente em Bangladesh e mais tarde multiplicadas pelo mundo, a partir da experiência desenvolvida na Universidade de Dhaka pelo Professor Yunus, levando-o a constituir o seu banco, o Grameen.

O Grameen fez importantíssimas contribuições metodológicas para o campo das microfinanças, muito utilizadas em todo o mundo. Fazem parte dessa metodologia os empréstimos solidários como mecanismo de seleção de tomadores e garantias, a visão de um banco proativo (vai em direção aos clientes), a oferta de micropoupanças e microsseguros no conjunto de serviços oferecidos (NERI, 2008).

Assim, corrobora Quintino (2005, p. 46):

A partir da experiência de Bangladesh, iniciou-se no mundo uma nova metodologia de crédito: o microcrédito. Esse conceito envolve não somente a oferta de crédito em pequenas quantias, destinados às populações pobres, que não têm acesso ao sistema financeiro tradicional, como também a flexibilização na exigência de garantias, por meio dos grupos solidários, elemento fundamental na diminuição da inadimplência.

Para desenvolver essa metodologia, o Banco Grameen passou por diversos empecilhos para cimentar essa experiência que consolidou o microcrédito no mundo. Inicialmente, como grande entrave a dificuldade foi em obter crédito para destinar aos pobres, principalmente por ausência de garantias para a consecução de uma operação bancária.

Sem garantias a oferecer, a situação de quem é pobre se perpetuaria no ciclo contínuo de impossibilidades, longe de qualquer recurso para utilização em quaisquer processos produtivos. Sobre essa questão, Parente (2002, p. 97) expõe que:

A população de baixa renda permanecia “desbancarizada”, e o microempresário, à mercê de agiotas ou subterfúgios – sem dúvida criativos, como o cheque pré-datado, e também caros, como o crédito direto ao consumidor e os cartões de crédito – para financiar seus negócios na luta pela sobrevivência.

A questão das garantias exigidas para cobrir possíveis inadimplências é mais um diferencial do microcrédito em relação ao crédito tradicional. No sistema de microcrédito, a ausência de bens para oferecer como garantia é compensada pelo capital social da comunidade (relação de confiança, reciprocidade e participação), igualmente ao aval solidário através da formação de grupos (BARONE, 2002).

A imposição da garantia tomou um novo rumo na experiência de Bangladesh, pois o crédito passou a ser ofertado aos mais pobres sem fazer exigência deles. Assim, se construiu uma forma que livrasse as pessoas das aldeias das amarras dos agiotas, que lhes mantinham num ciclo perverso de continuidade da pobreza.

Desse modo, na consolidação da nova forma de oferta de microcrédito, Yunus e Jolis (2002) expõem que buscavam meios para emprestar uma pequena quantia para um grupo de pessoas, e avaliavam que com este, seriam capazes de trabalhar, produzir e vender sua produção de forma adequada, sem as amarras dos agiotas.

Conforme Mick (2003, p. 28):

A ausência de oferta de crédito aos mais pobres pelos bancos comerciais não significa que não exista um mercado para essa espécie de operação. Assim, a necessidade de capital por essa parcela da população alimenta um mercado informal de crédito, formado por práticas usurárias ancestrais, como a agiotagem, as redes de solidariedade (como os empréstimos tomados junto a familiares ou amigos, ou a caderneta da mercearia) e as experiências coletivas (como caixinhas de poupança em empresas ou grupos religiosos).

À época do início da história do Grameen, a possibilidade de superação dessa forma tradicional de empréstimo fez emergir resistências. Um novo caminho se abria aos pobres que trabalhavam, mas que ficavam com recursos apenas para a sua precária sobrevivência, pois os agiotas cobravam altos juros e pagamentos de uma só vez.

A falta de acesso das pessoas das camadas sociais mais baixas resulta na busca por dinheiro em meios alternativos. Em pesquisa realizada por Brusky e Fortuna nas cidades brasileiras de São Paulo-SP e Recife-PE foi constatada que a busca pelo crédito é a forma mais usada para suprir necessidades financeiras. As formas mais comuns são o fiado, crediário, cartão de crédito, cartão de financeira, cartão de loja, cheque pré-datado, cheque especial, dinheiro de parentes, participação em sorteio, empréstimos de agiotas ou financeiras (BRUSKY & FORTUNA, 2011).

A pesquisa em questão levou os autores a também constatarem que as populações usam duas modalidades de crédito, definidas como crédito em dinheiro e crédito parcelado. Os autores definiram três meios para obtenção dos recursos, conforme demonstrado na tabela 1.

Na oferta de crédito formal (com exigências de documentos e consulta de restrições de crédito), a oferta semiformal de crédito (exigência de poucos documentos e relação pessoal com o emprestador) e a oferta informal (onde nenhum documento é exigido e sem consulta a órgãos de restrição ao crédito) (BRUSKY & FORTUNA, 2011).

TABELA 1 - Categorização dos Serviços Financeiros.

Setor	Crédito em dinheiro	Crédito parcelado
FORMAL	Empréstimo bancário com finalidade específica Crédito pessoal bancário sob linha de crédito Adiantamento de dinheiro dos cartões de crédito de bancos, lojas ou financeiras Empréstimo de financeira Empréstimo de instituição de microfinanças Troca de cheque no banco	Cartão de crédito Cheques pré-datado Cheques especiais Crediário na grande loja
SEMIFORMAL	Empréstimos de empregador Empréstimos de agiota Troca de cheque em agiota Empréstimos em caixinha de empresa	Crediário na lojinha Crédito do fornecedor
INFORMAL	Empréstimos de parentes/amigos	Fiado ("Pendura") Sorteio Crédito dos outros

Fonte: BRUSKY & FORTUNA, 2011.

Esse sistema de obtenção de crédito está englobado no grupo das microfinanças com diversas formas de obter recurso. Assim como a obtenção do crédito, as formas de pagamento são variadas, depende da fonte e da forma do recurso.

De volta ao caso apresentado pelo Professor Yunus, ele lembra que, no sistema de pagamentos das parcelas dos bancos tradicionais e das cooperativas de crédito sempre era exigido o pagamento de uma só vez, as vezes causando dificuldades para o financiado, podendo chegar ao calote. Na experiência do Banco Grameen, as prestações são pequenas, chegando ao sistema de pagamentos diários (YUNUS e JOLIS, 2002).

Outra característica merece ser destacada, visto que até hoje é uma das mais reconhecidas quando se fala em microcrédito: a constituição de um

grupo. Assim, para a oferta de crédito, Yunus e Jolis (2002) apresentam a experiência da necessidade de constituição de um grupo, dando sensação de segurança e estímulo que os financiados não tinham quando se considera cada um individualmente.

Nesse sentido, para Yunus e Jolis (2002), todo candidato a um empréstimo é encarregado de constituir um grupo sem a interferência do banco com pessoas não parentes entre si, mas com uma mentalidade parecida e o mesmo status econômico. Os empréstimos eram individuais, entretanto, a responsabilidade era compartilhada pelo grupo (YUNUS & JOLIS, 2002).

Por isso, a experiência do Banco Grameen tanto se destacou e consolidou o microcrédito no mundo. Foi apresentada uma metodologia bastante inovadora, solidária, bem diferente da que era oferecida pelos bancos tradicionais.

Assim, para combater o que o Professor Yunus chamou de *apartheid* financeiro, o banco Grameen aparece como proposta diferente dos bancos tradicionais, assim ele afirma em Yunus e Jolis (2002, p. 241) que “meu banco visa especialmente aos pobres. Ele não exige nenhuma garantia, nenhuma investigação”.

Para Yunus e Jolis (2002, p. 109):

Os bancos, sem perceber, criaram uma categoria de pessoas “que não merecem um empréstimo”, o que significava que eles não as podiam tocar. Por que os banqueiros se apegam tanto à garantia? Por que ela é tão necessária? Por que razão as pessoas que conceberam o sistema bancário optaram por instalar um *apartheid* financeiro?

O reconhecido Banco Grameen também apresenta na sua metodologia o constante acompanhamento da saúde financeira dos seus associados através dos seus agentes de campo, construindo uma relação próxima e pautada na confiança.

Assim, afirmam Yunus e Jolis (2002, p. 154):

Os bancos tradicionais constroem sua instituição de crédito baseados na desconfiança. Mas para nós “crédito” significa “confiança”. Recuamos até os fundamentos da relação credor-financiado e construímos uma instituição baseada na confiança mútua, sem a intervenção de nenhum instrumento jurídico.

Com base na primeira experiência de Yunus nas aldeias foi possível constatar que a relação entre o credor e o financiado poderia pautar-se na confiança, relação até então criticada por chefes de bancos tradicionais que conheciam a experiência e adotavam práticas bastante diferentes. Esse fato é que tornou possível a consolidação do microcrédito e a posterior exportação desta tecnologia.

Ainda sobre a tecnologia do microcrédito, Parente (2002, p. 59-60) apresenta algumas especificidades do microcrédito, diferente das tradicionalmente aplicadas pelos bancos: agentes de crédito (acompanha todas as etapas do crédito em contato direto com o cliente – *in loco*), empréstimos rápidos e sucessivos (eliminação de entraves burocráticos), renovação imediata, incentivos à pontualidade no pagamento, cobrança ágil e preventiva de atrasos, sanções não financeiras (implicações na renovação do crédito) e garantias intangíveis (confiança, grupos solidários etc.).

Sobre a metodologia creditícia, Parente (2002, p. 62) apresenta o seguinte esquema, demonstrando todas as etapas da realização do crédito: pesquisa, promoção, solicitação, análise, desembolso, acompanhamento e renovação. Tal esquema deve ser seguido etapa por etapa, garantindo o sucesso da operação.

Deste modo, foi esta forma de conceder crédito que se converteu em uma forma crível de combate à pobreza, atendendo aos verdadeiros anseios do líder desta façanha. A sua propositura de combate à pobreza foi percebida pelo mundo e até mesmo países desenvolvidos buscaram compreender e implantar tal experimento.

2.4 Microcrédito e Pobreza

A pobreza é um fenômeno permanente na história e é combatida de variadas formas por diversas entidades em todo mundo. O microcrédito tem sido um mecanismo de combate à pobreza adotado pelos países, principalmente a partir da experiência de Bangladesh, já aqui descrita.

Na obra de Yunus e Jolis (2002), o professor Yunus conta que não tinha em seu trabalho a intenção de torna-se um credor, mas resolver o

problema, com um único objetivo: exterminar a pobreza, esse flagelo que humilha e denigra o ser humano.

Yunus observou nas aldeias próximas à universidade em que era professor que os pobres eram renegados por um sistema bancário crente nas suas impossibilidades de honrar compromissos. Tese refutada pelo nobre professor, visto que os pobres que participaram da sua primeira experiência de concessão de crédito honraram as dívidas, o que gerou um índice de adimplência próximo de 100% (cem por cento), bem diferente dos bancos tradicionais, que apesar de emprestar aos ricos e cobrar garantias reais, amargavam altos índices de inadimplência.

Dessa forma, os pobres teriam condições de tomar os valores e honrar seus compromissos, acessando uma possibilidade apresentada na propositura de combate à pobreza do microcrédito, beneficiando-os verdadeiramente.

Sobre essa questão Yunus e Jolis (2002, p. 33) expõem que:

Atacar diretamente a pobreza deve ser o objetivo de toda ajuda para o desenvolvimento, que deve ser considerada uma questão de direitos humanos, e não uma questão de crescimento do PNB, que considera que, se uma economia nacional melhora, os pobres se beneficiarão disso.

Assim, o microcrédito seria uma forma de apresentar de fato uma possibilidade de superação da condição de pobreza, pois nesse mecanismo se estaria atendendo de forma direta a quem se pretende alcançar na estratégia de combate à pobreza.

De acordo com Neri (2008, p. 27):

Estratégias de redução da pobreza via crédito subsidiado foram abundantes entre as décadas de 1950 e 1980. Mas essa primeira tentativa de disseminação do microcrédito foi um fracasso generalizado, devido principalmente a ineficiência, a corrupção e as taxas de juros altamente subsidiadas, que acabaram gerando altíssimas taxas de inadimplência, custo crescentes dos subsídios, cooptação de benefícios por aqueles politicamente mais favorecidos e conseqüentemente, racionamento do crédito.

O crédito subsidiado destacado pelo autor é visto por alguns estudiosos (a exemplo de Yunus) como uma forma equivocada de disponibilizar microcrédito, resultando em diversas situações que prejudicam o atendimento de sua propositura.

Na experiência de Yunus o crédito não era subsidiado e foi possível constatar o impacto social causado no país. Esse impacto não inicialmente perceptível e nem facilmente mensurável. Para Barone et. al. (2002, p. 11):

O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da autoestima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores.

O impacto social é um conjunto que envolve renda, saúde, alimentação e cidadania. Essa nova conjuntura pode ser resultado da ação do microcrédito, ou ao menos este poderá contribuir no conjunto de outras ações para a superação da pobreza.

Conforme Neri, no trajeto para superação da pobreza é necessária uma soma de esforços, através da partilha de esforços e um caminhar paralelo aos programas sociais, como o Bolsa Família, que tem o mesmo objetivo, levando aos pobres serviços que lhes são úteis e condizem com as necessidades e possibilidades (NERI, 2008).

Nesse contexto de superação da pobreza, Neri apresenta as políticas de transferências de rendas compensatórias, que aumentam a renda instantaneamente na sua implantação e as políticas estruturais, que aumentam a renda de forma permanente, como é o caso da provisão pública de educação, a reforma agrária e o microcrédito (NERI, 2008, p. 251)

Dessa forma, o microcrédito é apresentado como uma política com capacidade para geração permanente de renda. Para Neri (2008, p. 252) “o problema, em geral, apresentado por essas políticas é a lentidão para que seus efeitos sejam sentidos.

No Brasil, o microcrédito foi timidamente iniciado, alcançando êxito em algumas experiências. Mas, só em momento posterior é que passou a receber apoio financeiro e institucional do estado, passando a dispor de mais recursos e ter sua base legal constituída.

2.5 Microcrédito no Brasil

O mercado de crédito e microcrédito no Brasil ainda é bastante limitado, principalmente por privilegiar o consumidor em detrimento do produtor. Pode ser vista a primazia dos empréstimos de curto prazo em relação aos de longo, assim como a prioridade às pessoas de alta renda em prejuízo às pessoas de renda menor, além de outro fator fundamental em operações de crédito, as taxas de juros, que são demasiadamente altas no país.

A despeito dessas limitações, as microfinanças são um setor crescente no Brasil e hoje já são diversos programas oficiais de crédito. Parente (2002, p. 95), considera que existe a “indústria de microfinanças” e define como “o conjunto de organizações e programas que prestem serviços financeiros para o segmento microempresarial e utilizem, em menor ou maior grau, os conceitos e pressupostos básicos das microfinanças”.

No histórico das microfinanças no Brasil destaca-se a região nordeste. De acordo com Monzoni, a primeira iniciativa ocorreu em 1973, pela União Nordestina de Assistência e Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, na Grande Recife e que depois alcançou o interior do estado de Pernambuco e Bahia. A UNO contava com o apoio de diversas entidades empresariais, bancos locais e com a assistência técnica de uma entidade especializada em microcrédito, a *Acción Internacional* sediada nos Estados Unidos (MONZONI, 2005).

A UNO concedia crédito e capacitação aos seus clientes, além de contribuir para a formação de dezenas de agentes de crédito, tornando-se referência em microcrédito na América Latina. A UNO foi incluída em projetos de desenvolvimento de áreas rurais por meio de investimentos em irrigação, extensão agrícola, infraestrutura e crédito. A despeito disso tudo, a UNO por incapacidade de gerar sustentabilidade financeira foi encerrada em 1991, após sucesso técnico, metodológico e impacto social (MONZONI, 2005, p. 61-62).

Outro importante momento das microfinanças no Brasil foi em 1987, com a criação de uma organização não governamental denominada de CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos). Inicialmente firmado em Porto Alegre-RS, mais tarde alcançou outras diversas regiões do Brasil,

consolidando o CEAPE, depois do Banco do Nordeste (BNB) como um dos maiores atores do microcrédito no país.

O CEAPE se pulverizou pelo Brasil, fundando suas unidades independentes nos estados brasileiros, sendo até os dias atuais uma importante entidade de promoção do microcrédito.

Prosseguindo sobre o histórico do microcrédito no Brasil, Parente contribui apontando a Federação Nacional dos Pequenos Empreendedores-FENAPE e o Banco da Mulher como entidades que também inicialmente levantaram a bandeira do microcrédito. A FENAPE a partir de 1987 buscou disseminar pelos estados entidades de apoio ao microempreendedor contanto com a ajuda da *Accion Internacional* e o Banco da Mulher abriu agências em diversos municípios, além da experiência do Banco Sol (PARENTE, 2002).

Sobre aquela época, observa-se que, o momento econômico vivido pelo Brasil no início dos anos 1990 desencadeou influências sobre o trabalho no país. O Brasil viveu um momento de alinhamento ao neoliberalismo e como consequência, resultou na sua reestruturação produtiva devido a abertura comercial, que levou as empresas nacionais a cortarem custos, principalmente sobre o trabalho para manter a competitividade frente às empresas estrangeiras que passaram a atender o mercado nacional.

Essas circunstâncias levaram à diminuição dos postos de trabalho, motivada pela redução dos custos. Tal fato tem como principal corolário a constituição de uma informalidade ainda maior, que unida ao grande número de pessoas que já viviam na informalidade, constitui-se um grupo ainda maior. Essas pessoas tentam iniciar qualquer tipo de negócio para manter as mínimas condições de sobrevivência.

Nesse contexto, se faz necessária à disponibilização de microcrédito no sentido de manter ou expandir as atividades de geração de renda para quem já vivia ou passou a viver na informalidade. Entretanto, os bancos e o estado ainda dispunham de muito pouco em relação ao microcrédito, carente inclusive de regulamentação e de um arcabouço legal.

Por se tratar de informalidade, observa-se que um fator que muito contribui para a situação é o desemprego. Valendo-se de dados já do ano de 2019 (primeiro trimestre), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a taxa de desocupação (dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios–PNAD Contínua) no país ficou em 12,7%, correspondendo a um contingente de 13,38 milhões de brasileiros. Havendo dessa forma, um grande espaço para a expansão do microcrédito no país.

Nesse contexto, apresenta-se a visão de Parente (2002) que acredita que o atraso na expansão do microcrédito se deu por conta das altas taxas de inflação à época, a tradição do crédito governamental subsidiado por programas de caráter assistencialista e legislação estrita, levando à desbancarização da população de baixa renda, que permanecia sob as amarras dos agiotas e outros meios bastante caros de obtenção de crédito.

Além destes elementos, o microcrédito no país enfrentou e ainda enfrenta diversas limitações. O Brasil é um país de dimensões continentais com 5.570 municípios divididos em cinco regiões com as mais diversas características geográficas, econômicas e socioculturais. A grande maioria desses municípios tem pequeno porte, com economia predominantemente de atividades rurais como a agricultura. Esses municípios guardam uma dificuldade a mais em relação às áreas urbanas, pois são geograficamente dispersos e distantes, o que dificulta ainda mais o acesso ao microcrédito.

A despeito disso, importantes entidades têm desenvolvido ações no sentido de contribuir ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, a mais importante organização do Brasil em termos de microfinanças é o Banco do Nordeste, criado em 1952 e desde lá vem contribuindo de forma significativa para o combate à pobreza na região Nordeste do Brasil e norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Banco do Nordeste do Brasil-BNB trouxe em sua missão a responsabilidade em ser um dos atores na transformação da realidade socioeconômica da região, marcada pela pobreza e miséria. Essa entidade, portanto, tinha a incumbência de apoiar grandes projetos rurais e empresariais com grande impacto na indústria e infraestrutura da região, contribuindo assim, para a geração de empregos e renda.

Mas em certo momento, o Banco do Nordeste buscou atender outro importante seguimento que é fundamental para o combate à pobreza e a geração renda na região. O banco passou a desenvolver e ofertar programas de microcrédito, inicialmente voltados para a área urbana (por exemplo, o

Crediamigo) e mais tarde alcançando a projetos na área rural (a exemplo do Agroamigo), já alcançando um público desde o início.

De acordo com Souza (2010, p. 2):

O Banco decidiu atuar com outro instrumento voltado para a inclusão produtiva, o microcrédito, buscando contemplar os empreendedores individuais que formam grande parte da população nordestina e que passaram a constituir fundamental extrato na segmentação de clientes da Instituição.

Assim, o Banco do Nordeste lança em 1998 um Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado denominado de Crediamigo, se tornando o maior programa de microcrédito do Brasil e o segundo da América Latina, já ofertando aos clientes oportunidade diferenciadas em relação ao sistema bancário tradicional.

Mais tarde, no ano de 2005, o Banco do Nordeste também passa a oferecer Microcrédito Produtivo e Orientado destinado para a área rural, através de um Programa denominado de Agroamigo, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas do agricultor.

Portanto, no âmbito do microcrédito se dá destaque para as duas principais linhas do Banco do Nordeste, expondo-se dados sobre a quantidade de operações e os valores contratados de alguns anos desde o início de cada um dos programas até a atualidade, possibilitando a percepção da expansão do microcrédito, conforme tabelas 2 e 3.

TABELA 2 - Crediamigo (quantidade de operações e valores contratados).

Ano	Quantidade	Valores em R\$ Milhões
1998	59.834	30,9
2000	165.665	125,7
2002	359.216	287,4
2003	434.810	368,2
2007	824.782	794,3
2010	1.632.482	2.066,3
2014	3.871.871	7.124,8
2018	4.243.181	8.953,7
2019 (até maio)	1.755.574	3.836,0

Fonte: Adaptado de Banco do Nordeste (2019).

Em números acumulados, o Crediamigo já totaliza desde 1998 até maio de 2019, 38.635.516 de operações e R\$ 65.276.400,00 (quase 66 bilhões em pouco mais de 20 anos).

TABELA 3 - Agroamigo (quantidade de operações e valores contratados).

Ano	Quantidade	Valores em R\$ Mil
2005	18.044	17.382,00
2006	138.721	150.427,00
2009	286.175	443.137,00
2013	421.482	1.253.245,00
2016	481.595	1.974.615,00
2017	518.645	2.318.863,00
2018 ¹	505.282	2.531.050,00
2019 (até abril)	122.971	616.280,00

Fonte: Adaptado de Banco do Nordeste (2019).

Em números acumulados, o Agroamigo já totaliza desde 2005 até abril de 2019, 4.794.448 de operações e R\$ 15.477.562.000,00 (quase 16 bilhões em pouco mais de 14 anos).

Tais programas de microcrédito não podem ser vistos apenas como serviços ofertados por um banco, pois têm na sua propositura a geração de renda, o combate à pobreza e redução das desigualdades sociais, tanto na área urbana, como na área rural através desta ferramenta que engloba as microfinanças.

No Brasil, de acordo com Souza (2011, p. 33), existem dois modelos principais de microcrédito, “um é de juros subsidiados², onde os principais exemplos são o Banco do Povo Paulista e o Banco do Povo de Goiás, ambos com juros mensais de 1% e recursos oriundos do Tesouro estadual”.

¹ No Agroamigo, embora tenha se tratado de expansão desde a sua criação, registrou-se ligeira queda no ano de 2018.

² Operações de crédito ofertadas pelo governo com juros menores que os praticados pelo mercado.

Ainda nas concepções de Souza (2011, p. 33):

O outro modelo é o do Crediamigo, do Banco do Nordeste, VivaCred, no Rio, e Ceape, de Pernambuco, entre outros. Nestes, as instituições não buscam lucro com a operação, mas partem do princípio de que ela deve ser autossustentada e gerar os recursos para a sua perpetuação (novos empréstimos). Os juros variam entre 3% e 4%.

Essas novas possibilidades se tornaram viáveis devido a regulamentação do microcrédito no país. O estado passou a dar atenção a esse tema e percebeu a sua importância e o seu papel na promoção do desenvolvimento econômico e social, como ferramenta de combate à pobreza e geração de renda.

Para isso, o estado precisa destinar recursos para essa finalidade e surge a necessidade de normatizar esse mecanismo através de dispositivos que tornem revestida de legalidade a destinação de recursos e os protocolos a serem seguidos quando da execução dessa política.

Essa forma de apoio estatal é vista através de outra importante entidade que fomenta o desenvolvimento, o combate à pobreza e a geração de renda, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento–BNDES. O banco que tem relação direta com a propositura dos programas de microcrédito, especialmente quando se fala do PRONAF–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Sobre o PRONAF, a Secretária de Agricultura Familiar e Cooperativismo–SAFC aduz que:

Criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos agricultores familiares, cuja produção é resultado da própria força de trabalho, o Pronaf tem o intuito de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor integrando-o à cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo. Dessa forma, seu produto passa a contar com um valor agregado, o qual, no final, proporcionará um aumento de renda a esse produtor (SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, 2018).

O PRONAF atende à demanda de crédito no espaço rural brasileiro, disponibilizando recursos para produtores que muitas vezes não se encaixam no perfil atendido pelos programas de microcrédito. Mas vale ressaltar que, conforme a SAFC, o Pronaf também disponibiliza uma “linha de benefício para o chamado Grupo “B”, que é uma linha de microcrédito rural voltada para a

produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural” (SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, 2018).

Conforme a SAFC, na linha do PRONAF Grupo B “são atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 23 mil” (SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, 2018).

De acordo com Santos e Gois, o PRONAF B é a linha de microcrédito rural destinada aos mais carentes. O programa tem em sua concepção o atingimento dos fins sociais, passando inclusive por mudanças para atender esse público, o chamado PRONAF B (SANTOS & GOIS, 2011).

Santos e Gois colaboram colocando o PRONAF B como uma linha de microcrédito rural destinada à produção e geração de renda, disponibilizando recursos de pequenos valores para pequenos investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, tais como: compras de animais, manutenção da propriedade e outras necessidades, ou seja, o PRONAF B é um programa de microcrédito produtivo (SANTOS & GOIS, 2011).

Assim, no contexto de apoio governamental ao microcrédito, outras entidades também se destacam pela sustentação desse mecanismo em todo o país, como é o caso do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, principalmente por ser um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento e que articula com bancos, cooperativas de crédito, instituições de microcrédito e outras entidades a expansão do crédito e a orientação aos empreendedores sobre como acessá-lo.

Como observado, o microcrédito passou a receber importância governamental e como instrumento de política pública passou a ser usado como estratégia de desenvolvimento econômico e social, assim recebendo apoio institucional e financeiro de diversas entidades brasileiras, como é o caso das entidades e programas acima mencionados.

É a partir daí que o governo passa a trabalhar mais intensamente pelo microcrédito, quando grupos de trabalhos desenvolveram discussões

sobre o tema, que resultaram na proposição da legislação que passou a regular ações e permitir que entidades operassem o microcrédito.

No marco legal das microfinanças no Brasil, a norma pioneira que tenta regulamentar esse assunto é a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIPs, como entidades promotoras do desenvolvimento econômico e social e de combate à pobreza, que não tem o intuito na distribuição de lucros ou vantagens.

A citada Lei 9.790, disciplina que:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente ser conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

(...)

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

(...)

A Lei 9.790, de 23 de março de 1999 não regulamentou exatamente a atividade microfinanceira no país, mas apenas a permitiu genericamente, como é possível observar na amplitude do texto desta norma (MARTINS, 2008, p. 16).

Parente (2002, p. 114) esclarece que até 1999, a despeito da execução de algumas experiências com o microcrédito no Brasil, não havia um marco legal que regulasse essas atividades, agindo as organizações não governamentais à margem do sistema financeiro oficial, sem segurança jurídica e sujeitas à Lei da Usura. A partir daí, apresentou-se como solução a permissão para que as ONGs (na forma de OSCIPs) atuassem com microcrédito sem submissão à Lei da Usura, surgindo a criação das SCM.

Logo em seguida, através da edição de uma Medida Provisória (nº 2.082/20 de 2001) o Poder Executivo tem a iniciativa para a criação das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor-SCM. Essa norma foi convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, conforme texto legal a seguir:

Art. 12 Fica autorizada a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, as quais:

I - Terão por objeto social exclusivo a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às Instituições Financeiras para os efeitos da legislação em vigor;

(...)

Para Martins (2008, p. 17) esse normativo “regula a nova pessoa que cria (SCM) que visa atender a outra pessoa (microempreendedor) e declina até do que venha a ser o conceito de Microempreendedor para que seja regulado posteriormente pelo Conselho Monetário Nacional”

Outro dispositivo que compõe o marco legal das microfinanças é a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que “dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o PIPS, e dá outras providências”.

O SEBRAE apresenta uma distinção entre as organizações legalmente constituídas como microfinanceiras classificando-as em instituições reguladas e não reguladas. As primeiras são consideradas instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, classificadas em captadoras de recursos (bancos comerciais e as cooperativas de crédito) e demais instituições (agências de fomento, bancos de desenvolvimento e sociedades de crédito). As segundas (não reguladas) são instituições de microcrédito e programas governamentais que não fazem parte do Sistema Financeiro Nacional e, portanto, não estão sujeitas à Lei da Usura³. Constituem-se quem três grupos: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações não governamentais (ONGs) e os Programas e fundos financeiros do governo (SEBRAE Nacional, 2016).

Mais tarde, outra Medida Provisória convertida na Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado–PNMPO (financiado com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao

³ DECRETO Nº 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933 (Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências). Ver também MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001. Art. 4º As disposições desta Medida Provisória não se aplicam: (...) II - às sociedades de crédito que tenham por objeto social exclusivo a concessão de financiamentos ao microempreendedor.

Trabalhador–FAT e outros), sendo recentemente revogada em partes pela Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.

A Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 reza que:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, apresentadas de forma individual ou coletiva.

(...)

§ 4º O primeiro contato com os empreendedores, para fins de orientação e obtenção de crédito, dar-se-á de forma presencial.

(...)

A supracitada lei traz nova disposição sobre Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), tratando de questões técnicas sobre o programa, além de detalhes sobre a sua execução, como a exigência do contato com o empreendedor na forma presencial.

O apoio governamental ao microcrédito é que tem possibilitado a sua expansão. O novo governo também já demonstra que tem na sua pauta a preocupação com o tema. O BACEN publicou recentemente a Resolução nº 4.713 de 28 de março de 2019 que dispõe sobre microcrédito, inclusive o produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e sobre o direcionamento de recursos para essas operações. Esta norma excluiu do escopo do PNMPO as operações de microcrédito destinadas ao financiamento do consumo, concentrando recursos nas atividades exclusivamente produtivas.

Uma das disposições desta norma é a mudança que consta no seu art. 2º sobre as operações de microcrédito:

Considera-se operação de microcrédito, inclusive para fins de classificação no Sistema de Informações de Crédito (SCR), a operação de crédito realizada para financiamento de atividades produtivas de pessoas naturais ou jurídicas, organizadas de forma individual ou coletiva, com renda ou receita bruta anual de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais) (RESOLUÇÃO Nº 4.713 DE 28 DE MARÇO DE 2019).

Outro ponto importante desta resolução se observa no art. 3º, onde estão observadas algumas condições para as operações do Microcrédito Produtivo e Orientado:

(...)

I - uso de metodologia específica de concessão e controle;

II - acompanhamento por profissional especializado;

III - taxa de juros efetiva máxima de 4% a.m. (quatro por cento ao mês);

IV - valor máximo da taxa de abertura de crédito de até 3% (três por cento) do valor do crédito concedido, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas;

V - prazo da operação não inferior a 120 dias;

VI - somatório dos saldos devedores das operações de microcrédito produtivo orientado do tomador, na mesma instituição financeira, não superior a R\$21.000,00 (vinte e um mil reais); e

VII - somatório dos saldos devedores das operações de crédito do tomador contratadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, exceto as operações de crédito habitacional, não superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Ainda sobre o Microcrédito Produtivo e Orientado é importante o que a mesma norma determina no seu art. 4º:

Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicado em operações de microcrédito produtivo orientado valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da média dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição, calculada na forma do inciso I do art. 6º.

Dessa forma, tais medidas impostas por este dispositivo legal resultarão em mais crédito disponibilizado às atividades produtivas, favorecendo o ambiente para quem depende de recurso para produzir, além de elencar importantes medidas que devem ser adotadas quando da disponibilização e execução dos projetos financiados.

2.6 Microcrédito Produtivo e Orientado

Como já se observou o grupo das microfinanças é composto por diversos serviços financeiros, entre estes o microcrédito, que pode ser tanto para consumo para como usar em produção. No caso do Microcrédito Produtivo e Orientado, é apenas para o uso produtivo.

Quando se trata de Microcrédito Produtivo e Orientado–MPO no Brasil, observa-se que este mecanismo integra o grupo das microfinanças e é principalmente direcionado aos microempreendedores com baixa renda para utilização na sua atividade produtiva.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, “no âmbito do PNMPO, são considerados microempreendedores populares as pessoas

físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil (alterado pelo Decreto nº 6.607 de 21/10/2008)” (MTE, 2015).

Sobre o MPO faz-se necessária a observação sobre o seu arcabouço legal, tratado na Lei nº 13.636/2018 que considera:

Microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para financiamento das atividades produtivas, cuja metodologia será estabelecida em regulamento, observada a preferência do relacionamento direto com os empreendedores, admitido o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial.

Considerando o uso deste tipo de crédito, observa-se nas ideias de Barone e Sader (2008, p. 1250) que “o acesso a essa modalidade creditícia se torna uma oportunidade para o desenvolvimento dos pequenos negócios, levando a uma melhoria da capacidade de consumo da unidade familiar por meio da geração de renda”.

Apresenta-se ainda, a definição de Microcrédito Produtivo e Orientado, como sendo, nas concepções de Barone e Sader (2008, p. 1250):

Um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micros e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo.

Destarte, esse tipo de microcrédito tem a sua peculiaridade, sendo um mecanismo das microfinanças que exclui o uso para o consumo, pois é utilizado puramente para as atividades produtivas, ofertado através de uma relação entre o agente de crédito e o financiado.

Ao se falar dessa modalidade de microcrédito é importante lembrar-se de uma figura essencial nesse processo, que é o agente de crédito. “Ele é o elo entre a instituição de microcrédito e o tomador do empréstimo, sendo o responsável pelo estabelecimento de uma relação profissional e de confiança” (BARONE, 2002).

O trabalho do agente de crédito começa pela entrevista junto ao empreendimento, onde é feito um diagnóstico *in loco* da situação financeira e gerencial, usado como base para a concessão ou não do crédito (BARONE, 2002).

No Brasil, muitas instituições estavam no ano de 2015 habilitadas pelo então Ministério do Trabalho e Emprego–MTE para operar no âmbito do PNMPO, como demonstra a tabela 4.

TABELA 4 – Instituições habilitadas para o PNMPO.

Constituição Jurídica	Instituições Habilitadas junto ao MTE
Agência de Fomento	10
Banco Cooperativo	1
Banco de Desenvolvimento	4
Cooperativa Central de Crédito	6
Cooperativa de Crédito	296
IFO	12
OSCIP	164
SCM	28
Sociedade Operadora de MPO	2
TOTAL	523

Fonte: Relatório Gerencial do PNMPO do 3º trimestre de 2015 – MTE.

O MTE também disponibilizou dados dos anos de 2008 a 2015 sobre o PNMPO, onde já foram concedidas mais de 26,52 milhões de operações de microcrédito, atendendo mais de 26,86 milhões de clientes, com um volume concedido superior a R\$ 59 bilhões (valores atualizados), conforme a tabela 5.

TABELA 5 - Execução Histórica Consolidada do PNMPO - 2008 a 2015.

Ano	Clientes Atendidos	Operações Realizadas	Variação Anual (%)	Valores Nominais Concedidos em R\$	Valores Atualizados* Concedidos em R\$
2008	1.430.097	1.280.680		1.825.147,592,77	2.945.582.271,69
2009	1.654.186	1.620.656	26,55	2.323.599.790,69	3.521.814.308,41
2010	2.071.607	1.966.718	21,35	2.998.623.914,48	4.365.506.896,56
2011	2.674.157	2.576.559	31,01	4.098.289.416,62	5.603.869.961,66
2012	3.953.406	3.814.781	48,06	6.504.785.890,40	8.384.649.627,79
2013	5.664.941	5.713.091	49,76	10.162.675.000,69	12.334.894.340,93
2014	5.552.080	5.667.287	-0,80	11.646.316.132,59	13.391.110.372,23
2015 (jan-set)	3.867.850	3.885.941		8.330.940.986,69	9.017.410.523,99
TOTAL	26.868.324	26.525.713		47.890.378.724,93	59.564.838.303,27

Fonte: Adaptada de Relatório Gerencial do PNMPO do 3º trimestre de 2015 – MTE.

* Valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE.

Observa-se assim, o volume de operações e os recursos disponibilizados pelo PNMPO para aplicação em atividades produtivas no decorrer de 8 anos.

No âmbito no PNMPO se destaca a questão da informalidade, visto que no terceiro trimestre de 2015 quase 96% dos atendidos eram pessoas em situação de informalidade, como expressa a tabela 6.

TABELA 6 - Clientes do PNMPO por Situação Jurídica - 3º Trimestre de 2015.

Situação Jurídica	Clientes ativos em set/2009	(%)	Clientes atendidos no 3º trimestre 2015	(%)	Valor Concedido	(%)
Formais	138.597	4,45	41.141	3,00	157.569.850,90	5,51
Informais	2.979.296	95,55	1.332.249	97,00	2.702.389.255,61	94,49
TOTAL	3.117.893	100,00	1.373.390	100,00	2.859.959.106,51	100,00

Fonte: Adaptada de Relatório Gerencial do PNMPO do 3º trimestre de 2015 – MTE.

Já em relação à distribuição dos clientes por ramo de atividades, verifica-se uma considerável concentração de demandantes de microcrédito

que operam no comércio (63,64% do total de clientes atendidos), enquanto na agricultura apenas 0,17%, como revelado na tabela 7.

TABELA 7 - Clientes do PNMPO por Ramos de Atividade – 3º Trimestre de 2015.

Ramo Atividade	Clientes ativos em set/2009	(%)	Clientes atendidos no 3º trimestre 2015	(%)	Valor Concedido	(%)
Agricultura	5.151	0,17	890	0,06	7.901.394,65	0,28
Comércio	1.984.379	63,64	999.374	72,77	1.960.578.064,63	68,55
Indústria	52.445	1,68	24.024	1,75	57.783.882,69	2,02
Serviços	183.623	5,89	77.369	5,63	208.544.032,52	7,29
Outros	892.296	28,62	271.733	19,79	625.151.732,02	21,86
TOTAL	3.117.894	100,00	1.373.390	100,00	2.859.959.106,51	100,00

Fonte: Adaptada de Relatório Gerencial do PNMPO do 3º trimestre de 2015 – MTE.

Dessa forma, é possível observar toda a estrutura existente no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, incluindo as instituições autorizadas a disponibilizar crédito, assim como o volume de recursos e quantidades de operações relativas às atividades produtivas. Portanto, sendo esse um importante subgrupo dentro do grupo maior das microfinanças.

Desse modo, nos estudos das microfinanças e microcrédito foi possível perceber algumas definições importantes, observando que, as microfinanças são um grupo que integram além do crédito (inclusive para consumo), poupança, seguros e outros serviços financeiros, destacando-se nesse grupo o microcrédito produtivo.

3 CRÉDITO RURAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA

3.1 Perfil do Município

O município de Anajatuba tem área territorial de 942.568 km² e está localizado na mesorregião Norte Maranhense. Limita-se ao Norte com o município de Cajapió e Santa Rita, a Oeste com Viana e Arari, ao Sul com Arari e Miranda do Norte e a Leste com Santa Rita e Itapecuru-Mirim.

Noutra divisão, que considera aspectos físicos, econômico-sociais e geográficos, o município integra a microrregião da Baixada Maranhense⁴, local marcado pelos campos inundáveis em determinadas épocas do ano, com lagos, tesos e uma vegetação bastante peculiar.

Na Baixada Maranhense, de janeiro a junho, com o período chuvoso se assiste a cheia dos campos, a fartura de peixes (carambanja, traíra, piaba e outros) e muito alimento (capim, junco e uma planta chamada de maliça) para o gado e de julho a dezembro, o abaixamento das águas até a sua seca, sempre marcada pela escassez de pasto e diminuição do peixe.

Sobre essa região, Lopes (1970, p. 6) assim descreve:

Quanto à Baixada Maranhense, com os seus terrenos de aluviões, campos, ainda mal consolidados é como que o imenso aterro, resultante dos contínuos transportes, à conta dos terrenos nas zonas altas. É mesmo uma “terra em formação” essa planície do Golfão Maranhense, com seus lagos em forma de rosário e suas terras inundáveis.

A Baixada dos “campos verdejantes⁵”, onde “brilham as cores do Brasil⁶” e “onde outrora os tupis habitavam⁷” causam encantamento e são um presente da natureza, principalmente pelos alimentos que fornece, peixe e aves (para as pessoas) e pasto (para o gado). A Baixada é verde no período chuvoso e amarela, seca, no período de estiagem, que traz como símbolo, o torrão (marca feita pelo gado na lama, que depois resseca).

⁴ Região composta por 21 municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Pinheiro, Peri-Mirim, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Viana e Vitória do Mearim (IMESC, 2013).

⁵ Trecho do Hino de Anajatuba, letra do Professor Mauro Rêgo e Instituído pela Lei Municipal nº 2019/2006.

⁶ Trecho do Hino de Anajatuba.

⁷ Trecho do Hino de Anajatuba.

Conforme Gomes (2017, p. 24):

Historicamente, o território da Baixada Maranhense foi palco de um enredo formado por brancos europeus colonizadores, negros africanos e índios nativos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Nessa microrregião eram geradas riquezas oriundas da produção de algodão, da cana-de-açúcar, do arroz, da farinha de mandioca, da pecuária, do extrativismo do babaçu etc., comercializadas na Capital e destinadas ao consumo interno e à exportação para a Europa, principalmente do açúcar e algodão.

Essa região, portanto, foi palco desses acontecimentos do processo de colonização, incluindo personagens (o colonizador, o índio, o escravo etc.), cada um com sua “função”, criando uma cultura, uma forma de produção baseada em técnicas rudimentares, que se consolidaram e até hoje são repetidas.

Dessa forma, Braga observa que as cadeias produtivas da Baixada Maranhense ainda são obsoletas, baseadas na economia de subsistência, com suas principais atividades restritas ao extrativismo vegetal (babaçu, juçara, buriti etc.), pesca artesanal, uma espécie de pecuária extensiva e pequena agricultura (lavoura rudimentar). Mesmo com o potencial hídrico da Baixada, ainda existe o drama da escassez em algumas comunidades rurais, no segundo semestre de cada ano (BRAGRA, 2017).

Viveiros aponta que, nesse universo complexo e dinâmico, onde se revezam as grandes enchentes e longas estiagens, há uma população praticamente abandonada e com escasso acesso às políticas públicas, num cenário rural entre lagos e campos, com pesca artesanal, pecuária e agricultura de subsistência, principalmente mandioca, arroz e outros produtos essenciais para a subsistência (VIVEIROS, 1975).

Tal situação faz com que ainda hoje o Maranhão siga com práticas muito artesanais nas suas atividades produtivas. Botelho faz uma exposição sobre essa questão, onde apresenta a agricultura como uma das mais importantes atividades econômicas do estado, desde a sua formação, com produtos que promoveram a colonização da região litorânea (cana-de-açúcar, arroz e algodão). O autor também expõe as características da economia agrícola, sendo a baixa produtividade, utilização de técnicas arcaicas, rudimentares, cuja produção se destina à subsistência, com exceção, hoje, da soja (BOTELHO, 2010).

A despeito disso, a região da Baixada Maranhense serviu até a abolição da escravidão no final do século XIX⁸ como “Celeiro do Estado” (VIVEIROS, 1975), abastecendo as regiões ligadas ao mercado externo com a sua produção.

Isto posto, sabe-se como se iniciou e se desenvolveu a colonização e as ocupações do Maranhão, no qual está inserida a microrregião da Baixada Maranhense, formada por 21 municípios com características peculiares. Voltam-se os olhares, para um deles, o município de Anajatuba, objeto do presente estudo.

A cidade de Anajatuba também está incluída nesse cenário de esquecimento o qual vive a Baixada Maranhense, acumulando indicadores sociais que revelam uma crítica situação de pobreza e desigualdade, integrada a um ciclo de repetição desse estado, principalmente pela ausência de políticas públicas que seriam capazes de romper tal situação e inaugurar um novo momento de desenvolvimento.

Inicialmente, tratando sobre o processo de ocupação de Anajatuba, o IMESC (2013) considera que tenha iniciado com os índios, sendo estes dispersos pelos portugueses, cedendo espaço aos colonos, que ali se estabeleceram por ser um lugar apropriado à criação de gado. Quanto a toponímia do lugar, resulta da língua *tupi guarani*, com a união dos termos: *anajá* (espécie de palmeira) e *tuba* (que significa frequência, abundância), portanto, anajazal, Anajatuba.

Esse local passou a ser chamado de Vila de Santa Maria de Anajatuba, pela Lei Provincial nº 359, de 22 de julho de 1854. Sendo o fundador da Vila, o Comendador Joaquim José da Silva Rosa Filho. Mais tarde, pelo Decreto-Lei nº 359, de 16 de dezembro de 1933, o município foi suprimido e anexado ao de Rosário-MA. Mas, em 1935, um novo Decreto-Lei reestabeleceu o município e em 1938 foi elevado à categoria de cidade. (IMESC, 2013).

⁸ O processo de colonização do Maranhão se deu pelo Norte, com a corrente litorânea e pelo Sul, pela corrente pastoril. A primeira buscava implantar a lucrativa estrutura agroexportadora, com mão de obra africana escravizada. A segunda concentrou-se na pecuária (TROVÃO, 2008).

Anajatuba tem características socioeconômicas muito parecidas com a grande maioria dos municípios do Maranhão. São poucos os empregos formais e grande maioria da população é dependente de programas como o Seguro Defeso⁹ (para pescadores), Bolsa Família¹⁰, Benefício de Prestação Continuada-BPC¹¹ e outros benefícios como aposentadorias e pensões (ambos pagos pelo Instituto Nacional da Seguridade Social–INSS).

O município de Anajatuba tinha em 2010 uma população de 25.291 habitantes (conforme o censo de 2010), sendo 12.959 homens (51,24%) e 12.332 mulheres (48,78%) e urbana 7.015 (27,74%) habitantes e rural 18.276 (72,26%) habitantes, com densidade demográfica de 25,01 hab./km². O IBGE também apresenta uma população estimada para 2019 de 26.803 habitantes.

O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal revela a crítica situação de Anajatuba, quando comparado à capital, ao estado do Maranhão como um todo e ao Brasil. Embora o IDH Municipal esteja se elevando desde o ano de 1991, ainda é muito baixo quando se faz comparações. Mas, deve-se observar que entre os anos de 2000 e 2010, como demonstrado na tabela 8 o índice passou de muito baixo para baixo¹², alcançando uma melhor situação.

TABELA 8 – Comparação do IDH Municipal.

Município	Ano 1991	Ano 2000	Ano 2010
Anajatuba	0,260	0,397	0,581
São Luís	0,562	0,658	0,768
Maranhão ¹³	0,357	0,476	0,639

Fonte: IBGE.

⁹ Conforme o Portal da Transparência do Governo Federal, em 2019 2.061 pessoas receberam Seguro Defeso no Município, totalizando R\$ 7.136.640,00.

¹⁰ A Transparência do Governo Federal apresenta o quantitativo de 6.179 beneficiários, com acesso a R\$ 6.454.617,00, no ano de 2019.

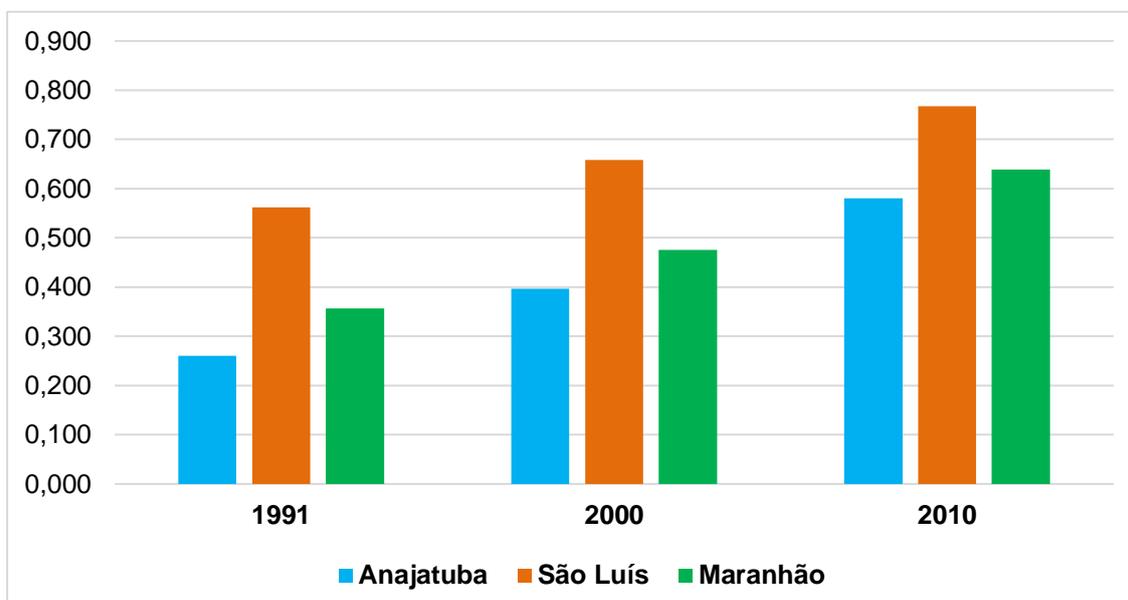
¹¹ Ainda de acordo com a Transparência Federal, foram 425 beneficiários de BPC em 2019, que receberam R\$ 2.489.012,00.

¹² O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Muito Baixo (0 a 0,499); Baixo (0,500 a 0,599); Médio (0,600 a 0,699); Alto (0,700 a 0,799); e Muito Alto (0,800 a 1) (PNUD, 2019).

¹³ Nesse caso, por se tratar do Estado, aplica-se o IDH–Índice de Desenvolvimento Humano.

Elaborou-se o gráfico 1, que torna mais visível a situação do IDHM de Anajatuba, quando considerada a capital São Luís e o estado do Maranhão como um todo, conforme abaixo:

GRÁFICO 1 - Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano.



Fonte: IBGE.

Em 2010, o município de Anajatuba alcançou a posição 4.614^a no âmbito dos 5.570 municípios brasileiros, com IDHM¹⁴-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 0,581. Esse patamar foi alcançado através dos índices do ano de 2010 com IDHM Renda em 0,523, IDHM Longevidade em 0,762 e IDHM Educação em 0,492. Portanto, o item longevidade foi o que mais contribuiu positivamente para o IDHM de Anajatuba, enquanto a educação foi um fator que contribuiu negativamente.

Ao se tocar no quesito trabalho e rendimento é revelada uma crítica situação no município. Conforme o IBGE, em 2017, o salário médio mensal do trabalhador na formalidade era de 2,1 salários mínimos, equivalente a R\$ 1.967,70. Com apenas 875 pessoas ocupadas, correspondendo a 3,2% da população, estando na posição 186^a no universo do estado do Maranhão de

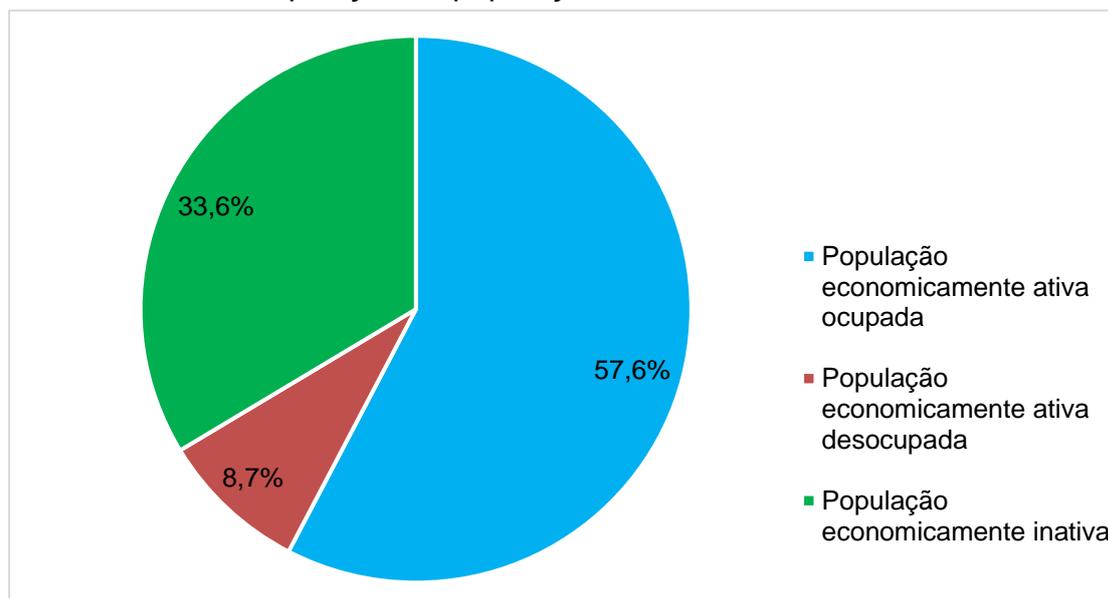
¹⁴ Conforme o PNUD-Programa Nacional das Nações Unidas (2019), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Os três componentes acima são agrupados por meio da média geométrica, resultando no IDHM.

217 municípios, e 5.524^a, no universo de 5.570 municípios brasileiros. Em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo era de 58,9%.

Em Anajatuba, a oferta de emprego não se afasta da realidade maranhense e de muitos municípios brasileiros. Os empregos formais estão por conta do serviço público (estadual e municipal) e algumas empresas de comércio e serviços, que é uma atividade crescente no município (com a oferta de serviços médicos, exames, advocatícios, contabilidade, dentista, internet local, refrigeração, bares, hotéis e outros). A grande maioria dos trabalhadores está na informalidade, como a empregada doméstica e o trabalhador rural contratado por diária.

No ano de 2010, o gráfico 2 expressa que a composição da população de 18 anos ou mais de idade em relação ao trabalho se dá com predominância da população economicamente ativa.

GRÁFICO 2 – Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Com base no gráfico 2, pode-se inferir que entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 54,78% em 2000 para 57,63% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o

percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,41% em 2000 para 8,73% em 2010.

O critério de renda é indispensável na construção da caracterização do município e é utilizado em algumas metodologias para definir a situação de pobreza e desigualdade. A tabela 9 demonstra que o município passou por um aumento da renda *per capita* e a diminuição do índice de pobreza.

TABELA 9 - Renda, Pobreza e Desigualdade em Anajatuba – MA.

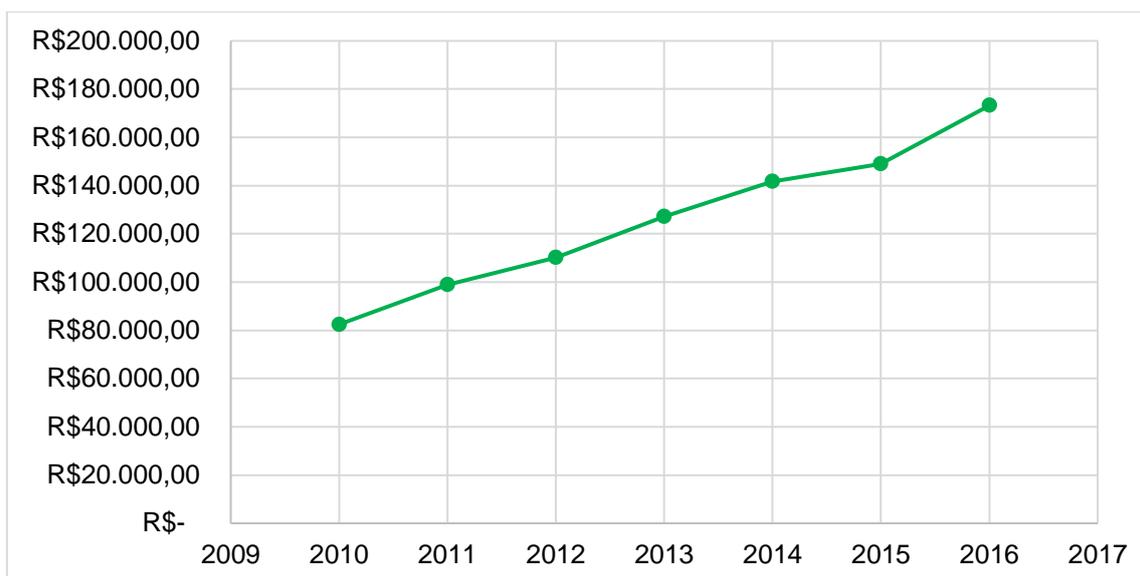
	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> R\$	89,59	103,91	207,65
% de extremamente pobres	66,87	52,61	39,99
% de pobres	87,16	77,42	55,32
Índice de Gini	0,59	0,51	0,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A partir da tabela 9, observa-se a elevação da renda *per capita* nas últimas três décadas, refletindo na proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 87,16%, em 1991, para 77,42%, em 2000, e para 55,32%, em 2010. Entretanto, houve a evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, como descreve o Índice de Gini¹⁵, que passou de 0,59, em 1991, para 0,51, em 2000, e para 0,60, em 2010.

Outro ponto que merece destaque é o Produto Interno Bruto–PIB do município de Anajatuba, que vem apresentando crescimento desde o ano de 2010. Conforme o IBGE, no ano de 2016, o PIB de Anajatuba somou R\$ 173 milhões, representando 0,20% do PIB do Maranhão e 4% do PIB da Baixada Maranhense. O gráfico 3 revela a situação do PIB de 2010 a 2016.

¹⁵ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD).

GRÁFICO 3 – Evolução do PIB do Município - 2010-2016.

Fonte: IBGE.

Conforme IBGE, em 2016, o setor de serviços, o mais representativo, contribuiu com 24,02%; em segundo lugar, o setor agropecuário com 21,68%; e em terceiro, o industrial com 4,03%, números expressos na tabela 10. No mesmo período, a arrecadação de impostos foi equivalente a 3,43% do PIB do município.

TABELA 10 – Composição do PIB de Anajatuba – 2016.

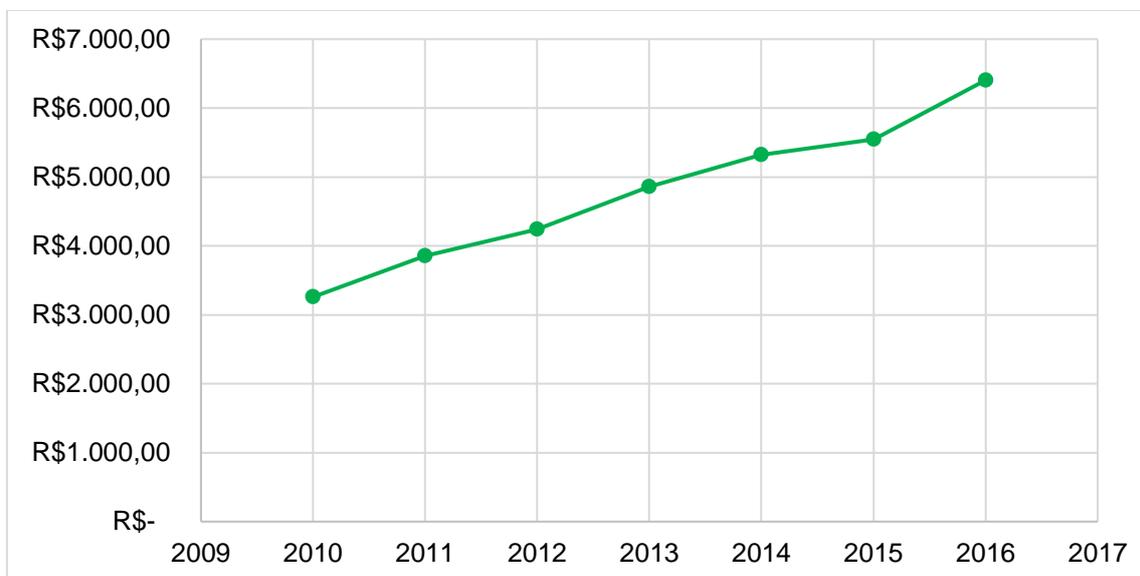
PIB a preços correntes	R\$ 173.717,07 R\$ (x1000)
Impostos, líquidos de subsídios, s/ produtos, a preços correntes	R\$ 5.953,61 R\$ (x1000)
Agropecuária	R\$ 37.668,53 R\$ (x1000)
Indústria	R\$ 7.006,65 R\$ (x1000)
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 41.726,89
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 81.361,40 R\$ (x1000)

Fonte: IBGE.

O crescimento do PIB Municipal reflete na elevação do PIB *per capita*, que passou de R\$ 3.259,09 em 2010, alcançou R\$ 5.325,12, em 2014 e continuou aumentando, chegando a R\$ 6.404,32, em 2016, conforme o gráfico 4. Mas ainda representa apenas cerca de metade do PIB *per capita* do estado

para 2016, representando 52,22% deste (ocupando a posição 129ª no Maranhão e 10ª na Baixada) e muito abaixo do PIB *per capita* do Brasil para o mesmo ano, representando 20,96% deste (ocupando a posição 5.261ª).

GRÁFICO 4 – Evolução do PIB *per capita* de Anajatuba- MA - 2010-2016.



Fonte: IBGE.

A composição do PIB de Anajatuba tem razoável participação da agropecuária, devido a vocação do município. Entretanto, a agropecuária no município sofre por uma série de restrições, principalmente pela baixa aplicação de tecnologia na produção, prevalecendo ainda técnicas rudimentares, como as queimadas para a preparação do solo.

TABELA 11 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	615	8.555
Assentado em titulação definitiva	145	89
Arrendatário	240	653
Parceiro	310	2.307
Ocupante	460	276
Produtor sem área	446	-
Total	2.216	11.880

Fonte: IBGE, adaptado por IMESC (2013, p. 52).

A tabela 11 revela certa restrição no acesso à terra, pois a grande maioria dos produtores não são proprietários das terras usadas, como é o caso do arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área, esses totalizando 65,70% dos produtores. Apesar disso, experiências de arrendamento e outras formas de uso têm se mostrado exitosas no município.

A tabela 12 expõe que a lavoura temporária é praticada no maior número de estabelecimentos. Isso se dá porque o município aproveita o período chuvoso para o plantio, pois escassez de água em outras épocas do ano dificulta a lavoura permanente. As lavouras permanentes são praticadas em apenas 4,21% dos estabelecimentos quando comparada à temporária.

TABELA 12 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, de acordo com a utilização das terras – 2006.

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	71	373
Lavoura temporária	1.615	1.435
Área plantada com forrageiras	35	606
Pastagens naturais	69	3.915
Pastagens plantadas degradadas	17	696
Pastagens plantadas em boas condições	50	4.184
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	4	153
Sistemas agroflorestais	10	360
Tanques, lagos, açudes e/ou áreas de águas públicas para exploração de aquicultura	3	26
Construções, benfeitorias e caminhos	8	46
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras etc.)	3	34
Total	-	11.828

Fonte: IBGE, adaptado por IMESC (2013, p. 51).

Ainda sobre a agricultura, Rêgo faz um apanhado histórico, expondo que essa atividade sofreu profundas modificações ao longo do tempo. A cana-de-açúcar já teve grande influência na economia local no século XVIII, mas em

meados do século XIX, começou a ceder espaço ao fumo, café, mandioca e milho (RÊGO, 2017).

Hodiernamente, embora predomine o uso de pouca ou nenhuma tecnologia, o município manifesta seu potencial na agricultura, com o plantio de mandioca para a produção de farinha, macaxeira, milho, arroz, feijão, melancia, melão, pimenta e hortaliças. Tais culturas, em geral, aproveitam o ciclo natural das estações para a produção. Em raros casos são encontradas roças irrigadas (a maioria são pequenos cultivos com o uso de regador), pois essa ainda é uma dificuldade, por falta de orientação técnica e custos, além da água, que em geral é encontrada com a escavação de poços artesianos, água dos campos de origem pluvial, pois o município não é cortado por nenhum rio, na sua parte habitada.

Rêgo ainda coloca que a partir de 2015, alguns agricultores do estado de Santa Catarina arrendaram terras no município para plantar arroz de forma mecanizada, obtendo sucesso, alcançando 7.000/ha., com previsão para 1.500.000 em 2016. Apesar do “sucesso”, há resistência dos moradores próximos das áreas, visto que, o uso de fertilizantes e inseticidas lançados de avião tem causado problemas respiratórios em pessoas e a morte de animais (RÊGO, 2017).

A fruticultura também é uma atividade desenvolvida no município sem orientação técnica. A própria natureza se encarrega de oferecer produtos com um sabor impressionante, como é o caso do cupuaçu (bastante apreciado), banana, tanga e a “manga de massa” do povoado Cumbi.

No setor da produção animal, o município tem uma aptidão natural para a criação de bovinos, principalmente por sua grande extensão de campos que oferecem pastos à natura para o gado, mas somente durante alguns meses do ano.

Há registros de outras culturas, como a suinocultura, bubalinocultura, caprinocultura e outras, de forma predominantemente artesanal, sem o uso de tecnologias, manejo, preocupação sanitária, acompanhamento técnico, resultando em baixos índices produtivos, ou seja, uma produção para atender à subsistência.

Neste setor, dá-se destaque para a piscicultura que cresce bastante no município, que, embora não seja banhado por rios com águas perenes, é

crescente a escavação de tanques e também o interesse dos produtores por essa atividade, que já é de alguma forma assessorada por técnicos. Também é apontada a criação de aves, principalmente galinhas caipiras e patos, que encontram nos campos um *habitat* propício.

Na produção também merece destaque o peixe, pescado nos campos, onde cresce de forma totalmente natural e é um símbolo do município. A pesca acontece principalmente no Lago da Assuntinga e Igarapé do Troitá, que deságua no mar através de uma barragem (que separa a água doce da salgada e tem o objetivo de regular a água dos campos e evitar enchentes). Em menor proporção, os peixes da água salgada e mariscos também são pescados em águas anajatubenses, na região do Golfão Maranhense.

Outra atividade que tem se destacado no município é a apicultura, atividade que, conforme Rêgo, foi muito incentivada pela Secretaria Municipal de Agricultura desde a gestão de Dr. Nilton da Silva Lima, com a instalação da Casa do Mel por meio de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário–MDA (à época, esse projeto aguardava aprovação da doação do terreno para a construção do prédio). Em 2015, a produção chegou a 21 toneladas de mel, sendo vendidas para compradores do estado do Ceará, pois a estruturação ainda não permite o beneficiamento e agregação de valor do produto no próprio município (RÊGO, 2017).

Nas gestões de Nilton da Silva Lima Filho, 2005-2008 e 2009-2012, houve grande incentivo às atividades produtivas no município de Anajatuba através da Secretária Municipal de Agricultura. Diversos projetos de fomento à produção foram implantados no município, incentivando o cultivo de hortaliças, frutas, produção de ovos e outros que passaram a atender o programa Compra Local, movimentando a economia anajatubense.

A cultura do cupuaçu foi fortemente incentivada à época, assim como a produção de melancia, horticultura e outras. Importantes parcerias foram celebradas com o intuito de levar recursos e orientação técnica aos produtores do município, é o caso de instituições como o SEBRAE-MA e o Banco do Nordeste - BNB através do Programa Agroamigo.

Muitos desses produtos derivados da agricultura ou da produção animal são comercializados no município, principalmente na feira, que

acontece aos sábados. Alguns produtos são vendidos para a capital, como é o caso da farinha, carne bovina, suína, aves e peixes da água doce.

Observa-se que, a utilização de técnicas artesanais resulta na baixa produtividade, dificultando a participação do produtor no mercado local e o acesso a outros mercados. Muitas são as dificuldades enfrentadas pelos já produtores ou por quem quer adentrar essa área. A carência de assistência técnica e a dificuldade de crédito representam verdadeiros entraves.

Os serviços bancários em Anajatuba ainda hoje são muito restritos. O município conta com uma agência bancária do Bradesco e dois postos de banco expresso também vinculados ao Bradesco, uma casa Lotérica e algumas financeiras que disponibilizam empréstimos. Em geral, a população do município usa serviços no Banco do Brasil em Itapecuru–Mirim, na Caixa Econômica Federal em Santa Rita e os serviços de microcrédito no Banco do Nordeste, também em Itapecuru–Mirim, contando com o apoio de uma coordenação instalada junto à Secretaria de Agricultura de Anajatuba.

Dessa forma, os dados apresentados confirmam a situação de pobreza do município, com o baixo grau de formalização dos empregos, baixa renda, PIB *per capita* e outros indicadores. Nesse contexto, coloca-se o microcrédito rural como possibilidade de melhoria da produção, contribuindo para geração de renda e a superação desse quadro, impedindo a perpetuação da situação de pobreza vivida no município.

3.2 Crédito Rural no Município de Anajatuba-MA

O cenário de pobreza presente no município de Anajatuba demonstra a necessidade da disseminação do crédito rural, visto que, há uma grande parcela da população que já desempenha alguma atividade rural, principalmente na agricultura ou pecuária. Entretanto, essas atividades na grande maioria dos casos são baseadas em técnicas rudimentares, sem assessoramento técnico, levando à baixa produtividade.

Tais atividades carecem de assessoria técnica e de crédito para o seu melhoramento, pois é o recurso que permite o acesso a itens tecnológicos capazes de transformar a realidade do produtor, aumentando a qualidade e produtividade, levando-o a acessar mercados para o escoamento de sua

produção. Aqui se fará uma descrição do crédito rural do município de Anajatuba, expondo-se alguns dados e situações.

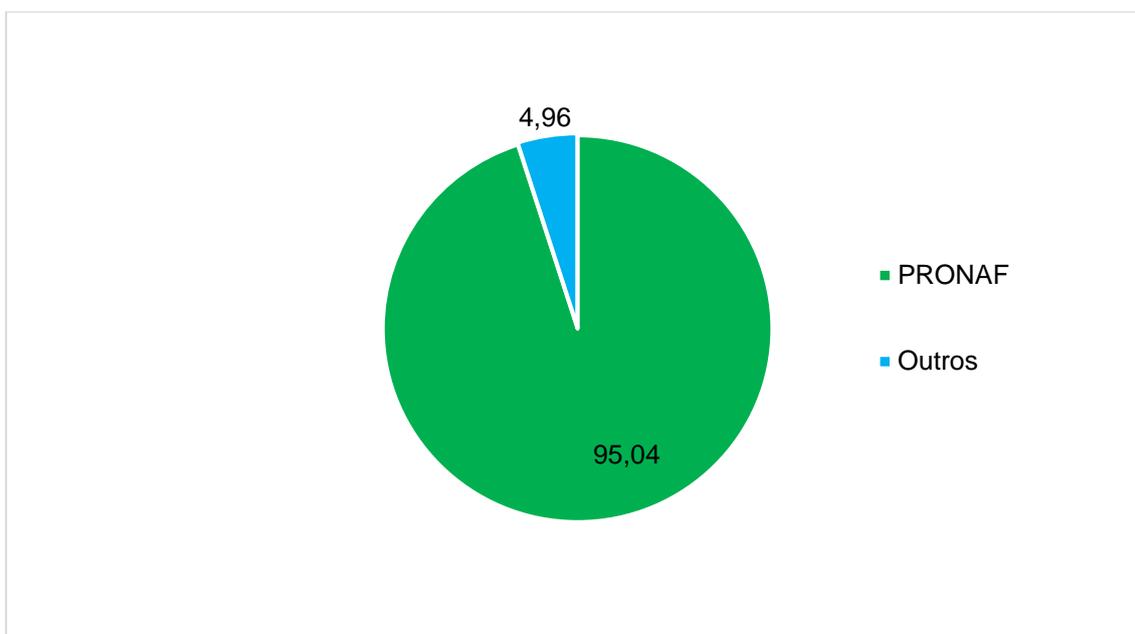
O crédito rural que predomina no município é do PRONAF– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem por objetivo gerar renda aos agricultores, através da disponibilização de crédito com baixas taxas de juros para financiamentos ou atividades de custeio. Esse programa dispõe diversas linhas de crédito, inclusive o PRONAF B, destinado a agricultores de baixa renda (MDA, 2019).

O município em questão tem suas características geográficas e culturais bastante peculiares, favorecendo o ambiente para a sua tradição na pecuária. Conforme o IBGE, no ano de 2018 o rebanho era de 53.178 cabeças, bubalino, 1.520, equino, 1.910, suíno, 28.468, suíno matrizes, 3.671, caprino, 1.472, ovino, 451, galináceo, 55.722 cabeças. (Pesquisa da Pecuária Municipal, 2018).

A agricultura também se destaca no município, sendo a temporária predominante, influenciada pelas características locais. De acordo com o IBGE (2018), a área plantada era de 1.349 hectares plantados em 2018, tendo como área colhida essa totalidade, 1.349 hectares. (Pesquisa Agrícola Municipal– PAM, 2018).

Assim, é possível observar o cenário da necessidade de crédito rural em Anajatuba. Essa localidade tem se destacado na busca pelo crédito do PRONAF, pois é a modalidade predominantemente requerida pelos produtores de Anajatuba, como se observa no gráfico 5. É do PRONAF 95,04% do volume financeiro de crédito aplicado no município e apenas 4,96% do recurso advém de linhas diversas do Programa Familiar.

Essa predominância está em conformidade com o quantitativo de produtores atendidos, pois como consta do gráfico 6, 99,37% são do PRONAF, equivalentes a 4.405 produtores e apenas 0,63% foram atendidos por linhas de crédito distintas do PRONAF.

GRÁFICO 5 – Configuração do Crédito Rural em Anajatuba em (%).

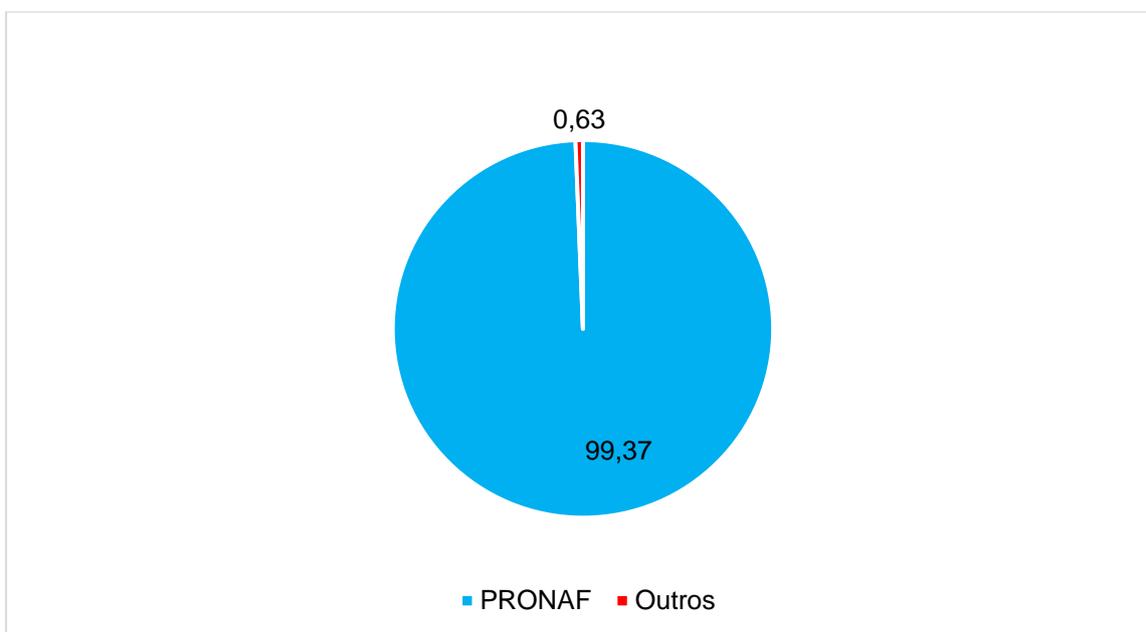
Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Conforme o MDA, o PRONAF é disponibilizado através de diversas linhas de crédito: Custeio, Mais Alimentos-Investimentos, Agroindústria, Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Cota-Parte e o Microcrédito Rural, destinado a agricultores de baixa renda, enquadrados no Grupo B¹⁶ e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A¹⁷ ou A/C¹⁸ (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO, 2019).

¹⁶ Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf. (BNB, 2019).

¹⁷ Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). (BNB, 2019).

¹⁸ Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). (BNB, 2019).

GRÁFICO 6 – Produtores atendidos pelo Crédito Rural em Anajatuba (%).

Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

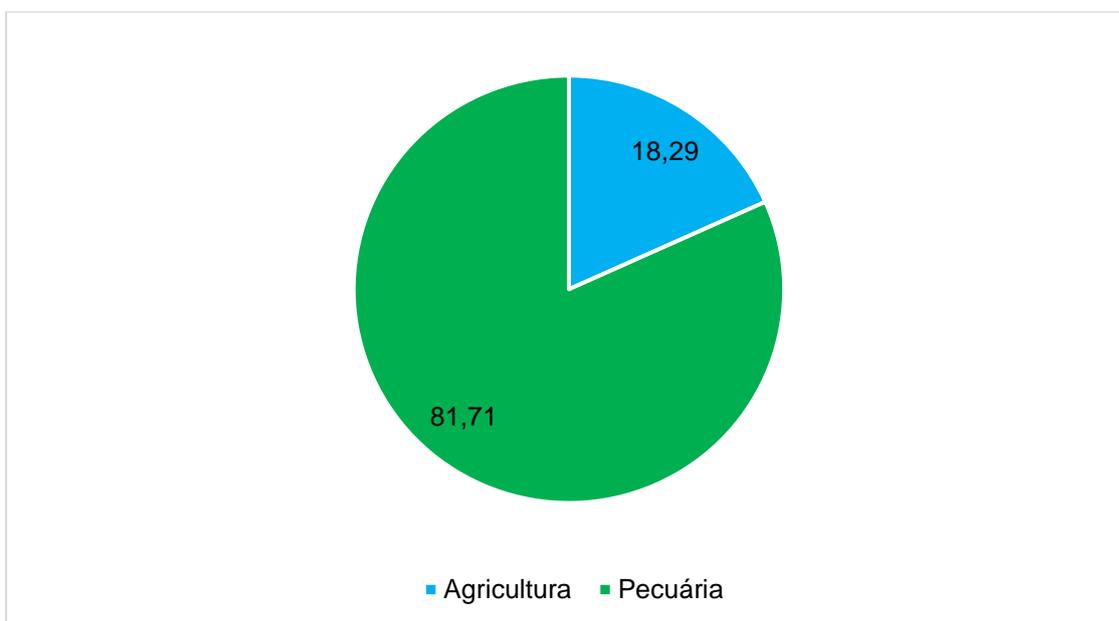
O crédito do PRONAF aprovado para o município ora em estudo é aplicado predominantemente na pecuária, conforme demonstrando do gráfico 7, concentrando-se em 81,71% dos produtores, outros 18,29% foram aplicados na Agricultura.

Já em 99,73% das operações o crédito se destinou às atividades de financiamento¹⁹ e somente 0,27% para o custeio²⁰, conforme revelado no gráfico 8.

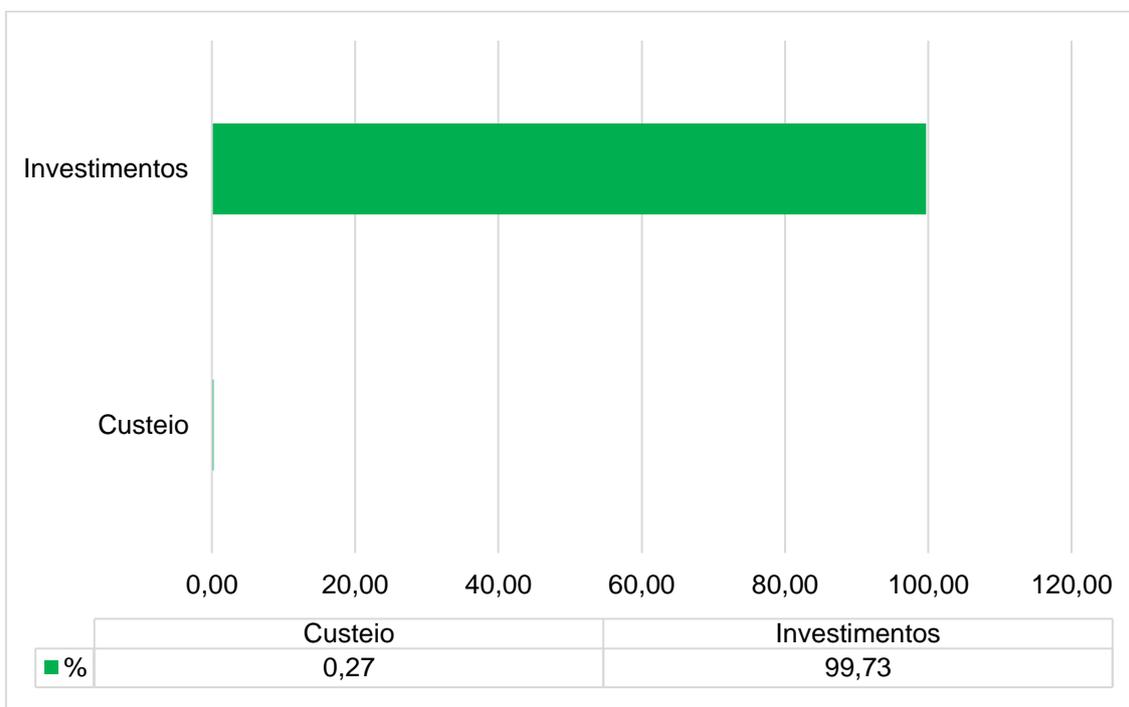
Os recursos do PRONAF que serviram de base para esse estudo, compreendem o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2018 e totalizam R\$ 16.753.549,15, aplicados no município de Anajatuba, sendo R\$ 3.064.114,19 para a agricultura e R\$ 13.689.434,96 para a pecuária; R\$ 45.000,00 para custeio e R\$ 16.708.549,15 aplicados em investimentos.

¹⁹ Conforme o BNB, esse crédito tem como objetivo, fornecer crédito rotativo pré-aprovado para a aquisição de bens novos (máquinas, equipamentos, veículos, móveis e utensílios), matérias-primas, insumos e mercadorias.

²⁰ Conforme o BNB, esse crédito tem como objetivo, financiar o custeio das atividades agrícolas e pecuárias. Implantação de lavouras periódicas, manutenção e colheita de lavouras permanentes, gastos com a exploração pecuária, observadas as restrições normativas quanto a itens e atividades não financiadas pelos programas/fontes de recursos.

GRÁFICO 7 – Atividades rurais financiadas pelo PRONAF em Anajatuba (%).

Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

GRÁFICO 8 – Atividades Financiadas PRONAF Anajatuba (%).

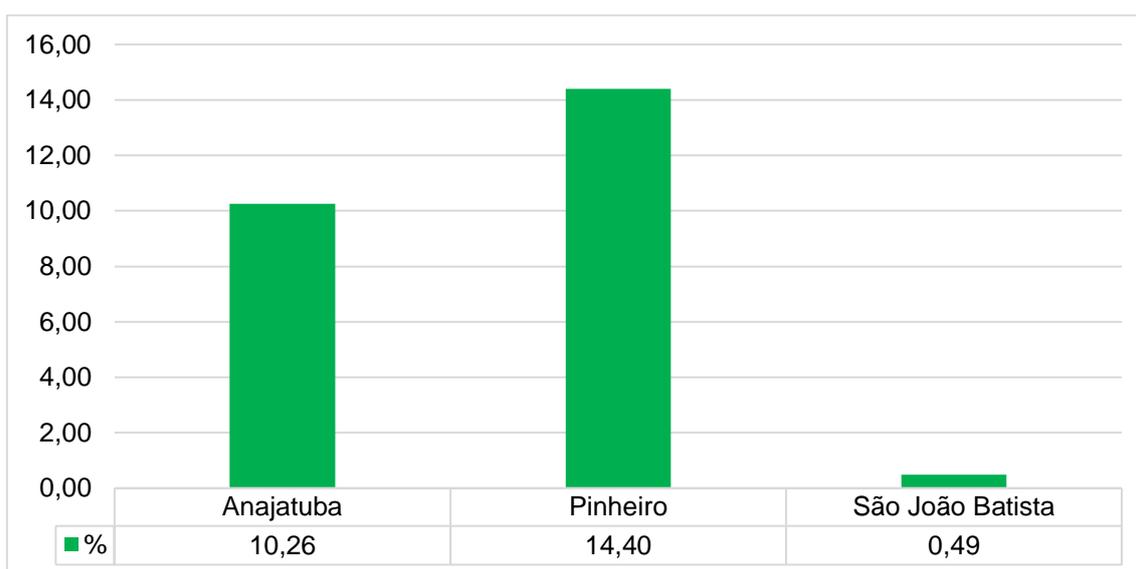
Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Quando se considera o grupo de 21 municípios da microrregião da Baixada Maranhense, o montante aplicado pelo PRONAF é de R\$ 163.314.001,45. É possível observar no gráfico 9 que a participação do

município (Anajatuba) nesse grupo é de 10,26% do crédito, enquanto a maior busca é de Pinheiro, com 14,40% e a menor é São João Batista, com 0,49%.

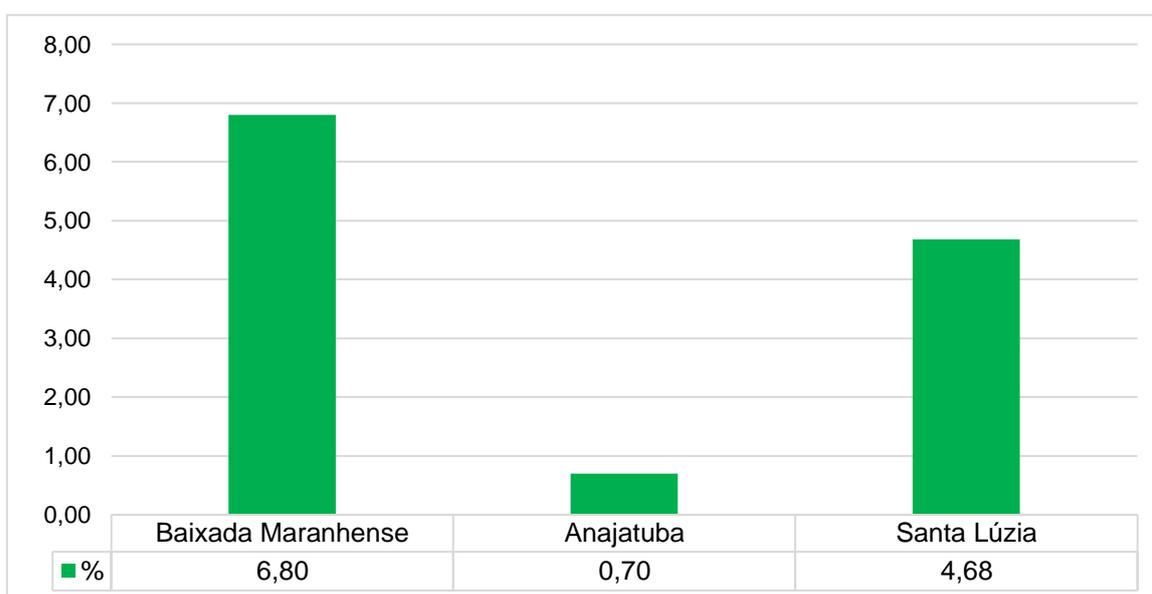
Já no gráfico 10, ficou revelada a situação do crédito PRONAF na microrregião em questão, com uma comparação do município de Anajatuba a Santa Luzia (o município no qual foi aplicado o maior valor de recursos no estado do Maranhão). No estado do Maranhão o montante do PRONAF é de R\$ 2.401.339.007,11.

GRÁFICO 9 – Comparação na Baixada Maranhense – PRONAF.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

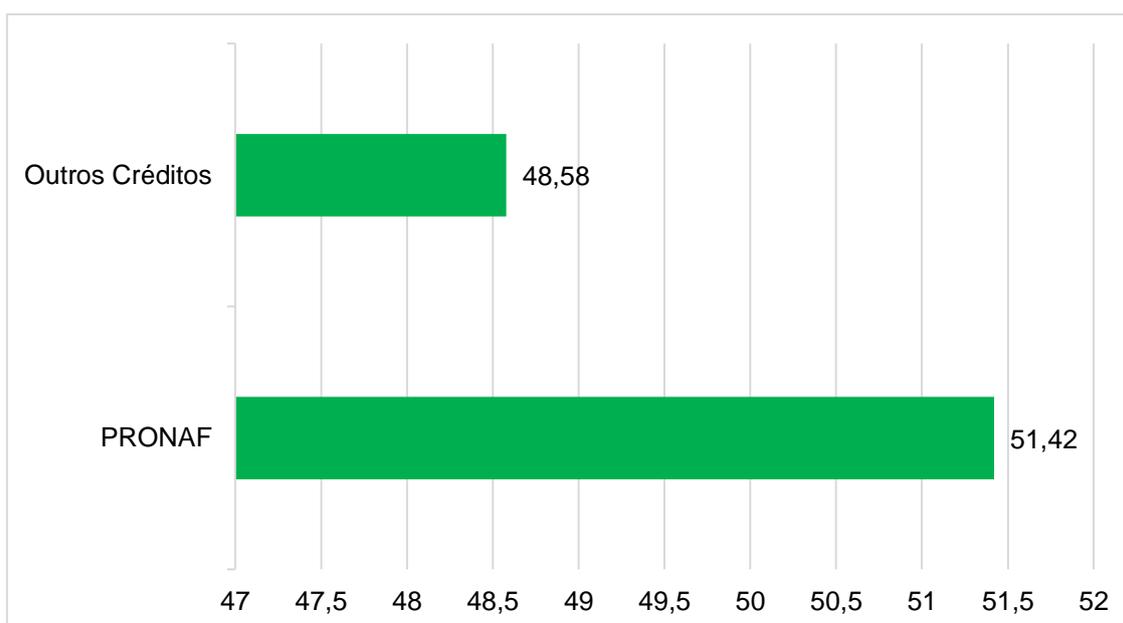
GRÁFICO 10 – Comparação em relação ao Maranhão - 2013-2018.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

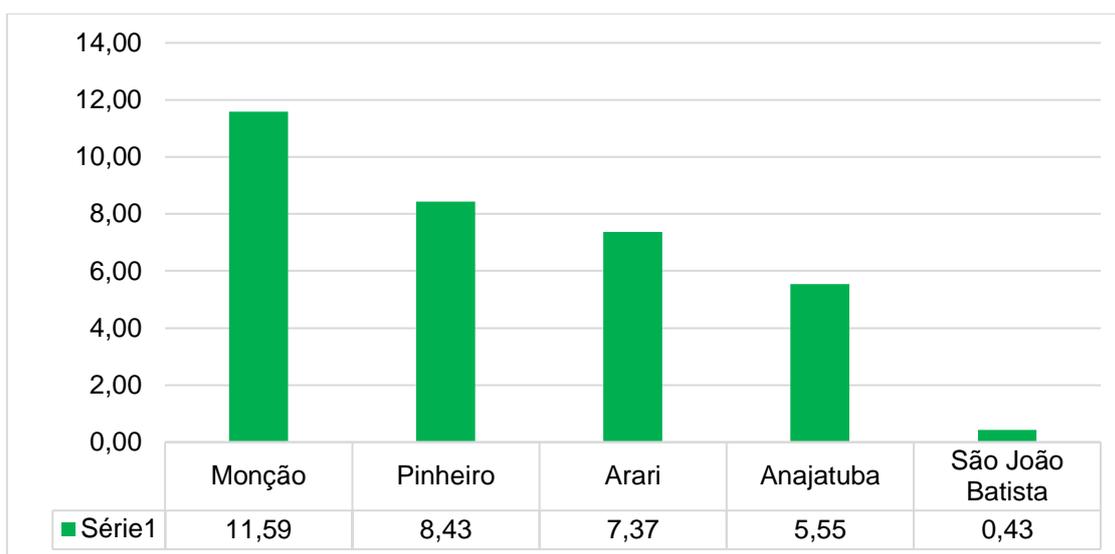
Observa-se que, a despeito de no município de Anajatuba o crédito predominante ser do PRONAF, quando se compara com o universo da microrregião da Baixada Maranhense o cenário muda, pois, nessa área geográfica outros tipos de crédito rural embora não totalizem a maioria, mas equivalem a quase metade, conforme se demonstra no gráfico 11. O PRONAF corresponde a 51,42% do crédito rural nessa área e os outros tipos de crédito somam 48,58%, quase metade.

GRÁFICO 11 – Comparação PRONAF e outros créditos na Baixada Maranhense (%).



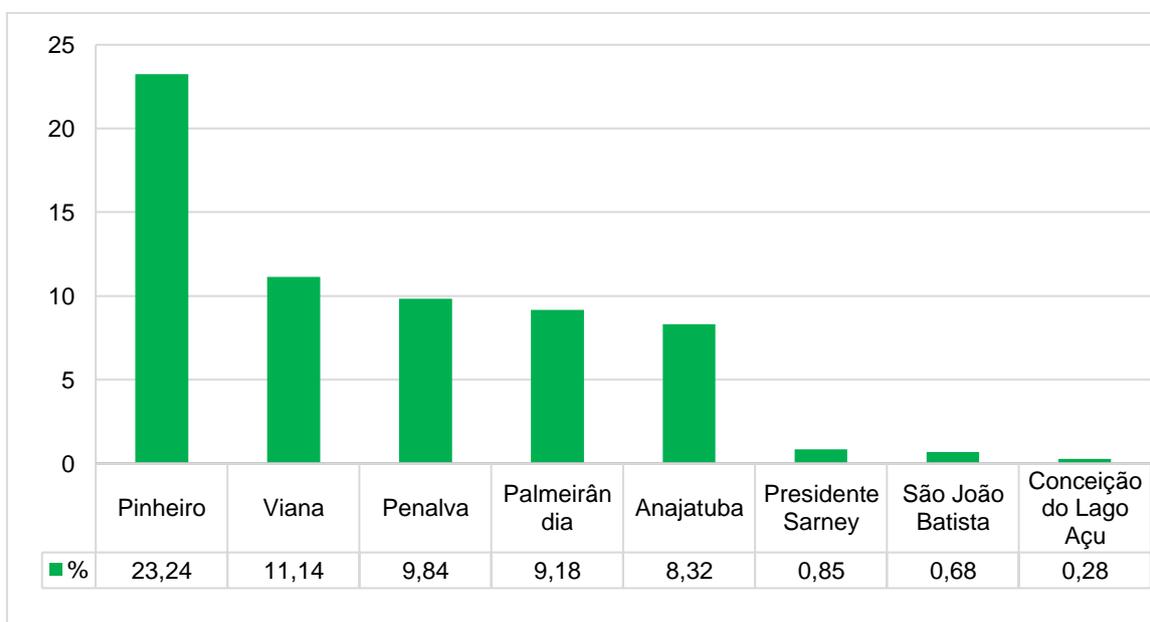
Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Quando considerado o crédito rural total na Baixada Maranhense (R\$ 317.636.819,07), o gráfico 12 demonstra que se destaca o município de Monção, com 11,59% de todo o crédito da região. Em Anajatuba foi aplicado 5,55% do crédito da região, equivalente a R\$ 17.627.915,78. O município com menos aplicação de crédito rural é São João Batista, com 0,43%. Aqui se leva em conta outras linhas de crédito rural para além do PRONAF.

GRÁFICO 12 – Comparação crédito total na Baixada Maranhense.

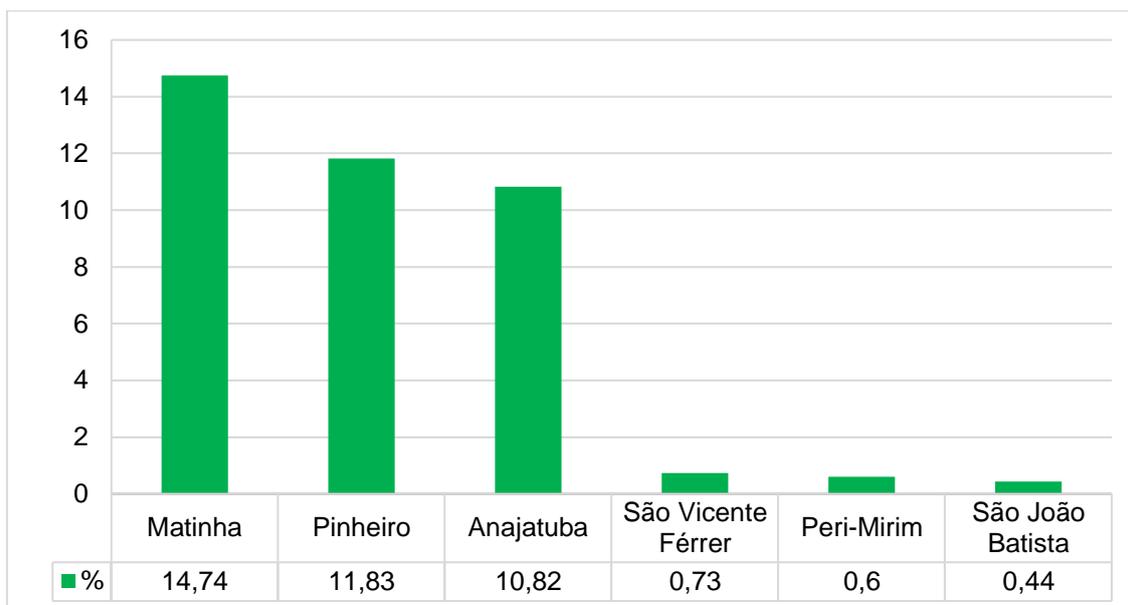
Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Sobre o volume financeiro do crédito total, observa-se a posição de Anajatuba no universo da Baixada Maranhense, quando são consideradas as atividades de Agricultura e Pecuária. O gráfico 13 exprime o volume de recurso para a Agricultura, estando Anajatuba na 5ª colocação com 8,32%. Já o gráfico 14, reflete a situação da Pecuária, estando Anajatuba está na 3ª posição.

GRÁFICO 13 – Comparação crédito aplicado em Agricultura na Baixada Maranhense - 2013-2018.

Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

GRÁFICO 14 – Comparação crédito aplicado em Pecuária na Baixada Maranhense - 2013-2018.

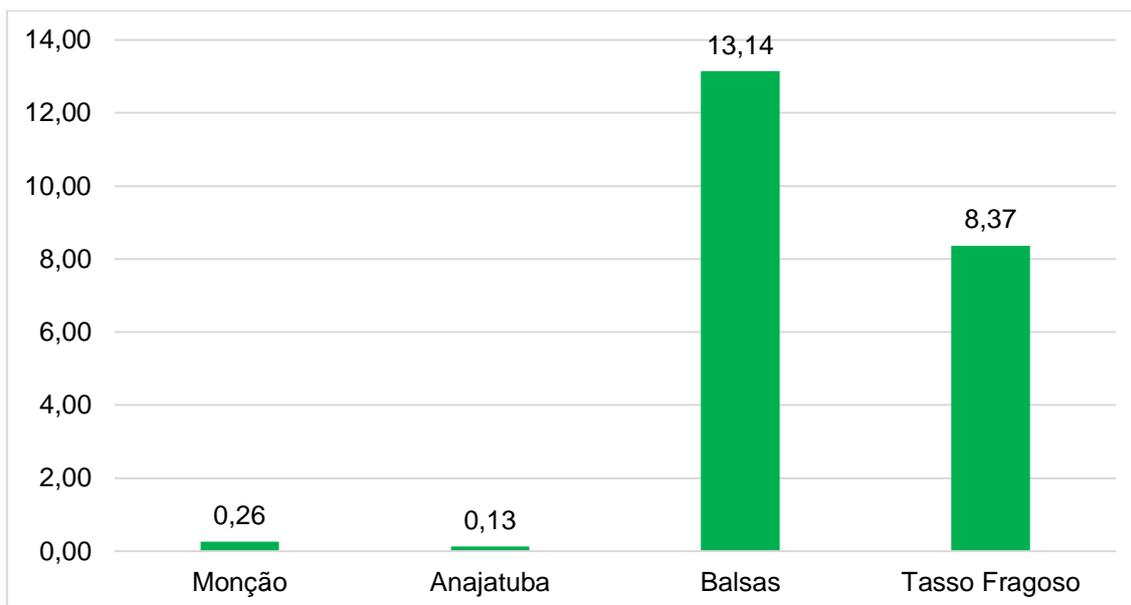


Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

O crédito rural no Maranhão é atendido por diversas linhas, com diferentes objetivos e público-alvo. Exemplo disso é o crédito no município de Balsas, centro de grandes investimentos principalmente na cultura de soja. Este município tem o maior quantitativo de crédito quando considerada a soma de todas as linhas, entretanto, ao considerar apenas o PRONAF, tem volume menor do que o município de Anajatuba, revelando a característica dos créditos para grandes investimentos (no caso de Balsas) e para pequenos produtores (no caso de Anajatuba).

Assim, ao se fazer uma comparação do volume de recursos aplicados em todo o estado do Maranhão (R\$ 14.094.994.698,66), o gráfico 15 revela os municípios de Balsas e Tasso Fragoso se destacando com 13,14% e 8,37%, respectivamente. O município de Monção aparece com 0,26% e Anajatuba com 0,13% do crédito rural de todo o Maranhão.

GRÁFICO 15 – Comparação Crédito Rural Maranhão em percentual - 2013-2018.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Mas, de volta ao PRONAF, observa-se que os agricultores familiares de baixa renda atendidos por este programa, estão compreendidos nos grupos Agroamigo Crescer, para agricultores enquadrados no grupo B do Pronaf; e Agroamigo Mais, para agricultores enquadrados nos demais grupos do Pronaf, exceto A e A/C, para operações de até R\$ 15 mil, para desenvolverem atividades que sejam agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias no meio rural, como turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural, artesanato (BNB, 2019).

O Programa Agroamigo foi lançado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 2005 e tem como objetivo geral a expansão dos atendimentos com crédito aos agricultores familiares, a princípio beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – Grupo B, através da disponibilização de microcrédito produtivo e orientado (MACIEL; KHAN, 2009).

Conforme o BNB, o Programa Agroamigo é pioneiro no Brasil e visa melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar da região Nordeste e Norte do estado de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo sua aplicação nas comunidades rurais por meio de agentes de crédito, propondo-se a estimular a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo,

a inclusão financeira dos agricultores familiares e a redução de desigualdades (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2017).

No estado do Maranhão, esse Programa está presente nos municípios através das agências do BNB e das parcerias com as prefeituras municipais, realidade também presente no município de Anajatuba. O BNB oferece microcrédito de até R\$ 4.000,00 aos agricultores do grupo Agroamigo Crescer e de até R\$ 15.000,00 para agricultores do Agroamigo Mais, carecendo em ambos os casos da apresentação de uma proposta de investimento (projeto a ser financiado) por parte do agricultor.

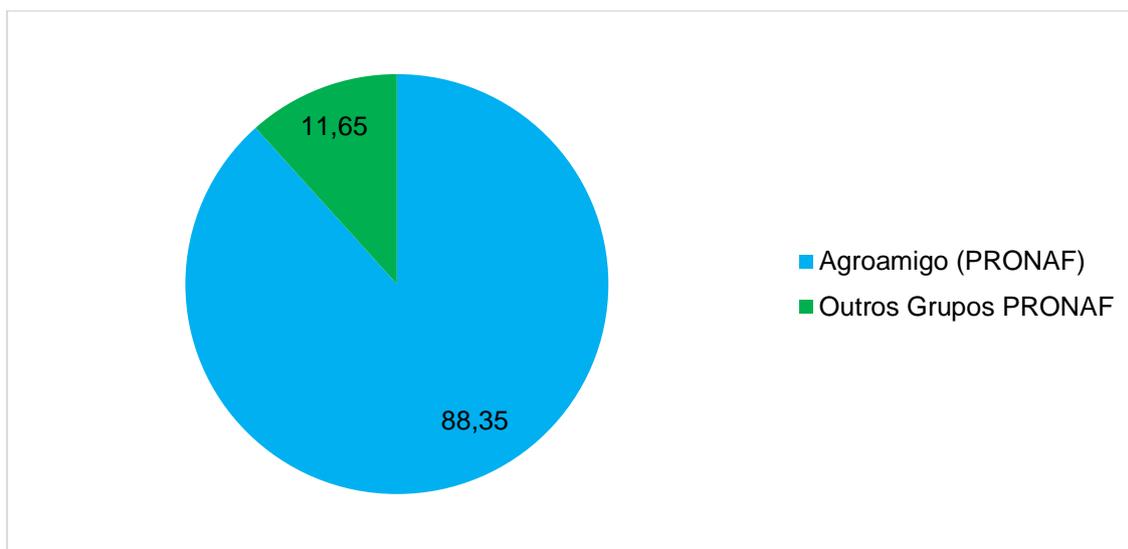
A execução do Programa Agroamigo se dá através de recursos do PRONAF, operacionalizado pelo Banco do Nordeste. No município ora estudado, quase 90% dos recursos do PRONAF são usados para atender a demanda do Agroamigo, revelando as características creditícias locais, onde predomina a busca pelo microcrédito, conforme será constatado a seguir.

A operacionalização do Programa Agroamigo em Anajatuba se dá por meio da agência do BNB no município de Itapecuru-Mirim, distante 45 km de Anajatuba. O BNB conta com o apoio da Coordenação do Agroamigo em Itapecuru-Mirim que dispõe de agentes de crédito para atenderem a região, por meio de visitas pontuais, reuniões com os clientes etc. A execução do programa conta com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, em Anajatuba, que dispõe de técnicos e espaço físico.

No gráfico 16, é possível observar que dos clientes atendidos pelo PRONAF em Anajatuba, 88,35% (3.892 clientes) corresponde aos grupos englobados no Programa Agroamigo e apenas 11,65% (513 clientes) se refere aos demais grupos do PRONAF. Assim, constata-se a característica do crédito PRONAF no município, que é sobremaneira destinado a atender os agricultores de baixa renda.

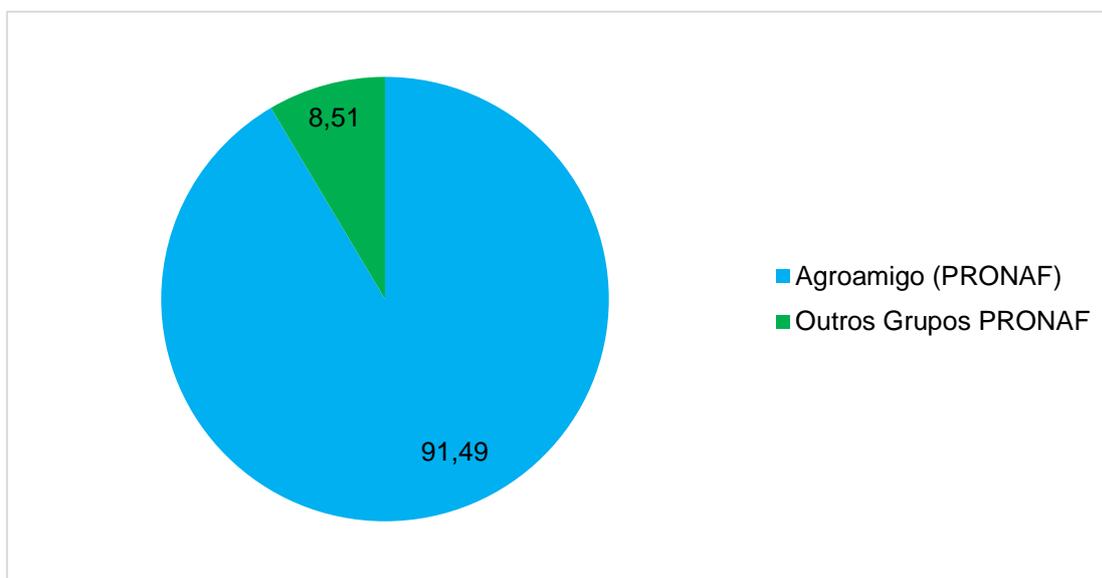
Já na comparação do volume de recursos aplicados no município, o gráfico 17 faz constatação que acompanha a anterior, pois, 91,49% do crédito rural foi para atender os grupos do PRONAF que compõem o Agroamigo e 8,51% do recurso foi aplicado nas demais linhas de crédito do PRONAF que atendem o município estudado.

GRÁFICO 16 – Produtores atendidos em Anajatuba em percentual - 2013-2018.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Coordenação do Agroamigo Itapecuru-Mirim-MA.

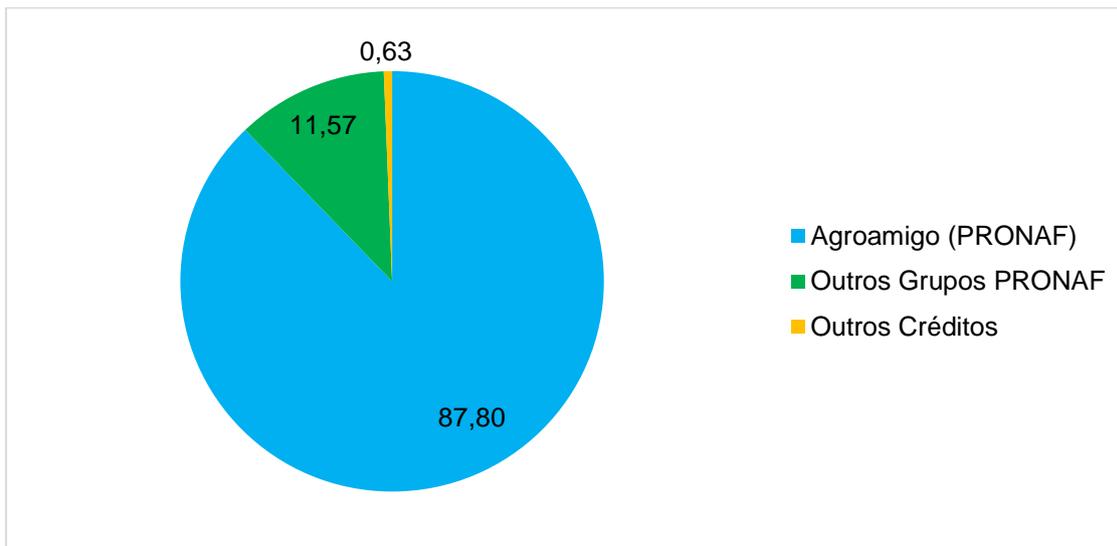
GRÁFICO 17 – Volume financeiro de crédito aplicado em Anajatuba em percentual - 2013-2018.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Coordenação do Agroamigo Itapecuru-Mirim-MA.

Quando se considera o total do crédito rural no município de Anajatuba, o gráfico 18 indica que apenas 0,63% dos clientes atendidos no município não foram atendidos por recursos do PRONAF, correspondendo a 28 produtores, no universo de 4.433. Assim sendo, 99,37% (4.405) dos clientes em Anajatuba são atendidos pelo PRONAF, destes, 87,80% (3.892) do Agroamigo e 11,57% (513) atendidos por outras linhas do PRONAF.

GRÁFICO 18 – Produtores atendidos em Anajatuba em percentual - 2013-2018.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Coordenação do Agroamigo Itapecuru-Mirim-MA.

Em relação ao volume financeiro dos recursos do crédito rural aplicado no município de Anajatuba, o destaque é para o Agroamigo, com recursos na ordem de R\$ 15.327.004,69, considerando o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2018. No gráfico 19, demonstra-se que 86,95% do crédito no município é referente ao Programa Agroamigo e 8,09% referentes a outras diversas do PRONAF, revelando que o crédito rural é eminentemente para pessoas de baixa renda, pois apenas 4,96% do recurso foi aplicado por outras linhas de crédito não alcançadas pelo PRONAF.

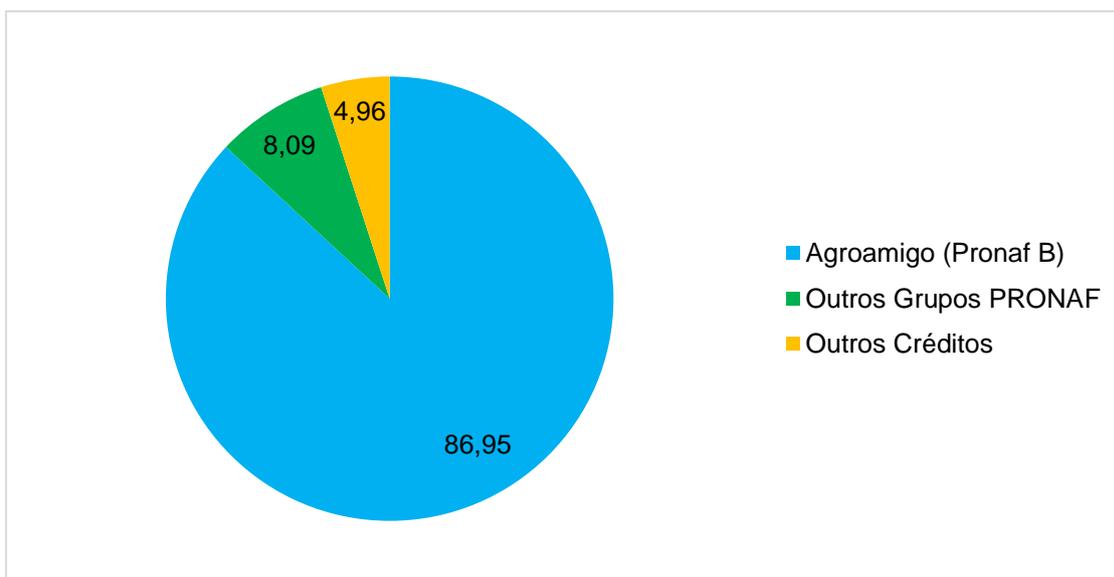
Outro dado relevante pode ser observado no gráfico 20, quando se tem o valor médio das operações de crédito do PRONAF, de outros recursos diversos deste programa e do Agroamigo. Aqui, chama-se atenção para o valor das operações realizadas quando os recursos não são do PRONAF, ficam na média de R\$ 31.227,38, portanto bem acima do valor definido pelas linhas crédito do Programa Agroamigo. Ao considerar os recursos do Agroamigo, o valor médio das operações é de R\$ 3.908,08.

Diante dos dados expostos é possível delimitar alguns itens da configuração do crédito rural no município de Anajatuba. Devido às características produtivas do município, o crédito predominante é o Agroamigo, utilizado por pequenos produtores, tendo como objetivo o combate à pobreza, a redução das desigualdades sociais e a geração de renda, diferenciando-se de

outras linhas de crédito usadas em grandes empreendimentos rurais, como no caso de Balsas.

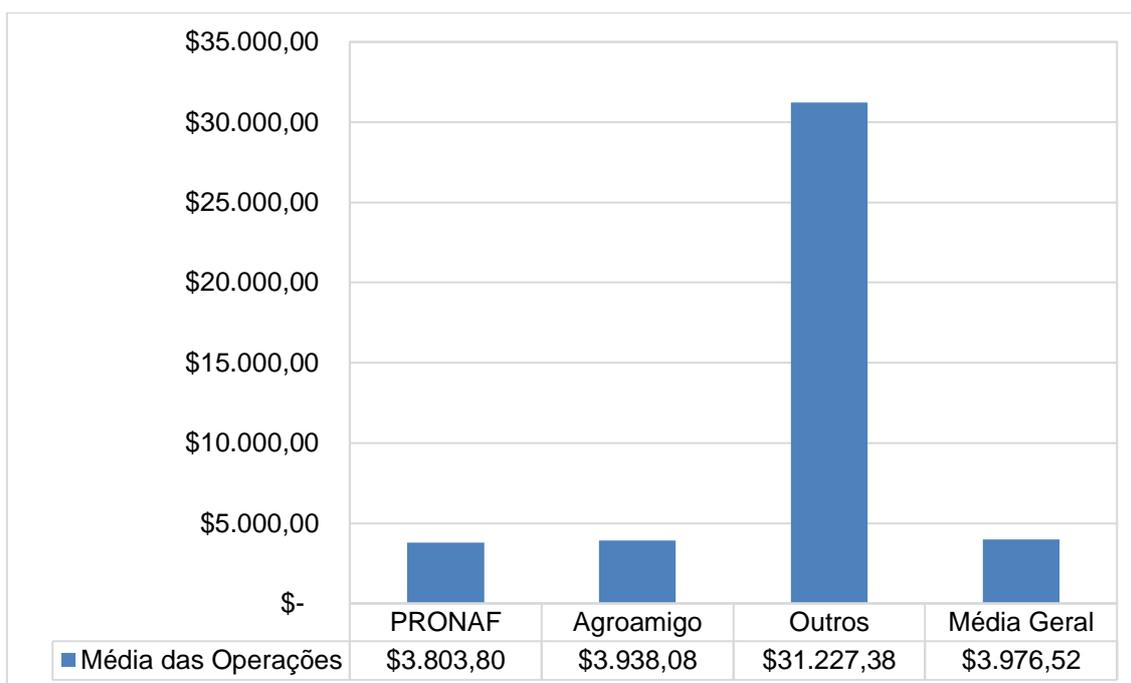
No âmbito da Baixada Maranhense, o município estudado tem se destacado na busca pelo crédito rural do Programa Agroamigo, tendo prevalência as atividades de financiamento em relação às de custeio; os recursos são aplicados em maior quantidade na atividade pecuarista, sobrepondo-se às agrícolas.

GRÁFICO 19 – Volume de crédito aplicado em Anajatuba em percentual - 2013-2018.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Coordenação do Agroamigo Itapecuru-Mirim-MA.

GRÁFICO 20 – Comparação da média nas operações de crédito em Anajatuba (valores em R\$) - 2013-2018.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Coordenação do Agroamigo Itapecuru-Mirim-MA (2019).

Portanto, os dados demonstrados a partir dos gráficos evidenciam que no município em destaque predomina o microcrédito, ou seja, o crédito com viés social, operacionalizado como política pública por banco oficial. Tal situação reflete-se ainda no valor médio das operações do PRONAF e Agroamigo quando comparado ao valor médio das operações de outras linhas de crédito.

4 INDICADORES REGIONAIS DE CRÉDITO RURAL

4.1 Aspectos Metodológicos

A partir dos dados do crédito rural que caracterizam o município de Anajatuba, na microrregião da Baixada Maranhense, a continuidade deste estudo se valerá de indicadores utilizados por Crocco (2010) e Crocco *et. al.* (2011). Tais autores trabalharam com um indicador de desigualdade na distribuição do crédito que pode ser aplicado ao estudo de países, estados municípios ou regiões, no caso, o índice regional de crédito (IRC). A metodologia aplicada através do uso do IRC resulta de um ajuste do conhecido “quociente locacional”, bastante requerido nos estudos sobre economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica.

O indicador supracitado (IRC), quando aplicado aos estudos relacionados ao crédito movimentado em determinada região, compara a participação daquela região específica no total de crédito concedido no país com a participação da mesma região no PIB nacional. Dessa forma, o indicador referido poderia ser descrito mais formalmente nos seguintes termos:

$$IRC_i = (CRED_i / CRED_{br}) / (PIB_i / PIB_{br}) \quad (Eq. 1)$$

Onde:

$CRED_i$ = crédito para a região i ;

$CRED_{br}$ = crédito do Brasil;

PIB_i = PIB da região i ;

PIB_{br} = PIB do Brasil.

Da mesma forma que o IRC foi apresentado acima em formato adequado para a análise do crédito em uma região, por exemplo o Nordeste, pode ser aplicado também para a análise de uma outra dimensão territorial, utilizando, em vez da região, uma unidade da federação. Da mesma forma, seria possível adaptar o referido indicador para conferir, por exemplo, a expressividade do crédito transacionado em um município qualquer em relação

ao crédito negociado no estado ao qual pertence, ou até mesmo comparativamente à microrregião na qual o município está inserido.

Mais importante ainda, observa-se que o IRC pode ser interpretado segundo um determinado valor de referência, que é a unidade. Supondo o caso de um município maranhense, sendo o valor do indicador em tela igual à unidade (1), então isto significa que a proporção do crédito aplicado neste município (em relação a todo o crédito aplicado no estado) corresponde exatamente à proporção do PIB municipal (em relação ao PIB do estado). Sendo maior que 1, a participação local na totalidade do crédito estadual é superior à participação local na totalidade do PIB do estado. Por fim, se menor que 1, o crédito aplicado naquela localidade tem proporcionalidade inferior à proporcionalidade do seu PIB na esfera estadual.

Assim, tomando como referência a equação 1, anteriormente apresentada, Crocco (2010) e Crocco et. al. (2011) também trabalharam com o conceito de *Gap* regional de crédito. Ainda considerando o exemplo da análise da expressividade de um município na esfera estadual, o *Gap* seria o volume de crédito essencial para igualar a participação do município na totalidade de crédito aplicado no estado à sua participação no PIB estadual, calculado através da variável $CRÊDi$, igualada à unidade (1).

Portanto, para se obter esse valor (*Gap*), deveria ser calculado inicialmente o valor do montante de crédito necessário para que o município obtenha crédito igualmente proporcional à sua contribuição ao PIB estadual, nomeando essa variável de $CRÊDi$. Feito isto, para se chegar ao *Gap* seria utilizada a seguinte expressão:

$$Gap = CREDi - CRÊDi \quad (Eq. 2)$$

Como consequência da aplicação do cálculo sugerido pela equação 2, utilizando o exemplo da análise municipal, se terá como resultado um número positivo ($Gap > 0$) quando o crédito aplicado no município já superasse a marca desejada e, ao contrário, um resultado negativo ($Gap < 0$) quando a absorção de crédito pela localidade estivesse abaixo da marca esperada.

No contexto ora em estudo, aplicar-se-á o índice considerando as variáveis PIBbr e CREDbr, expostas na equação 1, como sendo ora a

microrregião da Baixada Maranhense (formada por 21 municípios), ora o próprio estado do Maranhão. Quanto às variáveis PIB_i e CRED_i, expostas nas mesmas equações, aqui serão tratadas sempre na categoria municipal. Ao longo do texto, durante a apresentação dos cálculos, sempre será esclarecido de qual município se trata. Conforme indicado no próprio objetivo do trabalho, a ênfase maior recairá sobre o município de Anajatuba.

A aplicação dos indicadores propostos nesta seção não ultrapassará o ano de 2016 em razão do fato de ser o último ano para o qual os dados sobre PIB estadual e PIB municipal estavam disponíveis para o Maranhão no momento da coleta. Como o trabalho se propõe a estudar principalmente a participação municipal, esta não costuma estar sujeita a mudanças drásticas, de forma que um ano a mais ou a menos não produziria efeitos importantes sobre o indicador.

Com relação aos demais aspectos de natureza metodológica, o presente estudo se fundamentou em pesquisa bibliográfica, onde se fez uso de livros, artigos e outros trabalhos de diversos autores que já se consolidaram como estudiosos da temática do microcrédito, de forma que as conclusões ficassem mais bem fundamentadas. Mais especificamente, autores importantes como Silvana Parente, estudiosa do tema e que foi coordenadora da implantação do Programa de Microcrédito Agroamigo, e Marcelo Neri, autor da obra *O Mistério do Nordeste e o Grameen Brasileiro*, foram as principais fontes de inspiração e pesquisa.

Ao falar de microcrédito, não se pode se afastar da experiência do Professor Yunus, que consolidou o microcrédito no mundo, por isso, também como referência na temática foi uma das leituras mais importantes, pois o mesmo forneceu as bases para o reconhecimento da relevância do microcrédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social de pequenas comunidades.

Na realização do estudo também foi essencial o uso de dados secundários, obtidos em diversas plataformas eletrônicas, a exemplo do Banco Central do Brasil, IBGE, PNUD, além de dados obtidos a partir de solicitações diretas ao Banco do Nordeste por meio da Coordenação do Agroamigo em Itapecuru-Mirim-MA.

4.2 Resultados e Discussões

Ao considerar primeiramente a análise do IRC como medidor da desigualdade do crédito em uma localidade, apresenta-se a situação dos municípios da microrregião da Baixada Maranhense, que individualmente foram relacionados com a totalidade de crédito para essa região, nos termos da equação 1, observando a proporção de crédito de cada uma dessas localidades e a sua contribuição ao PIB da microrregião.

4.2.1 IRC para o Crédito do PRONAF

A partir dos indicadores dispostos IRC e *Gap*, será apresentada a configuração do crédito nos municípios da Baixada Maranhense, com ênfase em Anajatuba, com recursos do PRONAF, considerando que na referida região esta linha de crédito é composta quase na sua totalidade por recursos do Programa Agroamigo. Também deve ser esclarecido que, em algumas passagens, a amplitude maior para comparação será o âmbito da própria Baixada Maranhense, enquanto que, em outras passagens, será o âmbito do estado do Maranhão como um todo.

Efetuados os cálculos para o IRC de cada município da Baixada Maranhense, tomando os valores totais da microrregião como padrão de referência, a Tabela 13 evidencia os municípios com IRC menor que 1, ou seja, que apresentam uma participação na distribuição do crédito menor que a sua contribuição ao PIB regional, considerando os valores coletados para o ano de 2016.

Observando os dados apresentados na Tabela 13, torna-se possível apontar algumas particularidades relevantes. Primeiramente, em termos gerais, a medida da desigualdade do crédito é evidenciada quando o grupo em questão soma 68,03% do PIB da região, mas detém apenas uma proporção correspondente a 44,81% do crédito do PRONAF contratado naquela região durante o ano de 2016. Em segundo lugar, observando os casos individuais, percebe-se que o município de Arari, com IRC de 0,96, se coloca o mais próximo de alcançar a igualdade entre a proporção de PIB e crédito, enquanto

São Vicente Férrer é o município com a mais destacada desigualdade de crédito, com IRC de 0,08.

TABELA 13 – Relação PIB, Crédito PRONAF e IRC_i < 1 nos Municípios da Baixada Maranhense - 2016.

Município	Participação PIB %	Participação PRONAF %	IRC_i
Arari	5,41	4,80	0,96
Pinheiro	18,37	15,43	0,83
Viana	9,26	7,71	0,82
Pedro do Rosário	3,21	4,85	0,60
São Bento	10,07	4,21	0,58
Conceição do Lago Açu	2,48	1,08	0,52
Presidente Sarney	3,29	1,22	0,39
Olinda Nova do Maranhão	2,09	1,08	0,32
Peri-Mirim	1,64	0,68	0,30
São João Batista	2,70	0,45	0,29
Vitória do Mearim	6,50	2,62	0,19
São Vicente Férrer	3,01	0,68	0,08
Total	68,03	44,81	-

Fonte: Adaptação de Dados do Banco Central (2019) e IBGE (2019).

Na tabela 14 está representado o subgrupo de municípios com IRC maior que a unidade (1), também considerando os valores coletados para o ano de 2016.

Como o subgrupo cujo IRC é disposto na tabela 14 é representado pelos municípios que possuem maior participação no crédito em relação à sua contribuição ao PIB da região em tela, convém mencionar que os mesmos, gerando 31,97% do PIB regional, absorvem 55,19% de participação no crédito PRONAF ali aplicado. Neste contexto, destaca-se o município de Matinha com o IRC de 4,16, isto é, indicando assim o quanto a sua participação no crédito da região supera a sua participação do PIB. Neste grupo também se encontra, vale destacar, o município de Anajatuba, com IRC da ordem de 1,90.

TABELA 14 – Relação PIB, Crédito PRONAF e IRC_i > 1 nos Municípios da Baixada Maranhense – 2016.

Município	Participação PIB %	Participação PRONAF %	IRC_i
Matinha	3,21	12,25	4,16
Monção	4,39	6,34	2,10
Palmeirândia	2,81	6,69	1,97
Anajatuba	4,00	7,65	1,90
Cajari	2,25	4,77	1,51
Penalva	3,95	5,29	1,40
Santa Helena	6,01	6,72	1,28
Igarapé do Meio	3,62	3,04	1,13
Bela Vista do Maranhão	1,73	2,44	1,02
Total	31,97	55,19	-

Fonte: Adaptação de Dados do Banco Central (2019) e IBGE (2019).

Em síntese, há uma dispersão importante no IRC no contexto dos 21 municípios da Baixada Maranhense, considerando que 12 localidades apresentam valores negativos para o referido indicador, enquanto 9 localidades geram resultados positivos. Isto ocorre, pelo menos quando são considerados os recursos do PRONAF e se toma como referência o ano de 2016.

4.2.2 IRC para a totalidade do crédito rural

O crédito rural é uma modalidade de crédito disponível no mercado para prover recursos para o desenvolvimento da atividade agropecuária, englobando inúmeras linhas, operadas pelas mais diferentes instituições financeiras.

A Tabela 15 evidencia os municípios com IRC menor que 1, mostrando que possuem uma participação na obtenção do crédito rural menor que a sua contribuição ao PIB regional, tomando os valores verificados durante o ano de 2016.

TABELA 15 – Relação PIB, Crédito TOTAL e IRCi < 1 nos Municípios da Baixada Maranhense – 2016.

Município	Participação PIB %	Participação Crédito Rural %	IRCI
Santa Helena	6,01	5,29	0,88
Viana	9,26	8,16	0,88
Pinheiro	18,37	9,78	0,53
São Bento	10,07	3,70	0,37
Presidente Sarney	3,29	1,10	0,34
Olinda Nova do Maranhão	2,09	0,45	0,21
São João Batista	2,70	0,56	0,21
Vitória do Mearim	6,50	1,29	0,20
Peri-Mirim	1,64	0,31	0,19
São Vicente Férrer	3,01	0,16	0,05
TOTAL	62,94	30,80	-

Fonte: Adaptação de Dados do Banco Central (2019) e IBGE (2019).

O subgrupo de municípios cujo IRC é apresentado na Tabela 15 detém aproximadamente 63% do PIB regional, absorvendo tão somente algo próximo de 31% do crédito rural. Os municípios que mais se aproximam da unidade são as localidades de Viana e Santa Helena, cada um com IRC de 0,88. Ao contrário, aqueles que ficam mais distantes da meta da unidade são Peri-Mirim e São Vicente Férrer, com IRC's respectivos de 0,19 e 0,05.

Na tabela 16, estão os municípios com IRC maior que a unidade, incluindo, considerando o crédito rural como um todo e os valores correspondentes ao ano de 2016.

Observando a Tabela 16, nota-se dois municípios com valores bem acentuados para o IRC, no caso, Matinha (3,38) e Pedro do Rosário (2,75). Aqueles que apenas superaram marginalmente a unidade foram Igarapé do meio (1,37) e Cajari (1,18). Mas o fato que convém chamar atenção é que o município de Anajatuba mantém o mesmo valor do caso anterior, quando se tratava apenas dos recursos do PRONAF (1,90). Isto ocorre, principalmente, pelo fato desta ser a linha de crédito que explica quase a totalidade da absorção do crédito para o setor agropecuário no município, com destaque

para o crédito oriundo do Programa Agroamigo. Como consequência, em ambas as situações o município tem maior participação proporcional na destinação do crédito do que no PIB, no âmbito da Baixada.

TABELA 16 – Relação PIB, Crédito TOTAL e $IRC_i > 1$ nos Municípios da Baixada Maranhense - 2016.

Município	Participação PIB %	Participação Crédito Rural %	IRC_i
Matinha	3,21	10,85	3,38
Pedro do Rosário	3,21	8,83	2,75
Conceição do Lago Açu	2,48	4,90	1,98
Monção	4,39	8,54	1,95
Anajatuba	4,00	7,59	1,90
Penalva	3,95	6,72	1,70
Arari	5,41	7,79	1,44
Bela Vista do Maranhão	1,73	2,45	1,41
Palmeirândia	2,81	3,92	1,40
Igarapé do Meio	3,62	4,95	1,37
Cajari	2,25	2,66	1,18
TOTAL	37,06	69,20	-

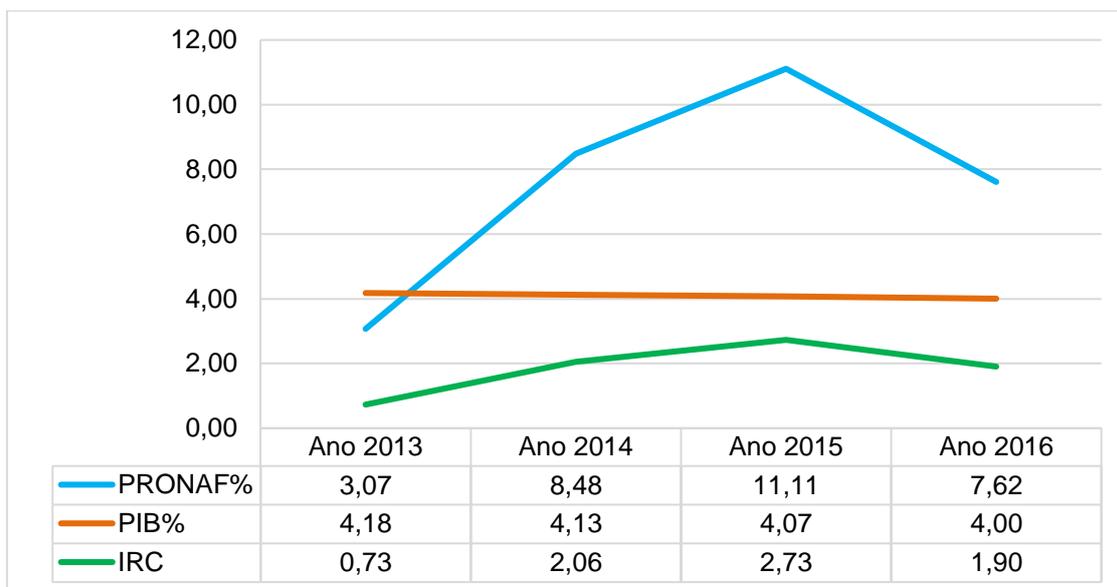
Fonte: Adaptação de Dados do Banco Central (2019) e IBGE (2019).

O subgrupo de municípios cujos IRC 's estão expostos na Tabela 16 contribui com aproximadamente 37% do PIB da Baixada Maranhense, mas absorvem algo em torno de 69% do crédito rural contratado na mencionada região, considerando os valores do ano de 2016.

4.2.3 Evolução do IRC de Anajatuba entre 2013 e 2016

O gráfico 21 evidencia essa relação PIB, Crédito PRONAF e IRC para o município de Anajatuba no período de 2013 a 2016, considerando sua integração com a microrregião da Baixada Maranhense.

GRÁFICO 21 – Representação da evolução do PIB (%), Crédito PRONAF (%) e IRC em Anajatuba - 2013-2016.



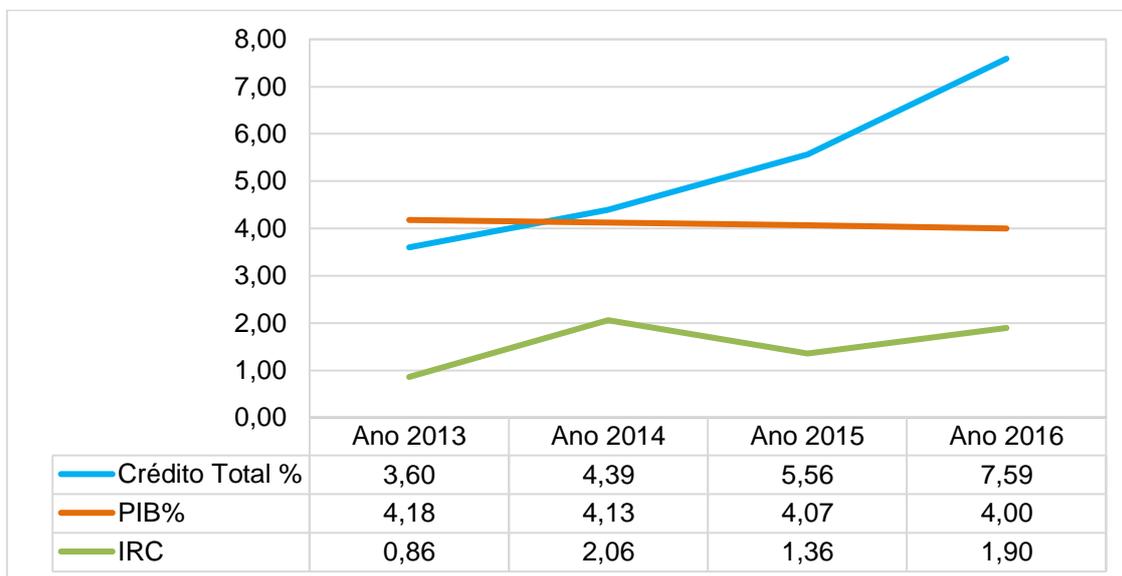
Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do IBGE e Banco Central.

Pelo gráfico 21, nota-se que o IRC sofre mudanças ao longo do período, no caso de Anajatuba, mas indicando uma evolução ao longo do tempo. Em 2013 Anajatuba passava por uma desigualdade negativa na distribuição do crédito no seu grupo, quando comparada ao PIB e à sua microrregião. O IRC aumenta de 0,73 em 2013 para 2,06 em 2014, seguindo para 2,73 em 2015, mas retornando a 1,90 em 2016. Isto ocorre muito mais por uma elevação no volume de crédito do PRONAF, tendo em vista que o PIB praticamente não se alterou como parcela da região. De qualquer modo, seu IRC sofreu uma elevação, indicando aumento na sua participação regional nos recursos da mencionada linha de crédito.

Apesar de sua participação no destino do crédito PRONAF na região ter passado por uma elevação nestes três anos, chegando a mais de 11% em 2015, voltou a 7,62 em 2016. Depreende-se do gráfico ainda, outra importante constatação, essa evolução do crédito não reflete na evolução do PIB (%) em relação à Baixada Maranhense, visto que, Anajatuba tem registrado queda na participação do PIB na microrregião, passando de 4,18% em 2013, para 4,13% em 2014, 4,07% em 2015 e seguindo em queda para 4,00% em 2016. Ou seja, houve uma expansão do crédito PRONAF, majoritariamente recurso do Programa Agroamigo, na contramão da evolução do PIB.

O gráfico 22 mostra dados semelhantes àqueles apresentados no gráfico 21, com a diferença de que não se trata apenas de recursos do PRONAF, mas do crédito rural como um todo, ainda para o período de 2013 a 2016, em relação a Baixada Maranhense.

GRÁFICO 22 - Representação da evolução do PIB (%), Crédito Total (%) e IRC em Anajatuba - 2013-2016.



Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do IBGE e Banco Central.

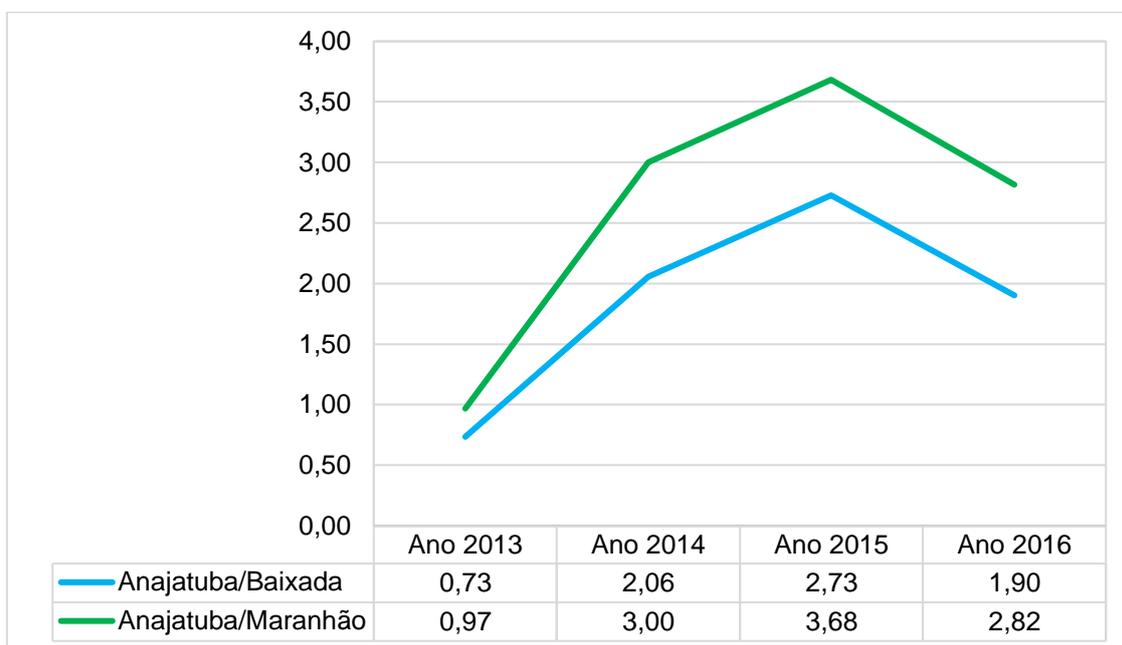
Mais uma vez fica evidenciado pelo gráfico 22 que o município de Anajatuba aumentou o seu IRC no período de 2013 a 2016. Pode-se, portanto, compreender que o efeito do crédito no município de Anajatuba é diferente do seu grupo, não seguindo a lógica de aumento do crédito e aumento do PIB. No caso do crédito no total do crédito da Baixada, a participação de Anajatuba foi aumentando, passando de 3,60% em 2013, 4,39%, em 2014, 5,56% em 2015 e 7,59%, em 2016, tendo sequência de subida, refletida no IRC, que era de 0,83 em 2013, passando a 2,06 em 2014, voltando a 1,36 em 2015 e seguindo para 1,90 em 2016.

O gráfico 23 apresenta a evolução do IRC com crédito PRONAF para o município de Anajatuba, quando considerado como referência de comparação a Baixada Maranhense e, paralelamente, o estado do Maranhão.

Entende-se da representação que Anajatuba tem o IRC mais elevado quando considerado como município do Maranhão do que quando

considerado como um município da Baixada. Ou seja, quando se considera o volume de crédito PRONAF recebido por Anajatuba em comparação com o Maranhão sua representatividade é maior do que quando comparado com a Baixada, observada a proporção de participação no PIB em um e outro caso.

GRÁFICO 23 – Comparação evolução do IRC PRONAF na relação Anajatuba/Baixada e Anajatuba/Maranhão - 2013-2016.



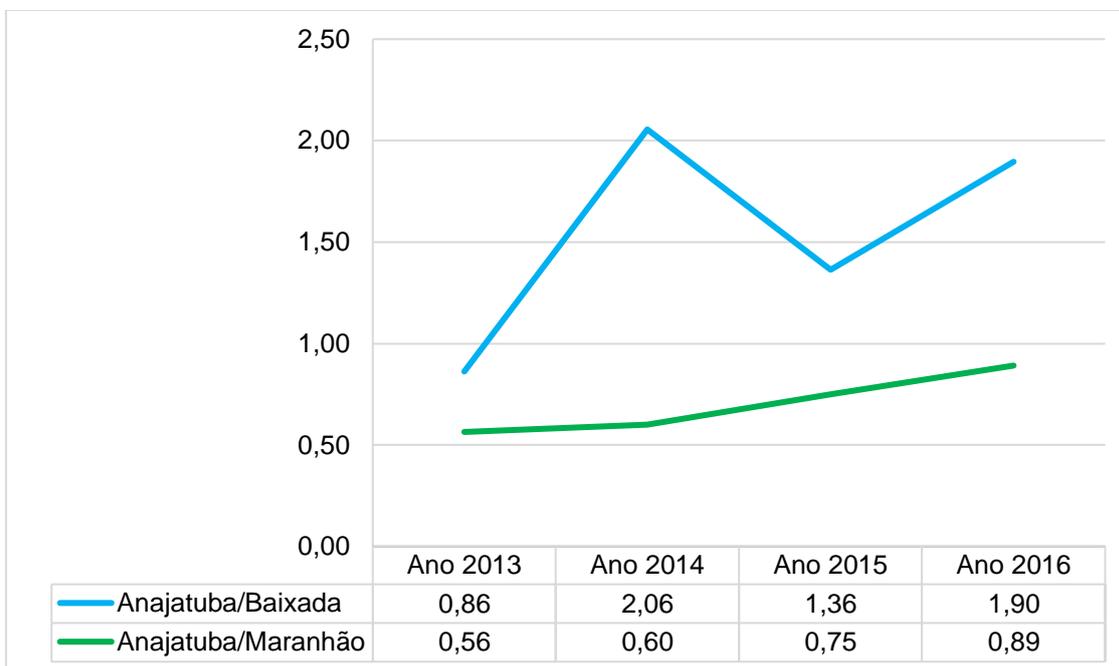
Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do IBGE e Banco Central.

Já no gráfico 24, se apresenta a evolução do IRC levando em conta todas as linhas de crédito rural para o município de Anajatuba, quando se considera o município no grupo da Baixada e como um dos municípios do Maranhão. Aqui, a situação é diferente, pois se observa que a participação de Anajatuba é maior quando considerado grupo da Baixada do que quando se considera o estado como um todo, observada a proporção de participação do município do PIB em um e outro grupo. Portanto, inverte-se aqui o resultado obtido anteriormente exclusivamente para o PRONAF.

O resultado obtido no gráfico 24 revela que em outros municípios do Maranhão não é exatamente a linha do PRONAF que domina as contratações, mas outras linhas. Este é o caso, por exemplo, dos municípios produtores de commodities como soja, onde linhas disponíveis para grandes produtores

movimentam quantias substancialmente mais elevadas. Assim, explica-se a inversão dos resultados para o IRC quando se compara com o gráfico 23.

GRÁFICO 24 – Comparação evolução do IRC Crédito Total na relação Anajatuba/Baixada e Anajatuba/Maranhão - 2013-2016.



Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do IBGE e Banco Central.

Conforme já visto nos gráficos expostos, o município de Anajatuba na maioria dos casos comparados está na situação em que recebe mais crédito no contexto do grupo do que a sua participação do PIB deste grupo, refletindo a lógica do IRC, isto é, maior que a unidade, onde sua participação na distribuição do crédito é superior à sua participação no PIB, isso quando considerado a Baixada Maranhense e o Maranhão.

No caso do IRC, o município integra o grupo dos que tem esse índice superior à unidade. Em 2016, quando calculado o IRC com base no crédito PRONAF, Anajatuba teve esse indicador em 1,90, com 4% na participação do PIB e 7,65% na participação do crédito PRONAF, quando considerando o universo da Baixada.

Tal situação também se observa quando o IRC é calculado com base em todas as linhas de crédito disponíveis. Em 2016, Anajatuba teve IRC também na base de 1,90, integrando o grupo de 11 municípios da Baixada que IRC superior à unidade, ou seja, são atingidos pela desigualdade positiva.

Ao analisar a evolução do IRC, observa-se que, quando calculado com base no crédito PRONAF, há uma evolução no período de 2013 a 2015, chegando a 2,73, logo em seguida, teve queda em 2016, 1,90. Quando se considera o crédito total, sobe o IRC no período entre 2013 a 2014, diminui em 2015 e volta a aumentar em 2016, 1,90.

Apesar dos dados demonstrarem que o município já recebe uma quantidade de crédito superior à sua participação no PIB e ainda o crescimento desta participação no âmbito da Baixada Maranhense, a sua fatia no PIB da microrregião vem encolhendo, passando de 4,18% em 2013, para 4,13% em 2014, 4,07% em 2015 e chegando a 4% em 2016. Ou seja, não foi apenas a elevação da participação do município no crédito que contribuiu para a melhoria do indicador, pois, a própria deterioração da sua participação no PIB regional também contribuiu para a nova configuração do IRC.

4.2.4 *Gap* Regional de Crédito

Após a exposição de resultados e discussões sobre o IRC, calculado através do crédito rural e PIB e apresentado na equação 1, passa-se à demonstração de resultados e discussões sobre o *Gap* Regional de Crédito, já apresentado na equação 2.

Seguindo na esteira da discussão sobre desigualdade de crédito, o *Gap* se coloca como um indicador capaz de demonstrar o volume de crédito necessário para igualar a absorção de crédito pelo município à participação no PIB de uma região, no caso, microrregião. Para isso, admite-se a variável CRÊDi como o montante de crédito necessário, em termos absolutos, para igualar as duas participações em tela.

4.2.4.1 *Gap* para o Crédito PRONAF

O *Gap* foi calculado inicialmente exclusivamente para o crédito PRONAF, tendo como base os recursos absorvidos pelos 21 municípios que integram a microrregião da Baixada Maranhense. Na tabela 17 estão demonstrados os resultados desse indicador para o ano de 2016. Efetuados os cálculos com base nos valores do PIB e PRONAF para a microrregião, a tabela

17, com base na equação 2, evidencia os 9 dos 21 municípios da Baixada Maranhense que possuem *Gap* positivo, ou seja, absolvem mais crédito individualmente do que sua contribuição ao PIB regional, considerando os valores do ano de 2016.

TABELA 17 – Municípios com *Gap* > 0 com Crédito PRONAF - 2016.

Município	Gap Positivo (R\$)	% de CRED_i
Matinha	3.182.936,85	75,98
Monção	1.514.573,16	52,39
Palmeirândia	859.445,21	49,39
Anajatuba	1.134.612,69	47,50
Cajari	360.898,08	33,85
Penalva	499.602,79	28,75
Santa Helena	534.367,95	22,10
Igarapé do Meio	147.887,30	11,53
Bela Vista do Maranhão	6.753,18	1,22

Fonte: Dados do Banco Central e IBGE (2019).

Os valores do *Gap* positivo representam um montante que os municípios receberam em crédito além do percentual da participação de cada um deles no PIB regional. Em casos particulares, como o da localidade de Matinha, o montante foi de R\$ 3.182.936,85, correspondendo a 75,98% do recurso recebido (CRED_i), R\$ 4.189.167,59, mas em comparação à sua participação no PIB regional, deveria ter recebido (CRÉD_i) R\$ 1.006.230,74. Assim sendo, neste subgrupo, Matinha foi a localidade que mais contribuiu para a desigualdade, ficando mais distante da relação de igualdade entre crédito e PIB regional.

No outro polo, o município de Bela Vista do Maranhão foi o que mais se aproximou da relação de igualdade entre crédito e PIB regional. No ano de 2016 teve *Gap* em R\$ 6.753,18, correspondendo a 1,22 do crédito recebido de R\$ 552.186,67. Ao considerar a relação de comparação aqui estudada, a localidade deveria ter recebido R\$ 545.433,49.

Esse medidor expõe dados equivalentes aos já revelados na tabela 14 que demonstra o IRC_i, onde esses nove municípios concentravam 55,19% do crédito PRONAF para a microrregião, enquanto contribuíam com apenas 31,97% do PIB regional.

Já na tabela 18, são apresentados os montantes calculados para os municípios com *Gap* de crédito negativo, no caso, como ali se observa, doze municípios receberam menos crédito do que participaram do PIB regional. Também aqui os dados se referem ao ano de 2016.

A relação de *Gap* negativo representa um montante que os municípios receberam em crédito abaixo do percentual da participação de cada um deles no PIB regional. Em casos particulares como Arari, o *Gap* negativo foi de R\$ 66.544,89, correspondendo a -4,08%, ou seja, a localidade recebeu R\$ 66.544,89 a menos que deveria, quando considerada a relação de comparação entre absorção de crédito e participação no PIB regional aqui estudada. O município em 2016 recebeu R\$ 1.629.314,40, quando deveria receber R\$ 1.695.859,29.

Atenta-se à particularidade do caso de São Vicente Férrer. Em 2016 recebeu (CRED_i) R\$ 79.045,00, quando deveria receber (CRÊD_i) R\$ 943.537,24, ou seja, recebeu R\$ 864.492,24 a menos que o necessário para igualar a relação crédito e PIB regional, isto corresponde a 1.096,67% do CRED_i, na relação negativa. Assim, São Vicente Férrer é o município da Baixada Maranhense que mais precisa absorver crédito rural para alcançar a relação de igualdade aqui debatida.

A situação deste subgrupo de municípios também está revelada na tabela 13, onde ficou constatada a desigualdade de crédito, visto que um grupo de doze municípios absorvem apenas 44,81% do crédito, enquanto contribuem com 68,03% do PIB regional.

TABELA 18 - Municípios com *Gap* < 0 com Crédito PRONAF - 2016.

Município	Gap negativo (R\$)	% de CRED_i
Arari	-66.544,89	-4,08
Pinheiro	-991.948,08	-20,82
Viana	-517.361,15	-21,66
Pedro do Rosário	-404.595,91	-67,25
São Bento	-1.322.726,66	-72,25
Conceição do Lago Açu	-375.136,74	-93,26
Presidente Sarney	-632.161,30	-158,38
Olinda Nova do Maranhão	-447.147,12	-214,97
Peri-Mirim	-631.086,73	-236,00
São João Batista	-598.753,51	-241,81
Vitória do Mearim	-1.659.122,88	-438,44
São Vicente Férrer	-864.492,24	-1.093,67

Fonte: Dados do Banco Central e IBGE (2019).

Portanto, está demonstrada com base em dados do ano de 2016 a situação do crédito rural na Baixada Maranhense, destacada a relação do *Gap* positivo e negativo com dados do PRONAF. Aqui, destaca-se a importância dessa modalidade de crédito nesta microrregião.

4.2.4.2 Gap para o Crédito Total

Além da relação já tratada nos tópicos anteriores, apresenta-se também o *Gap* quando se é considerado todo o volume de crédito recebido, o que se chama aqui de Crédito Total, ou seja, recursos recebidos de todas as linhas de crédito e não apenas do PRONAF.

Aqui se faz a mesma relação, sendo apresentadas tabelas com municípios com *Gap* positivo e negativo, considerando também dados referentes ao ano de 2016.

A tabela 19 apresenta os valores para os municípios com *Gap* positivo. Observa-se que este subgrupo, antes formado por 9 municípios da Baixada Maranhense (quando considerado apenas o PRONAF) agora se

compõe por 11 municípios, com um grupo maior de municipalidades recebendo ou negociando, proporcionalmente mais crédito do que a proporcionalidade de participação no PIB regional.

TABELA 19 - Municípios com *Gap* > 0 com Crédito Total - 2016.

Município	Gap Positivo (R\$)	% de CRED_i
Matinha	3.782.473,93	70,43
Pedro do Rosário	2.779.565,74	63,65
Conceição do Lago Açu	1.196.491,60	49,38
Monção	2.052.511,48	48,59
Anajatuba	1.775.559,00	47,30
Penalva	1.368.915,63	41,20
Arari	1.177.539,30	30,56
Bela Vista do MA	350.270,90	28,93
Palmeirândia	549.931,86	28,35
Igarapé do Meio	657.128,33	26,85
Cajari	202.924,29	15,42

Fonte: Dados do Banco Central e IBGE (2019).

Na particularidade desse subgrupo, observa-se a mudança em alguns integrantes. Ao passar a tratar com o Crédito Total, os municípios de Pedro do Rosário, Conceição do Lago Açu e Arari passaram a integrar o subgrupo com *Gap* > 0 quando se trata do crédito rural em todas as suas linhas, ou seja, esses municípios recebem mais crédito do que participam no PIB regional. Já o município de Santa Helena deixa o subgrupo com *Gap* > 0 no caso PRONAF e passa a integrar o subgrupo com o *Gap* < 0, quando se considera o Crédito Total. Portanto, pode-se notar que a configuração dos subgrupos muda ao tratar do crédito PRONAF ou Crédito Total.

Outro ponto relevante a ser destacado é que a localidade de Matinha tem maior *Gap* tanto quando se considera apenas o PRONAF quanto ao se considerar a totalidade do crédito rural, ou seja, é muito marcante a sua contribuição para o cenário de desigualdade de crédito na Baixada Maranhense. Ademais, atenta-se à situação do município de Cajari, com *Gap*

em R\$ 202.924,29, equivalente a 15,42% do crédito efetivamente recebido, ou seja, o mais próximo deste subgrupo de alcançar a relação de igualdade entre crédito e PIB regional.

Da mesma forma que no caso anterior, também será mostrada a situação dos municípios caracterizados por um *Gap* negativo para o caso da totalidade do crédito rural. Desse modo, a tabela 20 revela o subgrupo de 10 municípios que absorvem menos crédito rural, em proporção, do que contribuem para o PIB regional, também considerando os dados referentes ao ano de 2016.

TABELA 20 - Municípios com *Gap* < 0 com Crédito Total - 2016.

Município	Gap Positivo (R\$)	% de CRED_i
Viana	-549.165,40	-13,61
Santa Helena	-356.789,89	-13,64
Pinheiro	-4.244.243,49	-87,75
São Bento	-3.145.030,68	-171,79
Presidente Sarney	-1.080.877,37	-197,82
Olinda Nova do Maranhão	-813.496,22	-369,37
São João Batista	-1.058.591,07	-382,36
Vitória do Mearim	-2.577.221,50	-404,11
Peri-Mirim	-658.162,14	-430,17
São Vicente Férrer	-1.049.734,30	-1.783,46

Fonte: Dados do Banco Central e IBGE (2019).

No contexto desse subgrupo são colocadas algumas questões relevantes. Alguns municípios que deixaram de integrar o subgrupo do *Gap* negativo, quando era avaliado apenas o caso do crédito PRONAF, passando a integrar o subgrupo com *Gap* positivo para o crédito rural de forma abrangente, pois recebem montantes significativos de outras linhas pertencentes a esta modalidade mais ampla, como é o caso dos municípios de Arari, Pedro do Rosário e Conceição do Lago Açu.

Na particularidade deste subgrupo se observa a localidade de Viana, como a mais próxima de alcançar a relação de igualdade aqui estudada, com

Gap em R\$ -549.165,40, correspondendo a -13,61% do CREDi (recurso efetivamente recebido). No outro polo está o município de São Vicente Férrer, como o mais distante de alcançar a relação de igualdade entre crédito e PIB regional, com *Gap* em R\$ -1.049.734,30, correspondendo a -1.783,46% do crédito recebido. Esta localidade teve o mesmo *Gap* nos dois casos estudados, visto que recebeu em 2016 apenas R\$ 79.045,00 do PRONAF e nenhum valor de outras linhas.

4.2.4.3 *Gap* para o município de Anajatuba-MA.

Após a exposição de indicadores para os municípios que compõem a região da Baixada Maranhense, convém apresentar agora, de forma mais detalhada o caso específico do município de Anajatuba, considerando que o mesmo representa a maior fonte de interesse do presente estudo. Para empreender maior ênfase sobre o caso do citado município, as informações acima apresentadas, no caso, o valor monetário do *Gap* e o % que o mesmo representa no crédito contratado, serão tomadas para a sequência anual que se estende de 2013 a 2016.

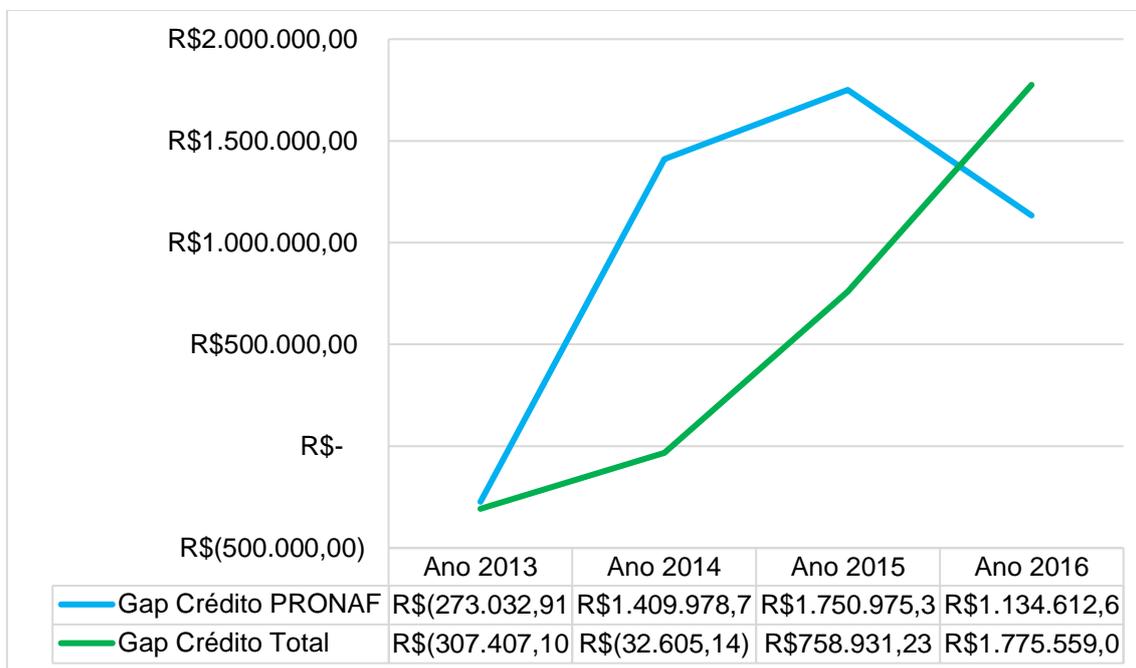
Dessa forma, no gráfico 25 são apresentados os valores monetários absolutos do *Gap* para o município de Anajatuba, na extensão temporal de 2013 a 2016.

Inicialmente, no ano 2013, o gráfico 25 revela que o município de Anajatuba tem *Gap* PRONAF e *Gap* Crédito total negativos, ou seja, o município recebeu menos crédito do que contribuiu para o PIB regional, considerada a relação de igualdade entre estes. Já no ano de 2014, o *Gap* PRONAF teve valor positivo de R\$ 1.409.978,00, ou seja, ultrapassou a relação de igualdade entre PIB e crédito. Já quando considerada a totalidade de crédito para a localidade, manteve *Gap* negativo em 2014, com volume negativo de R\$ 32.605,14.

A localidade de Anajatuba seguiu os anos de 2015 e 2016 como integrante do subgrupo de município com *Gap* positivo, alcançando R\$ 1.750.975,00 em 2015 e voltando a R\$ 1.134.612,00 em 2016, mas ainda se mantendo muito acima da relação de igualdade crédito e PIB regional, quando considerado apenas o recurso PRONAF. Tal situação se repete ao considerar

o crédito total, inclusive se observa uma proximidade entre *Gap* PRONAF e *Gap* Total em 2016.

GRÁFICO 25 – Representação do *Gap* do Crédito PRONAF e Total para Anajatuba - 2013-2016.



Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do Banco Central e IBGE (2019).

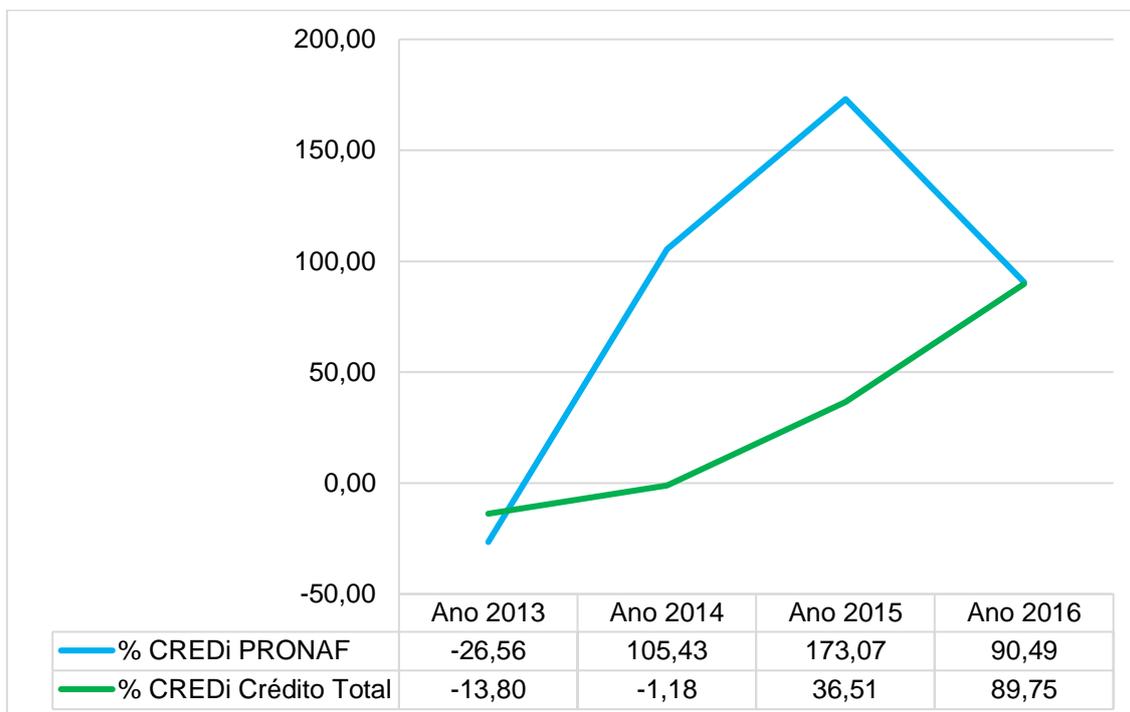
Já no gráfico 26 estão demonstrados os percentuais do CRED*i* em relação ao *Gap*, isto é, os percentuais do *Gap* em relação ao crédito efetivamente recebido.

A exposição do gráfico 26 também reflete a situação do *Gap* no município de Anajatuba. No *Gap* PRONAF se tem um percentual negativo no ano de 2013 (-26,56%), ou seja, o volume de crédito que a localidade deixou de receber para alcançar a situação de igualdade entre crédito e PIB equivale a 26,56% do que este efetivamente recebeu. Em 2013, tal situação é mais favorável ao se considerar todas as linhas de crédito, com este percentual em -13,80%.

Já no ano de 2014, a linha o PRONAF alavancou a absorção de crédito para o município, tendo este percentual do CRED*i* alcançado 105,43, mas quando considerado o total do crédito este mesmo percentual ainda é negativo, -1,18%. Em 2015, este percentual do PRONAF mantém a sua posição positiva, muito além da relação de igualdade. Já o percentual do

crédito total ultrapassa a relação de igualdade, tornando-se positivo, 36,51%. No ano de 2016, ambos os indicadores mantêm-se positivos e muito próximos, ficando em 90,49% e 89,75%, deixando Anajatuba no subgrupo da desigualdade positiva.

GRÁFICO 26 – Representação do % CREDi PRONAF e Total para Anajatuba - 2013-2016.



Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do Banco Central e IBGE (2019).

A situação revelada nos gráficos, tabelas e outros números apresentados no decorrer da exposição dos resultados desta pesquisa demonstram a importância do PRONAF para o município de Anajatuba e toda a Baixada Maranhense, sendo esta linha a responsável pela modelagem do crédito neste município e microrregião.

Como também já demonstrado em alguns dados, o Programa Agroamigo é responsável pela operacionalização de quase a totalidade dos recursos do PRONAF no município de Anajatuba, também demonstrando o seu destaque e importância para o setor de crédito rural no município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tecnologia do Microcrédito ao ofertar crédito se diferencia dos bancos tradicionais, pois esta oferece o agente que acompanha todo o processo, desde quando o cliente chega ao banco, todo o decorrer da execução do projeto financiado, até o pagamento das parcelas. É esse agente um sujeito essencial para o alcance da propositura do crédito, pois esse é capaz de fazer indicações no sentido de promover correções e alinhamento para alcançar a finalidade.

Por meio da análise da dinâmica do crédito rural no município de Anajatuba, ao considerar dados dos anos de 2013 a 2018, foi possível constatar que existe uma predominância da modalidade microcrédito que penetra no município por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar–PRONAF. Esta constatação é oriunda de dados que revelaram que, por exemplo, 95,04% do montante financeiro absorvido pelos produtores rurais tem como fonte o referido programa, sendo apenas algo torno de 4,96% advindos de outras linhas de crédito. Outro resultado que demonstrou tal panorama é que 99,37% dos tomadores do município foram atendidos com recursos do PRONAF e apenas 0,63% foram atendidos por meio de outras modalidades.

De forma mais detalhada, adentrando mais profundamente na configuração do crédito rural em Anajatuba, destaca-se o Programa Agroamigo, que operacionalizou 91,49% do recurso do PRONAF no período de 2013 a 2018, enquanto apenas 8,51% foram operacionalizados de outra forma. Já em relação aos produtores atendidos no mesmo período 88,35% foram pelo Agroamigo.

Os dados acima apresentados revelam importantes características na absorção e execução do crédito rural em Anajatuba, construindo uma caracterização que confirma a predominância do crédito com viés social, voltado ao pequeno produtor, assistido pelo PRONAF e operacionalizado por instituições bancárias públicas, como é o caso do Banco do Nordeste do Brasil, por meio do Agroamigo.

Nessa esteira, sabe-se que o crédito tem a sua propositura de combater a pobreza através da geração de renda. Entretanto, no presente

estudo não foi possível determinar tal questão. Não foi possível chegar a um indicador ou variável capaz de mensurar o impacto do programa na renda, no volume de produção agregado a partir destes recursos ou no PIB Municipal, pois o programa não é algo suficiente para afetar significativamente o PIB, mas suficiente para melhorar as condições das famílias envolvidas. Salienta-se que a lógica do programa é a inclusão produtiva das famílias no campo, melhorando suas condições de vida, não sendo sua meta alavancar o PIB regional.

Já na configuração do microcrédito do município quando considerado o contexto da Baixada Maranhense e do Maranhão, utilizou-se de indicadores capazes de medir a desigualdade de crédito, como o IRC e o *Gap*. Nessa análise, o município de Anajatuba se coloca como um dos que recebem mais crédito rural no âmbito da microrregião em comparação à sua participação no PIB desta mesma região, situação repetida quando considerando no âmbito do Maranhão, sendo assim atingido pela desigualdade positiva de crédito. Nessa análise, constatou-se que o município tem participação crescente no crédito destinado à microrregião, embora essa relação seja inversa quando se analisa exclusivamente a evolução do PIB.

Sobre a desigualdade de crédito na Baixada Maranhense, ao considerar dados do ano de 2016 e recursos somente do PRONAF, foi possível constatar uma concentração de crédito em nove municípios (IRC*i* maior que 1), que absolveram 55,19%, enquanto só contribuíram com 31,97% com o PIB regional. Noutro subgrupo, doze municípios (IRC*i* menor que 1) contribuíram para somar 68,03% do PIB regional, enquanto só absorveram 44,81% do crédito rural, refletindo a situação na desigualdade de crédito rural.

Ao tratar da particularidade de Anajatuba e sua contribuição para esta situação de desigualdade, volta-se ao ano de 2013, quando seu IRC*i* com crédito PRONAF foi de 0,73, passando a 2,06 em 2014, 2,73 em 2015 e caindo para 1,90 em 2016. Já ao considerar o crédito total, o IRC de Anajatuba foi de 0,86 em 2013, seguiu para 2,06 em 2014, 1,36 em 2015 e também ficou em 1,90 em 2016. Esses indicadores confirmam o crescimento da contribuição de Anajatuba para a desigualdade de crédito da Baixada, inicialmente recebendo menos crédito em comparação à sua participação no PIB regional, IRC menor

que 1, como em 2013, situação que se inverte a partir de 2014, quando o mesmo indicador passa a assumir valores acima de 1.

Seguindo a discussão, aponta-se uma penetração positiva do crédito no município de Anajatuba, conforme demonstrado pelo IRC*i*, pelos menos quando comparado ao padrão vigente na região da Baixada e no próprio estado do Maranhão. Pelo exposto, é possível inferir que este cenário resulta, sobretudo, da presença do microcrédito, que se adéqua muito bem ao perfil dos produtores locais, embora seja ainda possível promover melhorias e aperfeiçoamentos, como a viabilização da presença mais ativa do agente de crédito e na intensificação da oferta de assessoria técnica.

Atenta-se ainda para a necessidade de criação de um protocolo para a execução das etapas previstas no contrato de crédito, de forma que os produtores obtenham os resultados desejados, como também a instituição de crédito. Não seria um protocolo para burocratizar o processo, mas para garantir que o mesmo tenha o andamento desejável, de forma que, ao final, estejam garantidas as condições iniciais, que é a efetividade à sua propositura, de combater a pobreza através da geração de emprego e renda no campo.

Portanto, não foi objetivo desse estudo exaurir as discussões sobre a temática, mas fomentar a discussão sobre crédito no âmbito do município. Criticamente, propõe-se aprofundar tal estudo, quiçá desenvolver a partir de variáveis (renda das famílias, receita bruta do produto, acesso a bens e serviços, educação, saúde etc.) alguns indicadores que possam mensurar a efetiva contribuição do programa na vida das famílias, na geração de renda destas e no combate à pobreza e redução das desigualdades sociais como um todo.

Igualmente, observa-se a escassez de tempo e recursos exigidos, mas, propõe-se ainda, a realização de uma pesquisa de campo, que certamente será capaz de coletar dados junto aos produtores e assim perceber o real impacto do microcrédito no padrão e na qualidade de vida das famílias abrigadas no meio rural.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Contratação. Matriz de Dados do Crédito Rural**. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/matrizdadoscreditorural>>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de Informações do Agroamigo**. Disponível na Coordenação do Agroamigo em Itapecuru-Mirim-MA.

_____. **Síntese de informações sobre o Agroamigo**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/agroamigo>>. Acesso em: 09 de set. de 2019.

BARONE, Francisco Marcelo. SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. In: Small business através do panóptico. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6675/5258>>. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

BARONE, Francisco Marcelo et. al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

BOTELHO, Joan. **CONHECENDO E DEBATANDO A HISTÓRIA DO MARANHÃO**. São Luís: Editora Impacto, 2010.

BRASIL. **Lei nº13.636, de 20 de março de 2018**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis n.º11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm#art8> Acesso em: 30 de abr. de 2019.

_____. **Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003**. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.735.htm> Acesso em: 30 de mai. de 2019.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1990**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 11 de fev. de 2020.

_____. **Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.** Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10194.htm. Acesso em: 11 de fev. de 2020.

_____. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.** Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm. Acesso em: 11 de fev. de 2020.

_____. **Resolução nº 4.713, de 28 de março de 2018.** Dispõe sobre as operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e sobre o direcionamento de recursos para essas operações. Disponível em: < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69440113>. Acesso em: 12 de jul. de 2019.

BRAGA, Fábio. **ECOS DA BAIXADA.** In: Ecos da Baixada Maranhense: artigos e crônicas sobre a Baixada Maranhense. Flávio Braga (Org). São Luís, Fórum em Defesa da Baixada Maranhense, 2017.

BRUSKY, Bonnie. FORTUNA, João Paulo. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil:** um estudo qualitativo em duas cidades. BNDES, 2002. Disponível em: <https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Entendendo%20a%20demanda%20para%20as%20microfinancas%20no%20Brasil_Um%20estudo%20qualitativo%20em%20duas%20cidades_BNDES.pdf>. Acesso em: 11 de jul. de 2019.

CACCIAMALI, Maria Cristina. MATOS, Franco de. MACAMBIRA, Júnior. **O SETOR DE MICROFINANÇAS E AS POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL.** In: A ATIVIDADE E A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL: VISÕES SOBRE SUA EVOLUÇÃO E FUTUROS DESAFIOS. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2016/08/matos-macambira->

[e-cacciamali-org-a-atividade-e-a-politica-de-microcredito-no-brasil-2014-capc3adtulo-de-fnc.pdf](#)>. Acesso em: 27 de mar. de 2019.

CACCIAMALI, Maria Cristina. CHAHAD, José Paulo Zeetano. TATEI, Fábio (2008). **Microfinanças e política pública na América Latina**, Cadernos Prolam/USP, ano 8, vol. 1. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82314/85287>>. Acesso em: 31 de mai. de 2019.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 175, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1805&tp=a>>. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

CROCCO, Marco et. al. **O Estudo do Gap Regional de Crédito e seus Determinantes, sob uma Ótica Pós-Keynesiana**. Revista Economia. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n2p281_307.pdf. Acesso em: 01 de out. de 2019.

ESTRELLA, Juliana. “**Avaliando o Microcrédito como uma Política de Redução de Desigualdade de Oportunidades e Melhoria de Bem-Estar**”. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-92465/avaliando-o-microcredito-como-uma-politica-de-reducao-de-desigualdade-de-oportunidades-e-melhoria-de-bem-estar>>. Acesso em: 30 de abr. de 2019.

FREITAS, Wildston Silva de. **POLÍTICAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL: UMA INTERFACE NECESSÁRIA COM O EMPREENDEDORISMO?** Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22967/1/2016_WildstonSilvadeFreitas.pdf> Acesso em: 10 de abr. de 2019.

GALEANO, Edileuza Aparecida Vital. SILVA, Antonio Elias Souza. SOUZA, Renzo Caliman. **Índice regional de crédito rural nos municípios do Espírito Santo**. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/1310/pdf>> Acesso em: 01 de out. de 2019.

GOMES, Chico. **A BAIXADA E A PRAIA GRANDE**. In: Ecos da Baixada Maranhense: artigos e crônicas sobre a Baixada Maranhense. Flávio Braga (Org). São Luís, Fórum em Defesa da Baixada Maranhense, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PANORAMA DO MUNICÍPIO ANAJATUBA**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/anajatuba/panorama>>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal–PAM.**

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

_____. **Pesquisa da Pecuária Municipal–PPM** . Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA BAIXADA MARANHENSE**. V. 2. São Luís: IMESC, 2013. Disponível em:

<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/ENC_MA_MICRORREGIAO_BAIXADA_MARANHENSE_2.pdf>. Acesso em: 31 de jul. de 2019.

LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fon Fon e Seleta, 1970.

MARTINS, Paulo Haus. **Diagnóstico do marco legal das microfinanças no Brasil**. Brasília: MTE, BNDES, BID, 2008. Disponível: <

<https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Diagnostico%20do%20marco%20legal%20das%20microfinancas%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 30 de mai. de 2019.

MACIEL, Harine Matos; KHAN, Ahmad Saeed. **O Impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no Estado do Ceará**: um estudo de caso. Revista de Economia e Agronegócio. v. 7. n.1. Disponível:

<<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/53849/2/Revista%20vc%207%20N%201%205.pdf>> Acesso em: 12 de set. de 2019.

MICK, Jacques. **O Caráter Social do Crédito**: Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88029/205029.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Informações do PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/RELATORIO-PNMPO-3%C2%BA-TRI-2015.pdf>>. Acesso em: 11 de jul. de 2019.

MONZONI, Mário. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2005.

MOTA, Bruno Lopes. **Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2008)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

NERI, Marcelo Cortes. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2008.

PAIVA, Luís Henrique. GALIZA, Marcelo (2002). **Microcrédito: alternativas em evidência no país**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_019j.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2019.

PARENTE, Silva. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Saiba o que é um banco do povo: v. 1. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASIL. **RANKING IDHM MUNICÍPIOS**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2000.html>>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

QUINTINO, C. A. A. **O microcrédito no Brasil: a experiência do ABC Paulista**. 1. ed. São Paulo: Paris XX, 2005.

SANTOS, Arnaldo. Gois, Francisco F. de. **MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. Fortaleza: Premius, 2011.

SEBRAE. **MICROFINANÇAS: tipos de organizações e formas de atuação em microfinanças**. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tipos-de-organizacoes-e-forma-de-atuacao-em-microfinancas.ef59d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO. **Pronaf: o programa de democratização, inclusão, gestão e geração de renda da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

SOARES, Marden Marques. SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%C3%A7as_internet.pdf>. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

SOUZA, Nelson Antônio de. **ATUAÇÃO DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA: O EXEMPLO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL.** Disponível em: <
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_14.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

RÊGO, Mauro Bastos Pereira. **SANTA MARIA DE ANAJATUBA.** 2 ed. São Luís, Editora UEMA, 2017.

VIVEIROS, Jerônimo de. **ALCÂNTARA NO SEU PASSADO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO.** 2ª ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.

YUNUS, Muhammad. JOLIS, Alan. **O BANQUEIRO DOS POBRES.** São Paulo: Editora Ática, 2000.